



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB  
Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD  
Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica

---

## **Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura (Plena) em Educação do Campo**

### **Área do Conhecimento Ciências Agrárias**

Reitor: Prof. Paulo Gabriel Soledade Nacif  
Vice-Reitor: Prof. Sílvio Luiz de Oliveira Soglia  
Pró-Reitora PROGRAD: Profa. Susana Couto Pimentel  
Diretor do CFP: Prof. Clarivaldo Santos de Sousa  
Coordenação: Profa. Silvana Lúcia da Silva Lima  
Vice-Coordenadora: Rita de Cácia dos Santos Chagas (CFP/UFRB)

#### Equipe Elaboradora

Silvana Lúcia da Silva Lima (CFP/UFRB)  
(Presidente)  
Afonso Henrique de Magalhães Campos (IFBA)  
David Romão Teixeira (CFP/UFRB)  
Débora Alves Feitosa (CFP/UFRB)  
Fábio Josué de Sousa Santos (CFP/UFRB)  
Janete dos Santos (Servidora Técnica PROGRAD)  
Aurélio José Antunes de Carvalho (IF Santa Inês)  
Kleber Peixoto de Sousa (CFP/UFRB)  
Leila Damiana Almeida dos Santos Souza (PROGRAD)  
Márcia Luzia Cardoso Neves (Centro Sapucaia)  
Nilson Antônio Ferreira Roseira (CFP/UFRB)  
Raul Lomanto Neto (Centro Sapucaia)  
Rita de Cácia dos Santos Chagas (CFP/UFRB)  
Sérgio Luiz Bragatto Boss (CFP/UFRB)  
Tatiana Ribeiro Velloso (CCAAB/UFRB)  
Terciana Vidal Moura (CFP/UFRB)  
Yugi Nascimento Watanabe (CFP/UFRB)

**Amargosa/BA, 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA  
**- PROJETO PEDAGÓGICO -**

Processo nº \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_

Rubrica: \_\_\_\_\_

Apresentação	
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
JUSTIFICATIVA	
PRINCÍPIOS NORTEADORES	
- REFERENCIAL TÉCNICO-CIENTÍFICO E PRINCÍPIOS DA AGROECOLOGIA	
BASE LEGAL	
OBJETIVOS	
IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI, NO ÂMBITO DO CURSO	
PERFIL DO EGRESSO	
- COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - Matriz Curricular por Eixo Formativo	
ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES	
NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO - Plano geral de implementação do curso	
CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO - EXECUÇÃO	
METODOLOGIA	
ATENDIMENTO AO DISCENTE	
ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES - EMENTÁRIO	
RECURSOS HUMANOS	
INFRA-ESTRUTURA	
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DA APRENDIZAGEM	
Anexos –	
Declarações de todos os Centros:	
Regulamentos:	
A legislação referente ao curso:	

## APRESENTAÇÃO

Formulário  
Nº 01

O Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura em Educação do Campo - Área do Conhecimento Ciências Agrárias é, antes de tudo, uma conquista do Movimento Nacional de Educação do Campo, fruto da articulação entre organizações sociais camponesas, universidades e poder público, que lutam pelos direitos humanos básicos nas áreas rurais do Brasil.

Compreendendo que a Educação é um direito de todos e dever do estado, este projeto foi delineado a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (Resolução CNE/CEB 1, 03/04/2002); da Política Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA (Decreto nº 7.352, 04/11/2010); do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO (Minuta Original, 2006); e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/1996).

Esta proposta tem por objetivo contribuir na construção de uma escola coerente com um projeto histórico pautado numa matriz formativa sustentadora de iniciativas de transformação da sociedade e da escola, considerando a *formação integral do ser humano que inclui a cognição, o desenvolvimento corporal, artístico, a dimensão político e organizativa, bem como a formação de valores* na perspectiva de educar a classe trabalhadora para a construção da sociedade dos trabalhadores, diferente da sociedade de classes atual, que é patrimonialista, patriarcal, heterossexista, racista, elitista e com isso, seletiva e excludente.

A formação aqui proposta, de base pedagógica e sócio-política, deve priorizar o debate do desenvolvimento agrário regional, instaurando, segundo Caldart:

Um projeto educacional que coloque os trabalhadores e trabalhadoras do campo, e suas famílias, em um movimento de construção de alternativas abrangentes de trabalho, de vida que rompam com a lógica de degradação humana da sociedade capitalista e que seja concretamente sustentável (CALDART, 2010, p. 19).

Por conseguinte, entendemos que a formação pedagógica do professor deve vir acompanhada de conteúdos sócio-formativos capazes de ajudar a construir uma nova base societária e produtiva, daí propormos o debate da Questão agrária, particularmente da Agroecologia e da Cooperação, no núcleo formador integrador.

Com isso, entendemos que o projeto aqui proposto, de formação inicial dos professores funda-se na indissociabilidade entre educação e desenvolvimento territorial do campo e da cidade.

### Caracterização atual da Instituição

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi criada pela Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, tendo sede e foro no Município de Cruz das Almas (BA).

A criação da UFRB decorre da proposta do governo federal de expansão e interiorização do ensino superior (Programa Expandir), sendo a segunda IFES instalada na Bahia. Possui uma organização interna que permite grande possibilidade de inclusão social e promoção do desenvolvimento (territorial) do interior do estado, sobretudo nas regiões do Recôncavo da Bahia e Vale do Jiquiriçá.

Sua história se inicia nas últimas décadas do século XX, marcada com manifestações da sociedade baiana, através de iniciativas da Reitoria da UFBA, promovendo audiências públicas e de mobilização de parlamentares do Recôncavo da Bahia e do Vale do Jiquiriçá, em prol da criação de uma universidade nesta Região. Porém, somente no século XXI é que foi implantada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Ainda no interior da UFBA, em 2005, a Escola de Agronomia ampliou suas atividades de ensino,

pesquisa e extensão, iniciativa que fortaleceu o propósito de criação da nova Universidade. A partir de um Projeto de Lei encaminhado pelo presidente da República, a Criação da UFRB foi aprovada pela Câmara de Deputados Federais em 06 de julho de 2005 e, em seguida, pelo Senado Federal, em 12 de julho de 2005.

Com o compromisso de ofertar ensino superior de qualidade e exercer sua responsabilidade social de democratizar a educação, repartir socialmente seus benefícios de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável, cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do País, em 29 de julho de 2005 foi aprovada a Lei 11.151 que cria a UFRB com sede no Município de Cruz das Almas. Em 2006 foi criado o Centro de Formação de Professores (CFP).

Concebida como um modelo multicampi, a Instituição é composta por seis Centros, em cinco municípios da Região do Recôncavo Sul da Bahia: Centro de Ensino de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB); Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC); Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Formação de Professores (CFP); e o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), este último em processo de implantação, localizado em Feira de Santana. Conforme os dados da Pró-Reitoria de Graduação (Relatório de Gestão Setorial, 2011), a UFRB possuía 32 (trinta e dois) cursos de graduação, com 514 (quinhentos e catorze) docentes e 5.920 (cinco mil novecentos e vinte) alunos distribuídos em seus 04 (quatro) campi.

O Centro de Formação de Professores (CFP/UFRB), em Amargosa-Bahia, *locus* desta proposta, oferece atualmente na graduação oito cursos de Licenciatura: Física, Matemática, Pedagogia (diurno), Pedagogia (noturno), Filosofia, Química, Letras/Libras e Educação Física; e dois cursos de Pós-graduação *lato sensu*: i) Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro, com 47 (quarenta e sete) estudantes e 27 (vinte e sete) docentes; e, ii) Educação e Interdisciplinaridade, com 30 discentes que já finalizaram suas monografias.

O corpo docente é constituído por 95 professores, na sua quase totalidade mestres e doutores em regime de Dedicção Exclusiva (DE). Cabe destacar que 28 docentes possuem doutorado e 68 possuem mestrado, dos quais 13 se encontram em fase de doutoramento, sendo que, destes, quatro discutem temáticas diretamente relacionados a Educação do Campo. Em 2012.1, o CFP possuía 1.090 (um mil e noventa) discentes matriculados em curso de graduação e 47 (quarenta e sete) discentes na Pós-Graduação, além de 39 (trinta e nove) servidores técnicos administrativos.

Nos seis anos de sua existência, o CFP aprovou internamente 36 projetos de pesquisa, 27 projetos de extensão, 10 projetos de ensino e 05 projetos de políticas afirmativas, ligados aos Núcleos de Promoções e Permanência da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas. Possui ainda 12 Grupos/Núcleos de Pesquisas registrados no CNPq, cinco dos quais vinculados ao projeto de Educação do Campo.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias, será abrigado no Centro de Formação de Professores (CFP), Campus de Amargosa, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), sua unidade executora. Ele se desenvolverá de forma articulada com o Núcleo de Pós-Graduação em Educação do Campo que agrega dois cursos: i) Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial e, ii) Mestrado Profissional em Educação do Campo.

O Projeto Pedagógico foi construído com a colaboração de inúmeros docentes, discentes e sujeitos sócio-políticos pesquisadores e lutadores da Educação do Campo, oriundos de diversas instituições públicas e organizações sociais, a saber:

- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (unidade executora);
- Instituto Federal Baiano – Campus Santa Inês;
- Instituto Federal da Bahia – Campus Santo Amaro;
- Centro de Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia Sapucaia (Centro Sapucaia);
- Fórum Estadual de Educação do Campo (FEEC);
- Pastoral da Juventude Rural (PJR);
- Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA);
- Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA  
**- PROJETO PEDAGÓGICO -**

Processo nº Fls.

Rubrica:

Além destes que contribuíram diretamente na elaboração, diversas outras entidades sócio-políticas enviaram documentos de apoio-solicitação para a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a fim de que a mesma elaborasse e aprovasse o curso de Licenciatura em pauta (ver anexos).

### **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

**Formulário  
Nº 02**

**CURSO:** Curso Licenciatura (Plena) em Educação do Campo - Área do Conhecimento Ciências Agrárias

**MODALIDADE:** Presencial

**VAGAS OFERECIDAS:** 60 (sessenta) vagas por semestre; 120 vagas ao ano.

**TURNO DE FUNCIONAMENTO:** Integral

A Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias, será ofertada em etapas presenciais em regime de alternância regular de períodos de estudos (LDB, Art. 23, 2006), procurando se aproximar o máximo possível da alternância integrativa, conforme definição de Queiroz (2004), apontada pelo relator do Parecer (CNE/CEB Nº 1/2006, 1º/2/2006).

**Alternância integrativa real ou copulativa**, com a compenetração efetiva de meios de vida sócio-profissional e escolar em uma unidade de tempos formativos. Nesse caso, a alternância supõe estreita conexão entre os dois momentos de atividades em todos os níveis – individuais, relacionais, didáticos e institucionais. Não há primazia de um componente sobre o outro. A ligação permanente entre eles é dinâmica e se efetua em um movimento contínuo de ir e retornar. Embora seja a forma mais complexa da alternância, seu dinamismo permite constante evolução. Em alguns centros, a integração se faz entre um sistema educativo em que o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu próprio meio, com períodos na escola, estando esses tempos interligados por meio de instrumentos pedagógicos específicos, pela associação, de forma harmoniosa, entre família e comunidade e uma ação pedagógica que visa à formação integral com profissionalização (CNE/CEB nº 1/2006, 1º/2/2006).

### Distribuição de Carga Horária:

	<b>Horas Total</b>	<b>Tempo Universidade (TU)</b>	<b>Tempo Comunidade (TC)</b>	<b>Total de Créditos</b>
<b>Práticas reflexivas</b>	<b>442</b>	<b>353</b>	<b>89</b>	<b>26</b>
<b>Estágio</b>	<b>408</b>	<b>204</b>	<b>204</b>	<b>24</b>
<b>Optativas (Unidades Temáticas)</b>	<b>153</b>	<b>123</b>	<b>30</b>	<b>09</b>
<b>Componentes curriculares teóricos</b>	<b>1.870</b>	<b>1.473</b>	<b>377</b>	<b>110</b>
<b>Total parcial</b>	<b>2.873</b>	<b>2.153</b>	<b>700</b>	<b>169</b>
<b>ACC</b>	<b>200</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>CARGA HORÁRIO TOTAL DO CURSO</b>	<b>3.073</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>169</b>

#### - Curricularização da extensão

Considerando o perfil do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Áreas Ciências Agrárias, 5% da carga horária destinada as atividades de natureza científico técnica e cultural será destinadas à **curricularização da extensão**, articulando-a ao ensino e pesquisa, sendo desenvolvidas no Tempo Comunidade, totalizando 143 (cento e cinquenta e três) horas.

As atividades de curricularização da extensão serão desenvolvidas mediante a elaboração de um projeto sob a coordenação de um docente, previamente aprovado junto no Centro de Formação de Professores.

#### TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO:

Tempo Mínimo: 08 Semestres

Tempo Médio: 10 Semestres

Tempo Máximo: 12 Semestres

#### FORMA DE INGRESSO:

#### Políticas de acesso e critérios de seleção

A política de acesso e ingresso do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias se adéqua aos princípios da UFRB, especificamente quanto:

- Ao princípio V e VI estabelecidos no seu Estatuto:

IV - democracia e transparência na gestão;

V - integração sistêmica entre educação, trabalho e atuação social;

VI - valorização e reconhecimento das experiências práticas.

(Cap. II, Art. 3º – DOS PRINCÍPIOS)

- Às finalidades:

III - contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do Estado e do País, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos em nível de suas necessidades;  
(Cap. III, Art. 3º -- DAS FINALIDADES)

### Critérios de seleção

A seleção para o curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias será definida por critérios que obedecerão à proposta e a especificidade do curso.

Poderão participar do processo seletivo: professores em exercício na educação básica, porém, sem formação superior inicial ou formação adequada de acordo com a Lei nº 9.394/1996; interessados que residem e exercem atividades no campo (demanda social).

O processo seletivo ocorrerá em duas etapas, a saber: 1ª) **provas objetivas de conhecimento gerais e Redação**, de caráter classificatório e eliminatório, e 2ª) **Carta de Intenção**, de caráter classificatório e eliminatório.

1. **Prova de conhecimentos gerais e Redação:** Nesta etapa os candidatos participarão de um processo seletivo próprio, onde responderão a 50 (cinquenta) questões gerais: i) Leitura e produção de texto (15 questões); ii) Matemática básica (15 questões); iii) Geografia e meio ambiente (10 questões); História contemporânea dos movimentos sociais do campo (10 questões).
2. **Carta de Intenção:** Nesta etapa os candidatos apresentarão seu percurso pedagógico-formativo, sua história de vida envolvendo suas práticas vinculadas ao campo. Serão avaliados os textos levando em consideração a atuação do candidato na docência no campo, sua participação como sujeito formador em questões relacionadas ao campo (organização social, política e produtiva das comunidades rurais), bem como, sua trajetória de vida. O modelo será disponibilizado no anexo do Edital do processo seletivo, disponível no sítio do curso (<http://www.ufrb.edu.br/educampo/graduacao>).

### Critérios de prioridade

Considerando a demanda por docentes nas áreas de conhecimento de Ciências Agrárias, objetos da presente proposta, terão prioridade os profissionais que atuam em escolas no/do campo conforme a legislação educacional vigente e os profissionais que atuam em comunidades e assentamentos rurais ou em instituições e entidades que lhes prestem serviço. Em caso do não preenchimento das vagas por estes profissionais – sujeitos, as mesmas serão preenchidas por candidatos outros cujo perfil esteja em consonância com os critérios já apresentados.

Os candidatos deverão apresentar uma **carta de recomendação** de uma instituição de ensino da Educação Básica, de um movimento ou rede social ou docente de uma IES pública.

**REGIME DE MATRÍCULA:** Semestral

### PORTARIA DE RECONHECIMENTO:

- Portaria Nº 72, de 21 de dezembro de 2012 – Secretaria de Educação Superior (SESU), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) (Diário Oficial da União – Seção 1, Nº 249, de 27 de dezembro de 2012)

**JUSTIFICATIVA**

**Formulário  
Nº 03**

As reivindicações históricas dos povos do campo na área da educação começam a ganhar materialidade enquanto política pública nos últimos dez anos. Dando conseqüência às lutas do século XX, principalmente da década de 90, e superando conceitualmente os limites da Educação Rural, os movimentos sociais avançaram na construção de uma matriz teórica que subsidia o que hoje chamamos de Educação do Campo.

Na luta pela reforma agrária e por condições adequadas para viver no campo, os povos do campo identificaram que é preciso avançar ao mesmo tempo na elevação do padrão cultural dos trabalhadores e, neste sentido, a ampliação do acesso à educação escolar ganha destaque. As pautas em torno da Educação Básica extrapolaram e identificou-se a necessidade da Educação Tecnológica e do Ensino Superior, no intuito de formar profissionais preparados para os desafios da produção e da Educação do Campo.

Construímos este curso a partir das experiências e das críticas aos projetos pioneiros de Licenciaturas em Educação do Campo (SANTOS, 2011), e da orientação oficial que pretende “desenvolver um programa de formação para professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas do campo preparando os educadores para uma atuação profissional que, para além da docência, se envolva e dê conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola e em seu entorno” (MEC, 2009, p. 1).

Neste contexto, reconhecemos como imprescindível trabalhar com uma teoria educacional que permita ultrapassar a mera constatação das práticas (DUARTE, 1993), que tem por objetivo oferecer subsídios para a transformação das relações sociais no campo, sem perder de vista a importância da universalidade dos conhecimentos. É preciso também ter claro o projeto histórico que guia a prática pedagógica e delinea as mediações pedagógicas necessárias para a construção intencional do processo educativo (FREITAS, 1995).

Diante dos desafios que são múltiplos e inter-relacionados, a interdisciplinariedade é uma necessidade. Longe de ser uma imposição conceitual é um desafio que questiona a formação fragmentada, pois articula os conhecimentos específicos de cada área visando construir alternativas conjuntas frente às problemáticas cotidianas. Para isso, é necessária outra forma de organizar a aprendizagem e a produção do conhecimento. A metodologia proposta neste curso tem como orientação articular a pesquisa, o ensino e a extensão, com o objetivo de criar condições teórico-metodológicas para que os licenciandos façam estudos, diagnósticos e projetos que problematizem os elementos concretos de sua realidade e de sua intervenção profissional. Este curso valoriza, também, a auto-organização dos estudantes, no intuito de possibilitar espaços para a autonomia e o protagonismo destes no processo educacional (PISTRAK, 1981).

Para atingir seus objetivos formativos, é imprescindível que o trabalho pedagógico seja organizado no processo de alternância entre os períodos de atividades didáticas presenciais (Tempo Universidade – TU) e atividades de leitura, pesquisas diagnósticas locais e extensão, a serem realizados nas regiões de atuação profissional dos licenciandos (Tempo Comunidade – TC), acompanhados pelos docentes de forma presencial e utilizando as diferentes ferramentas educativas, incluindo o Plano de Estudo. O acompanhamento também será feito mediante o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Para possibilitar as atividades propostas, os componentes curriculares serão organizados por em módulos bimestrais, sendo dois por semestres, intercalados com atividades do TC, garantindo assim as condições de permanência dos/as estudantes trabalhadores/as.

**Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio**

Historicamente, o processo de educação escolar no Brasil foi marcado pela exclusão das camadas populares da sociedade. Para Moll (1996), a história da rede pública de ensino no Brasil é uma história de



seletividade. Por sua vez, segundo Ahys Siss (1999), a existência de uma política educacional de governo é muito recente (menos de meio século). Anterior a essa iniciativa do estado brasileiro, a educação letrada no país era privilégio de uns poucos indivíduos. Portanto, o desafio que esse contexto impõe é o de analisar as possibilidades de a escola romper com essa lógica perversa, tornando-se para os grupos populares um espaço de aprendizagem em igualdade de condições, tomando como princípio político a educação como uma questão de direito. As estatísticas oficiais denunciam elevados índices de evasão, repetência, distorção idade-série. As avaliações educacionais têm apresentado índices e indicadores que colocam em cheque a qualidade da Educação Básica no Brasil. Além disso, o péssimo desempenho dos alunos das escolas públicas brasileiras aponta que a educação pública tem fracassado no seu papel de socialização dos saberes historicamente acumulados, necessários para a conquista da cidadania na sociedade do conhecimento.

Nesse cenário, a Educação Básica no Brasil apresenta-se como uma questão que tem mobilizado as políticas públicas educacionais atuais no sentido de promover ações cujo foco seja à promoção de sua qualidade. Especificamente, tratando-se da Educação do Campo, identificamos historicamente a ausência do Estado brasileiro na promoção de políticas públicas que garantissem a democratização e a qualidade da educação destinada à população que vive no campo. Para Arroyo,

A história nos mostra que não temos uma tradição nem na formulação de políticas públicas, nem no pensamento e na prática de formação de profissionais da educação que focalize a educação do campo e a formação de educadores do campo como preocupação legítima (ARROYO, 2007, p. 158).

A investida das políticas públicas oficiais tem, geralmente, revestido-se de um caráter urbanocêntrico e estranhas às singularidades e ao contexto sociocultural desses territórios, impossibilitando, assim, a consolidação de uma educação *do campo e no campo*:

Quando analisamos a realidade das populações rurais/do campo, no Brasil, vemos os resultados de um histórico de abandono e negligências em relação às políticas públicas, em especial a educação ofertada a esta população. Os dados revelam que são exatamente nesses espaços que se encontram os piores indicadores educacionais, ou seja: as maiores taxas de analfabetismo, os maiores índices de distorção idade/série, a maior quantidade de escolas sem energia e/ou água encanada, sem bibliotecas, sem laboratórios, sem TV/vídeo/parabólica (SOUZA, et al, 2011, p. 04).

O resultado desse descaso histórico revela-se em alguns indicadores educacionais, como demonstrados em seguida. Segundo dados do PNAD/2009 e do IBGE/2010, dos 190.755.799 brasileiros contabilizados, 29.830.007 vivem no campo, o que equivale a 15,6% da população. Quando se considera a população de 15 anos ou mais temos no Brasil 144.823.505 brasileiros, dos quais 21.291.127 (14,7%) residem no campo. A taxa de analfabetismo nesta faixa etária, no campo, entretanto, é bem mais elevada, chegando a 35,4%. (PRONACAMPO, 2012, p. 17). Dos 13.933.173 brasileiros contabilizados como analfabetos nos dados oficiais (Censo PNAD/2009 e IBGE/2010), 4.935.448, o equivalente a 35,4% do total, residiam no campo. Para o mesmo período, a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais residentes no campo era de 22,8%, enquanto este percentual cai para 7,4% no meio urbano, quando a média de todo país é de 9,7% (PRONACAMPO, 2012, p. 16). Dados do Censo Escolar INEP/2011 indicam que apenas 18,43% dos jovens de 15 a 17 anos residentes no campo, têm acesso ao Ensino Médio.

No que se refere à infraestrutura física, das 76.229 escolas existentes no campo, 14,7% não possui esgotamento sanitário, 10,4% não possui água potável, 15% não tem acesso à energia elétrica, 67,5% não dispõe computador e 90% não possui acesso à internet (PRONACAMPO, 2012, p. 19). Os resultados destas distorções vão se apresentar, também, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Comparando os dados do IDEB referente ao ano de 2009, Souza *et. al.* (2011, p. 05), constata um índice da qualidade da educação de 4,0 pontos para o Brasil urbano e de apenas 2,7 para o Brasil rural:

Este quadro revela que ao longo de nossa história, o Estado brasileiro sempre negligenciou e/ou abandonou a Educação do Campo/Rural. O que justifica esta prática foi a ideologia urbanocêntrica e metropolitana que entendia ser necessário superar o nosso caráter rural, para que o País entrasse na modernidade; daí que, nesta lógica, não se concebia ser necessário políticas do Estado no/do Campo, relegando-o ao abandono (SOUZA *et. al.*, 2011, p. 05).

Partimos do pressuposto de que a falta de qualidade da Educação Básica no Brasil e, especificamente, a educação ofertada para os sujeitos do campo, além de outras variáveis e condicionantes históricos, é fruto da falta de uma política efetiva de Estado no campo da formação de professores. Para Freitas (2007), a formação de professores no Brasil sempre foi uma “prioridade postergada”; para Gatti, ela tem ocupado um lugar secundário e é “considerada atividade de menor categoria” (2009, p. 152). Em se tratando da formação de educadores do campo, Antunes-Rocha (2011, p. 01) denuncia que “há um evidente descompasso entre a formação dos professores que atuam nas escolas urbanas” e as escolas do campo. Dados do INEP/2010 sobre a formação de professores no Brasil, apresentados pela autora na Tabela 01, a seguir, confirmam esta distorção:

**Tabela 01 – Perfil da formação docente urbano/rural – Brasil - 2010**

CENSO ESCOLAR (INEP/ 2010)	TOTAL	URBANA	RURAL	% RURAL
Total de professores	1.598.076	1.292.250	305.826	19,1
Fundamental incompleto	3.453	2.256	1.197	34,7
Fundamental completo	6.067	2.543	3.524	58,1
EM magistério	350.769	210.793	139.976	39,9
EM específico indígena	4.010	2.012	1.998	49,8
Ensino Médio	113.165	76.756	36.409	32,2
Superior completo	1.120.612	997.890	122.722	11,0

FONTE: Antunes-Rocha, 2011, com base em dados do INEP/2010.

Os dados, apresentados na tabela anterior, revelam a precariedade da formação dos professores que atuam na educação do campo. Do total de professores com formação superior no País, apenas 11% atua no campo, espaço geográfico em que 19,10% dos docentes brasileiros exercem sua profissão. Além disso, há outro elemento que precisa ser tensionado nesse diagnóstico que toma como foco a formação de professores para atuar na Educação Básica do campo. Trate-se de questionar, dentro do percentual de professores que atuam no campo e possuem nível superior (40,12% dos que atuam neste espaço), quantos tem uma formação específica para responder as demandas e singularidades de uma educação do e no campo.

Dados do Censo Escolar INEP (2011) também indicam a fragilidade na política de formação de professores. Dos 342.845 professores que atuam no campo, 160.317 não possuem nível superior. Destes, 156.190 possui o ensino médio e 4.127 possui apenas o ensino fundamental (PRONACAMPO, 2012, p.10).

Os cursos de graduação têm como objetivo proporcionar uma formação de base acadêmica e profissional que possibilite ao sujeito uma inserção no seu contexto de atuação de forma que ele possa responder crítica e competentemente às demandas oriundas do seu campo de trabalho. Com base nessa premissa, uma questão que se coloca é pensar em que medida a formação dada nos cursos de licenciatura tem possibilitado aos sujeitos a construção de saberes, competência e identidade profissional voltados para as

singularidades da educação do campo? Nesse sentido, Antunes-Rocha coloca a necessidade de:

[...] investir na formação inicial na perspectiva da Educação do Campo, pois o fato de já termos um percentual de professores habilitados em nível superior não significa que os mesmos estejam recebendo formação específica para atuação no contexto do Campo. Isto porque a permanência de profissionais com formação não específica pode ocasionar a repetição do processo histórico que denominamos de *círculo vicioso* – professores atuam nas escolas rurais enquanto não conseguem transferência para escolas urbanas; professores não elaboram uma docência no meio rural tendo em vista sua especificidade cultural, econômica, política, espacial e social; professores mantém representações sobre a população rural que são depreciativas das formas de produção da vida desta população (ANTUNES-ROCHA, 2011, p. 02).

Geralmente os professores destinados para lecionar nas escolas do campo são considerados “inaptos” para atuar nas turmas das escolas da zona urbana ou são para lá encaminhados como forma de “punição” em virtude das relações políticas muitas vezes estabelecidas nas regiões interioranas do País. São docentes que, na maioria dos casos, infelizmente não possuem uma formação política e pedagógica adequadas para lidar com a realidade específica da educação do campo (MOURA e SANTOS, 2012). Essa realidade ainda se agrava pela ausência ou pelo acanhamento das políticas públicas destinadas a este contexto, principalmente nas políticas de formação inicial e continuada de professores. Ainda conforme Antunes-Rocha (2011, p. 01), “Esta situação nos instiga a elaborar políticas públicas que possam, entre outras condições, criar possibilidades para a formação dos docentes, bem como, criar condições para uma atuação digna”. Por isso, enfatizamos a necessidade das políticas de formação docente e das instituições que têm por objetivo a formação de professores incorporarem, ao âmbito curricular, o debate da Educação do Campo, suas concepções, princípios, metodologias, dinâmicas e as singularidades implicadas.

## PRINCÍPIOS NORTEADORES

Formulário  
Nº 04

### **Princípios** (Decreto 7.352, de 01/11/2010):

- I – Respeito a diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II – Incentivo a formação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III – Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social d vida no campo;
- IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologia adequada às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e
- V – Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

### **Bases conceituais fundamentais:** concepção de **Campo, Educação e Política Pública**

**Pilares** Concepções de escola, educador e educação do campo (histórico; projetos em disputa, mobilização/superação); Financiamento; Organização do trabalho pedagógico; Projeto Político Pedagógico; Currículo; Cooperação e Agroecologia.

Teorias Pedagógicas fundantes: Educação popular e pedagogia da autonomia (Freire) – vínculo com a realidade dos educandos; Pedagogia socialista – vínculo com o mundo do trabalho e a auto-organização dos estudantes e trabalhadores e Pedagogia do movimento – vínculo com a luta política.

**BASE LEGAL**

**Formulário  
Nº 05**

A estruturação do curso se dá respaldada nos marcos da legislação oficial, considerando as seguintes orientações:

**a) Geral**

1. ESTATUTO da UFRB (Lei 11.151 de 29 de julho de 2005);
2. REGIMENTO GERAL da UFRB
3. LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
4. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, de 1997;
5. RESOLUÇÃO nº 3, de 15 de junho de 2010 (\*) - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos, desenvolvida por meio da Educação a Distância;
6. RESOLUÇÃO nº 4, de 13 de julho de 2010 (\*) - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

**b) Das Licenciaturas**

1. RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 (\*) (\*\*) (\*\*\*) - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
2. RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 (\*) - Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior;
3. RESOLUÇÃO nº 5, de 17 de dezembro de 2009 (\*) - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
4. LEI Nº 11.788 de 25/09/2008 - Lei do Estágio;
5. LEI Nº 11.645, de 10 de março de 2008 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
6. O DECRETO nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
7. Resolução CONAC 07/2009 da UFRB Atividades Acadêmico-científico-culturais (ACC)
8. Resolução CONAC 16/2008 - Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)
9. Resolução 031/2011 - Regulamento de Estágio do curso de Licenciatura em Pedagogia.

**c) Da Educação do Campo**

1. RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
2. RESOLUÇÃO nº 2, de 28 de abril de 2008 (\*) - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo;
3. DECRETO nº 7.352, de 04 de novembro de 2010 - Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA;
4. MINUTA ORIGINAL, 2006 – Licenciatura (Plena) em Educação do Campo – PROCAMPO.

## OBJETIVOS

Formulário  
Nº 06

- Formar educadores/as para atuar nas escolas do campo, no âmbito das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Educação Básica, junto às populações que vivem e trabalham no/do campo e na diversidade das ações pedagógicas necessários à promoção do desenvolvimento agrário na Bahia e no Brasil, tendo por prioridade garantir a formação inicial de professores/as em exercício nas escolas do campo;
- Desenvolver estratégias de formação para a docência multidisciplinar a partir de uma organização curricular pautada na área do conhecimento Ciências Agrárias, com os fins previstos no art. 2º da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
- Contribuir para a expansão da oferta da educação básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo, socializando/elaborando novas alternativas de organização escolar e pedagógica para as escolas do campo;
- Estimular a pesquisa, a extensão e as ações afirmativas voltadas para as demandas da Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e demais parceiros na implementação desta licenciatura, de forma articulada com os cursos de Pós-Graduação existentes na UFRB: i) *Lato sensu* em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro; ii) Mestrado Profissional em Educação do Campo;
- Possibilitar uma formação técnica-educacional em Ciências Agrárias, compatível com os saberes dominantes e as perspectivas de desenvolvimento aplicadas à realidade do campo tendo como foco a formação pedagógica e política e a Agroecologia e a Cooperação;

Considera-se aqui como escola do campo aquelas *situadas na zona rural ou que atenda predominantemente a populações do campo*, conforme Decreto nº 7.352, de 04/11/2010; Art. 1º § II).

### Objetivos específicos

- Formar e habilitar profissionais a partir da constituição de espaços de formação orientados pelas concepções e princípios da Educação do Campo e por reflexões sobre a diversidade presente na realidade agrária baiana e brasileira;
- Possibilitar o acesso a novas estratégias de formação dos profissionais da educação – docentes e gestores(as) –, permitindo uma qualificação capaz de redefinir suas práticas pedagógicas e a condução dos modelos de gestão escolar, permitindo a construção de novas bases de organização do trabalho pedagógico (escola e currículo) pautada na concepção de práxis;
- Propiciar conhecimentos teórico-metodológicos, técnicos e tecnológicos que possibilitem a elaboração de análises e diagnósticos da realidade socioeconômica, política, cultural, institucional e ambiental do campo baiano e brasileiro, fundamentando a proposição de ações de mudança e de desenvolvimento agrário;
- Ampliar a capacidade analítica, metodológica, tecnológica e de atuação dos profissionais em formação na relação com a complexidade e diversidade do campo, dialogando e intervindo nos processos de elaboração das políticas de desenvolvimento agrário na Bahia e no Brasil;
- Compreender nuances da diversidade do campo do ponto de vista das relações de gênero, sexualidade, geração, questões ético-raciais, portadores de necessidades especiais e cultura camponesa, fundamentando a proposição de ações de mudança e de desenvolvimento agrário;
- Possibilitar a socialização de experiências educacionais e de desenvolvimento agrário que vêm sendo desenvolvidas de forma inovadora por movimentos sociais, organizações não governamentais,

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA  
**- PROJETO PEDAGÓGICO -**

Processo nº                      Fls.

Rubrica:

instituições públicas diversas, associação de agricultores familiares, etc;

- Construir coletivamente projetos educativos em diálogo com novas políticas de desenvolvimento agrário que sirvam de referência prática para políticas e pedagogias de Educação do Campo nos municípios de origem dos profissionais em formação.

**IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS  
CONSTANTES NO PDI, NO ÂMBITO DO CURSO**

**Formulário  
Nº 07**

Neste contexto, a universidade brasileira tem como uma de suas responsabilidades a participação ativa nesse processo, enquanto instituição capaz de colaborar na resolução de contradições sociais e educacionais, configuradoras do paradoxo entre a esperança e a expectativa cautelosa de melhoria das condições de vida da população. Sendo assim, situam-se os cursos de graduação e de pós-graduação das instituições públicas de ensino de nível superior no Brasil, considerados como vias que possibilitam a mobilidade social ascendente pela inserção no mercado de trabalho qualificado.

A UFRB se propõe a ofertar um ensino de qualidade, em prol do desenvolvimento econômico e social. Para tanto, define como princípios para a sua política de ensino a interdisciplinaridade e a flexibilidade curricular.

Assim, os cursos de graduação objetivam formar profissionais capazes de produzirem uma articulação entre o desenvolvimento de conhecimentos gerais, básicos e específicos de uma determinada profissão, que permitam ao graduado a elaboração de uma concepção de mundo e de atividades de trabalho perpassados pela diversidade, devido à dinâmica dos contextos que se organizam e reorganizam, a todo o momento, e exigem novas ações profissionais que incorporem o genérico e o peculiar.

Compatível com o acima exposto, a estrutura da organização curricular se concretiza na oferta de três modalidades de componentes curriculares:

1. Formação básica;
2. Formação sócio-política;
3. Formação específica – base integradora (questão agrária)
4. Formação específica – formação de professores e gestores.

Os componentes curriculares que fazem parte do grupo 1 visam capacitar o graduando a identificar e a analisar diferentes aspectos constitutivos da realidade, como também identificar, compreender e analisar diferentes saberes, processos de comunicação e especificidades culturais mediante a apropriar dos conhecimentos a partir das ciências básicas, fundamento para a formação específica.

Aqueles que constituem o núcleo 2 possibilitam a formação no que tange às especificidades sócio-políticas que permeiam a vida do educador do campo, permitindo-os compreender as bases sócio-territoriais e políticas das sociedades rurais brasileira.

Os que fazem parte do núcleo 3 e 4 (formação específica) buscam habilitar o estudante a se apropriar do conhecimento teórico, prático e tecnológico relativos ao seu campo de atuação profissional, empregando-o de modo inovador, em permanente diálogo com os Princípios e Finalidades da UFRB presentes em seu Estatuto e sua Missão apresentada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).



**Metas a serem alcançadas ao longo de três anos de implementação do curso:**

Metas	Estratégias	Período
<b>Missão da Universidade:</b> “- universalidade de conhecimentos; - integração sistêmica entre educação, trabalho e atuação social (...); - contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do Estado e do País, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos em nível de suas necessidades; - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica; e - educar para o desenvolvimento sustentável; (PDI da UFRB, 1.2-Missão)		
<b>METAS DO CURSO ASSOCIADA AO NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA E EXTENSÃO EM EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFRB</b>		
Criação e consolidação do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área de Ciências Área de Ciências Agrárias	Formar 360 Licenciados em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias	2012-2015
Criação e Fortalecimento do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial / Campus Amargosa.	<i>Criação do curso de Pós-Graduação Lato sensu em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial</i>	2010 <i>(efetivado)</i>
	<i>Criação do Mestrado Profissional em Educação do Campo</i>	2012 <i>(efetivado)</i>
	Criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área de Ciências Área de Ciências Agrárias	2012 <i>(efetivado)</i>
	Criação do curso de bacharelado Tecnólogo em Agroecologia – parceria REFAISA/INCRA/PRONERA	2012-2013
	Criação de novos cursos com ênfase na Educação do Campo: Pedagogia da Terra e Doutorado em Educação do Campo	2014-2015
<b>Da composição da equipe e qualificação dos profissionais da Educação do Campo no/do Núcleo de Educação do Campo do Centro de Formação de Professores</b>		
Consolidar a equipe de trabalho	Seleção e formação política dos 15 docentes - Constituição de comissão interna mediante ordem de serviço;	2013
	Seleção e formação dos 03 servidores técnicos para o curso	2013
Garantir qualidade no trabalho docente e técnico	Organização de grupos de estudos e de seminários temáticos	2013-2015

mediante organização interna e formação  
 contínuas dos docentes e servidores técnicos

continuada dos docentes e servidores técnicos	Organização de seminários temáticos a partir da PROGEP		
Fortalecimento do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial	Criar novos grupos e linhas de pesquisa dentro da UFRB de acordo com as linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial	Março de 2013	
		2013-2015	
	Incentivar a participação dos docentes, discentes e servidores técnicos nos grupos de pesquisa que compõem o Núcleo.	2013-2015	
<b>Infraestrutura e condições de trabalho técnico, docente e discente</b>			
Garantir condições de trabalho técnico e na produção de conhecimentos	Lutar por infraestrutura adequada dentro e fora (editais) da UFRB	2013-2015	
	Rodízio nas coordenações do curso, comissões e dos grupos de pesquisa		
Construção do prédio de Educação do Campo	Definir mecanismos junto a reitoria da UFRB		
Ampliar o acervo bibliográfico	Pautar no interior da UFRB e buscar editais		
Ampliar o parque de informática	Pautar no interior da UFRB e buscar editais		
Garantir as condições mínimas de aprendizagem efetiva e inclusão educacional discente	Lutar por bolsas de pesquisa, extensão e permanência qualificada	2013	
	Lutar por vagas na residência universitária independente da modalidade do curso (semestral ou por alternância)		
	Lutar por bolsas PIBEX, PIBIC, CNPq Extensão e Permanência qualificada (Ações afirmativas)		
<b>Organização do Trabalho Pedagógico</b>			
Garantir a <b>efetivação do projeto político</b> da Educação do Campo	Prezar pela manutenção do referencial teórico e metodológico que garanta os fundamentos do projeto político da Educação do Campo	2013-2015	
	Criar grupos de estudos entre os docentes consolidando a metodologia histórico-crítica-superadora, base teórica do projeto proposto		
	Seminários internos		
Fortalecimento da indissociabilidade do <b>ensino, pesquisa e extensão</b> enquanto matriz formadora	Criação e fortalecimento dos grupos de pesquisa		

	Criação dos grupos de estudo entre docentes e discentes		
	Incentivo a criação de projetos que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão		
	Busca de financiamento para os projetos articulados de ensino, pesquisa e extensão		
Fortalecimento do <b>trabalho</b> e da <b>cultura</b> enquanto matriz formadora	Reafirmação da Pedagogia da Alternância		
	Garantia dos instrumentos de acompanhamento do Tempo Comunidade (TC)		

**Desenvolvimento de metodologias com base no uso pedagógico de recursos de tecnologia de comunicação e informação:**

Uma das metodologias prevista para o uso das tecnologias no curso consiste na utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, via recurso da Plataforma Moodle, disponível no site da UFRB (<http://www.moodle.ufrb.edu.br/>).

O componente curricular *Novas Tecnologias e Educação do Campo* (34 h) terá papel fundamental de, após discutir o papel das tecnologias educacionais e estudar as novas possibilidades pedagógicas, trabalhará o uso da ferramenta tecnológica - Ambiente Virtual de Aprendizagem - em todas as atividades do curso, incluindo a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como, o acompanhamento dos estudantes e a continuidade dos diálogos iniciados no Tempo Universidade (TU), fomentando outros debates baseados na vivência do Tempo Comunidade (TC).

**Vinculação do curso de formação com linhas de pesquisa e extensão:**

A pesquisa e a extensão na Educação do Campo emergem enquanto matriz formadora indissociada do ensino na mesma dimensão que o trabalho e a cultura camponesa. Sua efetivação será mediada pelos grupos de estudos e pesquisa, mas também a partir das atividades do/no tempo comunidade.

A inserção da Extensão Universitária, conforme Decreto nº 7.233/ 2010, que dispõe e regulamenta a disposição dos procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, no âmbito do MEC, foi importante para a garantia de financiamento público para as ações da extensão universitária. Nesta dinâmica, em 1998, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras elaborou o Plano Nacional de Extensão Universitária. Esse Plano, entre outras diretrizes, coloca a Extensão Universitária numa perspectiva cidadã e determina as linhas temáticas da Extensão Universitária:

- I – Comunicação
- II – Cultura
- III – Direitos Humanos e Justiça
- IV – Educação
- V – Meio Ambiente
- VI – Saúde
- VII – Tecnologia e Produção
- VIII – Trabalho

Seguindo o Plano Nacional de Extensão Universitária, a UFRB compreende a extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável,

viabilizando dessa forma a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.

No âmbito da educação do Campo e da Pedagogia da Alternância, essa perspectiva ganha força na concepção de extensão interativa. Ela é instrumento de efetivação de seus princípios, ou seja, os projetos guardam objetivos que remetem a práxis na formação humana, uma permanente interação entre a universidade e a sociedade camponesa, buscando a superação dos muros e barreiras que os separam na articulação e produção dos diferentes saberes e do conhecimento.

A UFRB orienta que os novos cursos criados, bem como os já existentes, promovam a curricularização da extensão com carga horária específica. Em cada curso, 10% de suas atividades devem ter o caráter extensionista visando a interação com a comunidade.

No curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias, essas atividades somam 113 horas, carga horária que será contabilizada de forma independente do ACC (200 h), do Estágio Supervisionado (408 h) e das Atividades do Tempo Comunidade.

Para sua efetivação, os estudantes serão incentivados a participar de Grupos de Estudos e Pesquisas, onde desenvolverão, de forma associada à pesquisa e ao ensino, seus projetos de extensão contemplando o debate da Educação do campo e todos os temas transversais.

Assim como a pesquisa, os projetos de extensão precisam estar associados ao grupo de pesquisa, ter um professor/a orientador/Ra e ser registrados e aprovados no Conselho de Centro. Na medida do possível, os projetos devem estar vinculados aos locais de vida, trabalho e/ou atuação política dos educandos/as.

Considerando o debate ora realizado, já conseguimos acumular ações acadêmicas vinculadas aos Grupos e Núcleos de Pesquisa cadastrados no CNPq e vinculados a UFRB, particularmente àqueles abrigados no Centro de Formação de Professores (CFP) e que hoje interagem com o curso em licenciatura de Educação do Campo – Área Ciências Agrárias e os demais cursos de Pós-Graduação nesta área do conhecimento.

**1. Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial:** tem o objetivo de capacitar professores das redes públicas de ensino, gestores públicos e articuladores dos movimentos sociais do campo para implementar o projeto de Educação do Campo, delineado a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, 03/04/2002) e da Política Nacional de Educação na Reforma Agrária (Decreto nº 7.352, 04/11/2010). Linhas de pesquisa:

- **Educação do Campo e Desenvolvimento Agrário:** desenvolver estudos e pesquisas sobre realidades educacionais e de desenvolvimento rural no Brasil, no contexto latino-americano e global; articular pesquisas que envolvam a temática Educação do campo, trabalho e movimentos sociais do campo; e difundir análises acerca da temática da educação do campo e do desenvolvimento territorial.
- **Educação e sustentabilidade:** apoiar pesquisas e atividades didáticas da área de estudos sobre educação do campo e desenvolvimento territorial sustentável; desenvolver programas de formação e capacitação de professores e gestores dos sistemas públicos de educação e escolas comunitárias, nacionais e estrangeiros, bem como de movimentos sociais organizados; sustentar banco de informações sobre educação do campo, com enfoque na Bahia.
- **Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e Formação de Professores:** investigação a partir das temáticas: formação de professores, Organização do trabalho pedagógico; Processos de alfabetização, escolarização e profissionalização no/do campo; Gestão da escola e de projetos institucionais; Financiamento, projeto político-pedagógico, didática, currículo e avaliação no contexto escola seriada, multisseriada ou organizada em Ciclos de Aprendizagem e Pedagogia da Alternância na escola do campo.

**2. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Formação de Professores e Educação Física.** Linhas de pesquisa:

- **Educação do Campo, Lutas e Movimentos Sociais:** Investigar as problemáticas significativas da Educação do Campo e das Lutas Sociais no Brasil.
- **Educação, Gênero e Sexualidade:** Essa linha toma como referência as teorizações desenvolvidas no âmbito dos Estudos Feministas, dos Estudos Culturais, dos Estudos Gays e Lésbicos e da Teoria Queer.

principalmente a partir da perspectiva pós-estruturalista, para desenvolver ações, pesquisas e estudos que visem compreender como o corpo, o gênero e a sexualidade são construções discursivas e políticas que atravessam e constituem a cultura e, aqui, há de se destacar os espaços educativos. De forma importante, prioriza e abarca as discussões sobre as múltiplas expressões do gênero e da sexualidade em relação com a educação. **Currículo,**

**3. Currículo, Avaliação e Formação – CAF.** Linhas de pesquisa:

- **Currículo:** Culturas, Linguagens e Formação: compreende as políticas e práticas de currículo e formação de forma complexa e multirreferencial; das diversidades culturais e das múltiplas linguagens.
- **Formação de Profissionais da Educação Básica:** investigar e discutir os diversos aspectos da formação dos profissionais da educação, em especial: pedagogos, gestores escolares, professores de matemática e de física.

**4. Educação, Sociedade e Diversidade.** Linhas de pesquisa:

- **Educação, Sociedade e Cultura:** Desenvolver pesquisas acerca da relação entre educação, sociedade e cultura, privilegiando as abordagens sociológicas, antropológicas, históricas e pedagógicas. Por conseguinte, realiza pesquisas no âmbito das seguintes áreas: educação e sociedade, trabalho e educação, história da educação, movimentos sociais e diversidade;
- **Educação, Diversidade e Inclusão:** Realizar pesquisas acerca de dinâmicas/processos coletivos de estigmatização que envolvam identidades raciais, corporal-estéticas, de geração, gênero. Discutir a relação entre estigma, preconceito e educação. Investigar a relação entre movimentos sociais e educação. Investigar os movimentos sociais como espaços educativos.

**5. Ciência, Tecnologia e Ensino de Química.** Linhas de pesquisa:

- **Energias Renováveis:** investigação de procedimentos e mecanismos reacionais que permitam geração de energia a partir de sementes vegetais; avaliação da eficiência de produção de biocombustíveis.
- **Ensino de ciências e Tecnologia:** Formação permanente e outras atividades de ensino.
- **Química Ambiental:** Desenvolvimento de metodologias para a separação, identificação e estudo dos potenciais toxicológicos de compostos orgânicos voláteis (COVs).
- **Química de Produtos Naturais:** estudos etnobotânicos e fitoquímicos através de abordagens qualitativas, randômica e quimiotaxonômica.
- **Química Limpa e Gestão Ambiental:** investigar processos e mecanismos reacionais que se fundamentem na aplicação de reagentes menos agressivos ao meio ambiente; Proposição de procedimentos analíticos que busquem o monitoramento de compostos contaminantes do meio ambiente.
- **Tecnologia Social:** Produtos e Serviços Voltados Para A Defesa e Proteção do Meio Ambiente, Incluindo o Desenvolvimento Sustentado.

**6. GPEMAR - Grupo de Pesquisa em Educação Matemática do Recôncavo da Bahia.** Linhas de pesquisa:

- **Educação Matemática, valores e cidadania:** Estudar os aspectos político-axiológicos do processo de ensino-aprendizagem da Matemática na Educação Básica
- **Tecnologias da Informação e Comunicação e Educação Matemática:** Estuda questões ligadas à utilização das TIC na Educação Matemática, refletindo sobre as mudanças no ensino-aprendizagem da Matemática

**7. Núcleo INCUBA.** Linhas de pesquisa:

- **Educação Popular:** tem o objetivo de contribuir para o aprofundamento de estudos e pesquisas no âmbito da educação popular, tendo como interface um olhar acerca dos fundamentos e práticas populares dos empreendimentos econômicos solidários.
- **Finanças dos Empreendimentos Econômicos Solidários:** tem o objetivo de contribuir na análise da

problemática de financiamento na economia solidária, com abordagem nas microfinanças, nos microcréditos e nas finanças solidárias.

- **Marketing e Comercialização Solidária:** analisar e orientar os processos de comercialização em empreendimentos solidários. Realizar estudos de mercado, analisar as cadeias produtivas e os mecanismos de agregação de valor nos empreendimentos solidários.
- **Meio Ambiente:** tem a abordagem nos estudos sobre os conceitos de natureza, com envolvimento de temas como desenvolvimento, degradação ambiental e gestão e política ambiental no Brasil, com análise dos instrumentos e da base legal existente.
- **Movimentos e Organizações Sociais:** fomentar junto aos grupos, movimentos sociais e organizações sociais envolvidos nos projetos debates e reflexões acerca de categorias teóricas.
- **Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial:** acompanhar e analisar a implantação da Política Territorial na Bahia.
- **Saúde Pública e Alimentação Coletiva:** avaliar saúde do trabalhador propondo alternativas para melhorar as condições de trabalho de indivíduos.

#### **Oferta de formação nas regiões metropolitanas e no interior da Unidade Federada:**

O curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias, por ser constituído a partir de uma demanda dos movimentos sociais do campo no estado da Bahia. Considerando que se trata de uma dívida histórica para com os povos do campo e uma demanda reprimida, a oferta de vaga priorizará, considerando as especificidades do curso, os povos do campo, ou seja, aqueles que vivem e trabalham no campo ou moram nas pequenas cidades e trabalham no campo ou em instituições que tenham as escolas do campo como sua principal área de atuação. Neste contexto, nossa maior interlocução será com Vale do Jiquiriçá/BA, um território de Identidade composto por 20 municípios no entorno do município de Amargosa, Campus universitário onde o curso ocorrerá, no Baixo Sul, Sul e Sertão baiano.

#### **Desenvolvimento de Estágios Curriculares em articulação com o sistema público de educação básica**

O Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Área Ciências Agrárias segue a Resolução da UFRB e, inicialmente, algumas orientações postas na Resolução 031/2011 - Regulamento de Estágio do curso de Licenciatura em Pedagogia, diferenciando-se quanto a carga horária e quanto sua distribuição ao longo do curso (ver Formulário nº 10).

A Resolução Nº 038/2011, do Conselho Acadêmico (CONAC) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, dispõe sobre a aprovação do regulamento de estágio obrigatório e não obrigatório dos cursos de Graduação da instituição. Esta ampara-se na Resolução do CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que trata dentre outras questões, da carga horária dos estágios, e portanto, os cursos de licenciatura deverão ter 408 horas de estágio curricular obrigatório. O curso de Licenciatura em Educação do Campo terá amparo nas normatizações legais, mas, por outro lado, considerará a perspectiva epistemológica que precisa permear os cursos voltados para a realidade campesina.

Ao propor um estágio curricular obrigatório ancorado nos pressupostos da Pedagogia da Alternância, se faz necessário a desconstrução do que convencionalmente se chama de estágio. Será importante pensar na carga semântica que tem esse componente e no espaço que ocupa nos currículos de licenciatura. Percorrido esse caminho, a Licenciatura em Educação do Campo delinear as bases pelas quais se estruturará os três estágios do curso.

Semanticamente, o estágio é compreendido como uma etapa ou fase do aprendizado de uma atividade profissional. Essa acepção acaba sendo limitadora quando se pensa o estágio como um dos recursos básicos da Pedagogia da Alternância. Limitadora por não conseguir abarcar a magnitude que o termo estágio necessita ter para superar a dicotomia instaurada entre a teoria e a prática. (SOUZA, 2012, p. 194). O aspecto semântico não alcança as necessidades reais de imbricação entre teoria e prática quando o estágio se materializa enquanto componente curricular. Para Souza:

A organização dos currículos dos cursos de formação de professores segue uma “lógica muda e míope” em que os componentes se aglomeram de forma isolada e sem nexos umas com as outras, constituindo-se assim, em aglomerados saberes disciplinares, extremamente distantes da realidade cotidiana e do campo de trabalho dos futuros profissionais da educação. Soma-se a isso a dicotomização entre as dimensões teoria e prática dos currículos, pois os estágios acabam ganhando o perigoso status de “salvador da prática”. Isso porque são considerados como o ápice prático dos cursos de formação (SOUZA, 2012, p. 190).

Num curso epistemologicamente sustentado pela Pedagogia da Alternância, esta dicotomização e o status salvacionista dos estágios não podem predominar. Para isso é preciso vencer as amarras impostas aos estágios pela organização curricular convencional. Quando este se encontra dissociado do conjunto curricular acaba se configurando, segundo Selma Garrido Pimenta (2004), como imitação de modelos prontos, mas sempre de resultados duvidosos, por não conseguir transpor as dimensões relacionais de uma realidade para outra. E muito menos conseguem criar ações para superar as dificuldades por que passam os ambientes em que serão desenvolvidos.

Como a tradicional organização dos estágios apresenta uma ação que prima pelo pacto do silêncio e por ações reprodutivas, no curso de Licenciatura em Educação do Campo será preciso operacionalizá-los de modo a fortalecer o diálogo entre as aprendizagens teóricas do Tempo-Universidade, as atividades práticas do Tempo-Comunidade e a organização do trabalho pedagógico das escolas do campo, tendo como possibilidade a articulação do estágio com o projeto de extensão respeitando todos os requisitos estabelecidos pelo Regimento do estágio supervisionado, ao tempo em que, a vinculação entre extensão e estágio pode resultar na inter-relação teórico-prático de forma interdisciplinar resultando na curricularização da extensão.

A necessária imbricação entre teoria e prática nos diversos tempos e espaços de aprendizagens do curso é uma prerrogativa da Pedagogia da Alternância quando trata de estágios curriculares. Entende-se que esta é uma atividade que visa oportunizar ao estudante vivenciar experiências, conhecer trabalhos, olhar para sua própria prática docente – caso exerça o magistério – aprender na prática e melhorar sua ação na escola e na comunidade.

Sendo o estágio uma ação que transpassa os tempos e espaços formativos, também é considerado, na perspectiva da Pedagogia da Alternância, um momento de se aprimorar os conhecimentos científicos, teóricos e práticos considerando a execução do Plano de Estudo traçado e do próprio projeto profissional.

Na perspectiva assumida pelo curso, o estágio requer um acompanhamento construtivo e produtivo, por seguir uma lógica que se aproxima do que é realizado nas Escolas Famílias Agrícolas (EFA), onde há um mestre de estágio, que é um dos monitores da equipe da escola, que tem dentre suas funções orientar o jovem na escolha do local, que por sua vez deve estar em consonância com os estudos realizados e com as atividades construídas. Tanto nas EFA's quanto na universidade, caberá ao mestre/orientador elaborar com os estudantes um roteiro de orientação de pesquisa-ação bibliográfica com intuito de muni-los teoricamente com vistas a possibilitar a observação, o questionamento, a argumentação, de modo a inseri-los nas escolas do campo na busca de seus objetivos.

Esse acompanhamento, na perspectiva da Pedagogia da Alternância, é essencial para construção dos saberes dos professores em formação, pois o olhar para a realidade campesina, da qual já fazem parte, deverá ser sempre problematizada e problematizadora. Só assim o curso poderá contribuir para superação da falha entre saberes e realidades, apontadas por Tardiff:

Até agora, a formação para o magistério esteve dominada, sobretudo, pelos conhecimentos disciplinares, conhecimentos esses produzidos geralmente numa redoma de vidro, sem nenhuma conexão com a ação profissional, devendo, em seguida, serem aplicados na prática por meio de estágios ou de outras atividades do gênero. Essa visão disciplinar e aplicacionista da formação profissional não tem mais sentido hoje em dia, não somente no campo de ensino, mas também nos outros setores (TARDIFF, 2002, p. 23).

Acredita-se que, com implicação mútua das aprendizagens construídas no Tempo-Universidade e no Tempo-Comunidade, o curso ganhará uma unidade que, certamente, será determinante para os estágios. Essa assertiva ganha força quando entendemos que as nuances da realidade campesina, somadas aos conhecimentos da realidade escolar do campo, fortalecerá a identidade profissional. Assim, este momento da licenciatura tenderá a romper com as práticas aplicacionistas e de reprodução de modelos tão comuns nos estágios de cursos de formação de professores.

### **Políticas de extensão universitária**

A extensão universitária é um processo educativo, artístico, cultural e científico, que articula as atividades de ensino e de pesquisa, de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre a Universidade e os diversos setores da sociedade. É entendida como prática acadêmica que interliga a universidade, nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as necessidades da população, e neste caso, com o mundo rural do semiárido brasileiro, capaz de gerar a produção do conhecimento no intuito de superação das desigualdades sociais existentes no país.

A Extensão Universitária, na UFRB, coordenada pela Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT e Centros de Ensino têm-se firmada, na prática cotidiana e nas atitudes e vontades políticas da atual gestão, como um elo de permanente interação com a sociedade, especialmente com as comunidades e segmentos populares do Recôncavo da Bahia. Essa postura requer o rompimento da compreensão tradicional da Extensão como difusão de conhecimentos. Significa dizer que a produção do conhecimento pela prática da Extensão, acontece a partir do encontro do saber acadêmico com diversos outros conhecimentos possíveis.

Essa postura dialógica e não impositiva, resultante da participação e do confronto com a realidade, implica na formação mais qualificada e engajada dos estudantes; a atualização e qualificação do professor, ampliando consequentemente os conteúdos trabalhados em sala de aula; e, sobretudo, a transformação social, pois o conhecimento produzido imediatamente será apropriado por quem dele necessite.

A extensão universitária é um instrumento para os processos de reflexão da comunidade acadêmica de forma indissociada com as populações do campo na consolidação de geração de saberes e de inovações pertinentes para a efetivação de um curso em licenciatura de Educação do Campo – Semiárido. Segundo Boaventura de Souza Santos,

(...) numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino (Souza Santos 1997, p. 225).

A extensão universitária é, na realidade, uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual está inserida. É uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de duas mãos, em que a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade, e recebe dela influxos positivos como retroalimentação tais como suas reais necessidades, seus anseios, aspirações e também aprendendo com o saber dessas comunidades. Ocorre, na realidade, uma troca de conhecimentos, em que a universidade também aprende com a própria comunidade sobre os valores e a cultura dessa comunidade.

Assim, a universidade pode planejar e executar as atividades de extensão respeitando e não violando esses valores e cultura. A universidade, através da Extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, ou seja, possibilita uma troca de valores entre a universidade e o meio. A Extensão Universitária deve priorizar atividades cujo enfoque paradigmático fundamente-se nas seguintes diretrizes:

I - Caráter educativo, no sentido de tornar as pessoas autônomas e autores de processo de vida e de



- aprendizagem;
- II - Tem como referência que cabe à UFRB: produzir, sistematizar, criticar, atualizar, proteger, integrar, divulgar e difundir o conhecimento;
- III - Articulação da atividade extensionista com o desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa;
- IV - Abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, pressupondo interação entre as diversas áreas do conhecimento;
- V - Enfoque na promoção do desenvolvimento sustentável, alicerçando-se nas prioridades locais, regionais e nacionais, nesta ordem, e
- VI - Articulação com a comunidade e seus segmentos significativos, inclusive órgãos públicos.

As ações extensionistas são desenvolvidas na forma de Programas, Projetos, Cursos, Eventos, Prestação de Serviços, Consultorias e Publicações, e outros Produtos Acadêmicos, inseridos em áreas temáticas estabelecidas pela Câmara de Extensão, em consonância com as orientações do Plano Nacional de Extensão Universitária.

Na UFRB, entre os anos de 2009 e 2011, foram desenvolvidos 14 programas, 149 projetos, 148 eventos e foram trabalhadas com 130 bolsas vinculadas às ações de extensão universitária. Em 2011, houve o envolvimento direto na execução das atividades extensionistas de 101 técnicos, 709 docentes e 2.262 estudantes, com abrangência de público para 65.824 pessoas.

As linhas temáticas da Extensão Universitária foram definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.

<b>METAS</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>ETAPAS</b>	<b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>
Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária – PIBEX	Articulação do corpo docente e estudante para a construção de projetos de extensão/ intervenção na temática de educação do campo e convivência com o semiárido	10% das bolsas PIBEX articuladas para o curso de Educação do Campo	Reunião com o corpo docente e estudante; Construção da proposta; Apresentação do projeto para bolsa de extensão.	Anual
Jornada de Extensão Universitária da Bahia	Articulação da coordenação de extensão do CFP com a pró-reitoria de extensão e outras universidades baianas	1 evento realizado por ano	Reunião com a coordenação de extensão; Participação na comissão organizadora; Seleção de monitores; Inscrição de trabalhos; Participação no evento.	Anual
Seminário Internacional e II Seminário Estadual de Educação do Campo da Bahia	Articulação entre as coordenações dos cursos de Pós-Graduação em Educação do Campo (Especialização e Mestrado profissional) e da Graduação (Licenciatura em Educação do Campo)	01 evento por ano	A definir	Anual

Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRB	Gestão de Ensino, Pesquisa e Extensão do CFP em articulação com as Pró-reitorias	01 evento realizado por ano	Reunião com a coordenação dos projetos e líderes dos grupos de estudos e pesquisas; Participação na comissão organizadora; Seleção de monitores; Inscrição de trabalhos; Participação no evento.	Anual
Semana Nacional de Ciência e Tecnologia/ MCT	Articulação da coordenação de extensão do CETENS com a pró-reitoria de extensão da UFRB	01 evento realizado por ano	Reunião com a coordenação de extensão; Participação na comissão organizadora; Seleção de monitores; Participação no evento.	Anual
Programa de Educação Tutorial – PET – Educação do Campo	Articulação com o corpo docente para a construção da proposta PET – Educação do Campo	01 PET implantado na temática de educação do campo	Construção da proposta PET – Educação do Campo; Submissão em edital do MEC; Seleção de bolsistas; Planejamento das ações de funcionamento do PET – Educação do Campo.	Permanente

### Políticas de Educação do Campo

A Educação do Campo é uma articulação entre movimentos sociais do campo, universidades, institutos federais de ensino, redes de ensino CONTAG, CEFAS, RESAB, poder público (Coordenação de Educação do Campo MEC e MDA e Frente Parlamentar da Educação do Campo). Fruto de um movimento de luta e resistência surgiu da luta por políticas públicas educacionais no âmbito da reforma agrária, a partir dos Encontros, reuniões de preparação das Conferências Nacionais, se consolidando com a criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC). Segundo Manarim,

Os meados da década de 1990 se constituem o momento histórico em que começou a nascer o que estou chamando de Movimento de Educação do Campo no Brasil. Nesse contexto, o “I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária” (Iº ENERA), realizado em julho de 1997, na Universidade de Brasília pode ser eleito como fato que melhor simboliza esse acontecimento histórico. O “Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro”, lançado na ocasião do evento pode ser considerado a certidão de nascimento do Movimento (MANARIM, 2012, p. 9)

A partir do Seminário Nacional “Por uma educação do Campo”, realizado em Brasília entre os dias 26 e 29 de novembro de 2002, evento que teve grande influência na aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, se faz referência a outro momento histórico igualmente importante para a consolidação desse movimento de Educação do Campo: a *Articulação Nacional por uma educação do Campo*, que se inicia com o processo de preparação para a I Conferência Nacional (1998), definida ao final do I ENERA. Constituíram a coordenação desta articulação, sujeitos sociais e institucionais como o MST,

CNBB, UnB, UNESCO e UNICEF, caminhando até a constituição do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), em 2010.

Essa articulação organizou diversos eventos, fomentou a elaboração de políticas públicas e coordenou a produção de livros (Coleção Por uma Educação [Básica] do Campo). O FONEC foi criado a partir desses eventos, em uma reunião subsequente ao III Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, o III Seminário sobre Educação Superior e as Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro e o I Encontro Internacional de Educação do Campo (2010), promovido pelo Observatório da Educação do Campo/CAPES/INEP e mais dez universidades públicas. O evento contou com cerca de 300 trabalhos inscritos. Dentre as importantes conquistas do Movimento pode-se destacar:

- i) A criação de instrumentos legais e da Frente Parlamentar da Educação do Campo. A primeira tem por marco a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB 1, de 03 de abril de 2002, e as resoluções que definem os princípios da Educação do Campo e cria o PRONERA. O segundo é uma associação que atua “como um fórum de articulação política e suprapartidária, constituída no âmbito do Congresso nacional, com duração indeterminada” e atuação regida por um estatuto. Seu objetivo é promover e aprimorar a legislação federal que lhes é pertinente<sup>1</sup>;
- ii) Criação de programas educacionais destinados aos sujeitos do campo que permitem a efetivação do projeto ora analisado como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA, Decreto 73.52/2010); o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), a criação do Observatório da Educação do Campo, do Fórum nacional e Fóruns Estaduais e, surgimento de diversos Grupos e linhas de pesquisa em Mestrados, Doutorados e cursos de pós-graduação, dentre tantas outras conquistas. Vale destacar que todos são resultados da forte articulação entre movimentos e pesquisadores;
- iii) Ações de âmbito local fruto da apropriação do projeto ora citado pelas redes municipais de ensino, resultado da atuação dos professores (as) que cursam as licenciaturas em Educação do Campo e diversas outras articulações;
- iv) No campo teórico e metodológico, o movimento tem conseguido avançar na pesquisa, na definição e delimitação do campo da educação em uma nítida contraposição ao agronegócio e trazendo para o centro dos processos formativos o debate sobre o acirramento da lógica contraditória de acumulação do capital e da luta de classe no campo. Trata-se de um contraponto ao projeto dominante de educação, de política de desenvolvimento e de agricultura.
- v) Produção do conhecimento<sup>2</sup> e pesquisas.

Os estudos sobre a Educação do Campo no Brasil ainda evidenciam as desvantagens educacionais discrepantes em relação aos centros urbanos. Tal condição é exemplificada no fechamento das escolas, na ausência de infraestrutura das escolas do campo, nas dificuldades de acesso a escola, nos currículos descontextualizados que negam os sujeitos que vivem e trabalham no campo e no silenciamento de suas culturas pelas propostas pedagógicas, bem como na predominância de professores(as) sem formação específica, dentre outros. Uma herança das políticas públicas educacionais elitistas e de um modelo de desenvolvimento centrado na economia agroexportadora, monocultora e excludente.

Tendo “clareza do lugar social que a Educação do Campo pode [e deve] ocupar num projeto de desenvolvimento” (KOLLING, 1999) é propomos esse curso.

<sup>1</sup> Texto redigido pelos membros da Frente Parlamentar hoje coordenada pelos deputados federais Padre João, Marcon e Luci Choinacki, ambos do Partido dos Trabalhadores.

<sup>2</sup> Coleção Por uma Educação do Campo (7 números); Coleção caminhos da Educação do Campo/UFMG; produção da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), etc.

**Metas a serem alcançadas com cronograma de execução**

<b>METAS</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>ETAPAS</b>	<b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>
Fortalecer a luta pela Educação do Campo na Bahia e a oferta de cursos nesta modalidade de ensino.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Integração entre as Universidades, Órgãos Públicos e as Organizações das populações do campo mediante projetos de pesquisa e extensão;</li> <li>Fortalecimento do Fórum Estadual de Educação do Campo;</li> <li>Fortalecimento do Fórum Regional de Educação do Campo do Recôncavo e Vale do Jiquiriçá.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inserção da UFRB no Fórum Estadual;</li> <li>Abrigar o Fórum regional no âmbito nas dependências do CFP</li> <li>Organizar espaços de socialização da sistematização das experiências</li> </ul>	Fruto de uma construção coletiva futura
Ampliação a produção científica no âmbito da Educação do Campo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar a revista de Educação do campo;</li> <li>Publicação de livros com a temática específica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A definir</li> </ul>	A definir

**Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem**

A análise dos pressupostos que orientam o processo ensino-aprendizagem precisa ser feita de forma contextualizada e referenciada. Portanto, para se tenha compreensão do panorama atual que cerca este processo é preciso compreender as mudanças históricas da produção do saber e da produção da vida material dos indivíduos.

Reconstruirmos a trajetória do conceito de aprendizagem forçosamente nos levaria a adentrar pelas investigações de cunho empiristas da Psicologia e suas discussões acerca da dimensão interna e externa da aprendizagem. Teríamos também que referenciá-la nos pressupostos do positivismo que influenciou diferentes correntes que trataram a questão. Passaríamos por outras correntes como a Gestalt até chegarmos à psicologia genética, tendo como expoente os teóricos Piaget, Vygotsky e Wallon.

No entanto, optamos por tratar a questão do ensino-aprendizagem por outro viés. Entendemos que uma licenciatura como centralidade nas populações do campo e nas questões campesinas requer, conforme indica Caldart (2000), um o projeto educativo e uma concepção de ensino-aprendizagem marcada pela luta coletiva, onde os sujeitos se educam na relação uns com os outros, mediados pelo trabalho na terra.

Ao focarmos as especificidade dos sujeitos do campo e a estrutura educacional das escolas a estes destinadas, ficarão evidenciadas grandes discrepâncias em relação aos centros urbanos. Ao fazermos essa constatação não estamos afirmando que as escolas urbanas são espaços de excelência. Afirmamos sim que nos centros urbanos as escolas são dotadas de recursos humanos, financeiros e tecnológicos que não chegam de forma isonômica as escolas do campo.

O tratamento diferenciado das duas realidades passa necessariamente pela ausência de formação específica dos professores do campo, bem como pela ausência de políticas públicas que dotem essas escolas de infraestrutura física; que busquem superar as dificuldades de acesso a escola; que proporcione condições para reformulação dos currículos, de modo a contextualizar os sujeitos e sua história na terra e com a terra. Políticas que venham superar o quadro atual de abandono que passa a educação do campo.

Ao analisarmos os dados do Censo Escolar realizado, em 2011, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ficará evidenciado que as percepções iniciais apresentadas estão fundamentadas e tem

implicação direta nos processos de ensino-aprendizagem das populações campestres.

O quadro a seguir demonstra a necessidade de universalização do ensino, pois as distorções relacionadas ao acesso à educação básica nas escolas do campo ainda são grandes:

**Quadro 01 – Organização das escolas e número de matrículas no Brasil**

Organização	Nº escolas	% escolas	Nº matrículas	% matrículas
Escolas e Matrículas	76.229	100,00	6.293.885	100,00
Com até 15 estudantes	13.758	18,05	146.658	2,3
Com até 50 estudantes	43.986	57,70	1.050.608	16,7
Com até 100 estudantes	58.473	76,71	2.081.541	33,1
Com mais de 100 estudantes	17.756	23,29	4.212.344	66,9
Com turmas multisseriadas	54.405	71,37	1.436.667	22,8

Fonte: INEP/2011

Os dados dos estudos citados demonstram que os 6,3 milhões de estudantes matriculados no campo, representam 12,4% do total de estudantes matriculados no Brasil, sendo que as políticas de acesso e permanência não fazem frente às discrepâncias relacionadas às taxas de matrículas e atendimento.

**Quadro 02 – Taxa de atendimentos por modalidade e nível de ensino no Brasil**

TAXA DE ATENDIMENTOS	
Modalidade/Nível de Ensino	%
Educação Infantil /Creche	6,98 %
Educação Infantil/Pré-Escola	66,80 %
Ensino Fundamental	91,96 %
Ensino Médio	18,43 %
EJA – Ensino Fundamental	4,34 %
EJA – Ensino Médio	3,10 %

Fonte: Censo Escolar INEP/2011 e Censo IBGE/2010

Ainda com relação ao acesso à educação básica nas escolas em questão é importante destacar que existe no campo o total de 76.229 escolas, nestas um quantitativo de 6.293.885 alunos matriculados. Independente do quantitativo não se explica que o fechamento de 13.691 escolas no campo nos últimos 05 anos (Censo Escolar INEP/2011- Censo IBGE/2010). Também não é aceitável a falta de estrutura básica em muitas dessas escolas:

**Quadro 03 – Infraestruturas das escola do campo**

Infraestrutura	Escola Campo	%
Sem ProInfo	53.250	67,5%
Sem Internet	68.651	90,1%
Sem Internet Banda Larga	71.759	94,1%
Sem Energia Elétrica	11.413	15,0%
Sem Água Potável	7.950	10,4%

Sem Esgoto Sanitário

11.214

14,7%

Fonte Censo Escolar INEP/2011 e Censo IBGE/2010

Importante destacar que estes dados foram apresentados pelos próprios representantes do Ministério da Educação, em 12 de março do corrente ano, no lançamento do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Diante das constatações apresentadas pelos órgãos do governo federal se torna urgente a elaboração de ações articuladas para se assegurar a melhoria do ensino nas escolas do campo, como prevê o Decreto nº 7.352/2010.

Fortalecer e ampliar a formação dos professores, fomentar a produção de materiais didáticos específicos, garantir acesso e recuperação da infraestrutura – em todas as etapas e modalidades – juntamente com ações que repensem o processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos do campo, é um caminho possível e necessário para superação do quadro atual que se encontra a educação no campo.

As necessárias mudanças dos aspectos políticos e infraestruturais precisam estar associadas a uma perspectiva política-epistemológica de formação, ensino e aprendizagem que perceba o sujeito como autor da sua própria práxis. Um sujeito que entenda que o seu processo de aprendizagem se constrói mediado pelo outro e pela sua história. Ou seja, é preciso que o processo de ensino-aprendizagem desperte do indivíduo o “gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismos” (FREIRE, 1996, p. 58)

Para se alcançar o patamar de uma formação que conduza a construção de possibilidades um curso de licenciatura em educação do campo – como propomos – precisa se estruturar para além de grades curriculares que defendem a primazia da formação específica. É preciso propor momentos no tempo-universidade e no tempo comunidade para que os sujeitos analisem o seu processo de existência, a sua relação com o outro e com a sociedade.

Uma organização curricular que proporcione o entendimento de que curso propor que constitui mutuamente com o outro forçosamente perpassa pela compreensão de que as formas de organização da sociedade se enraízam nas relações materiais de vida (SOUZA, 2006, p.21). A sociedade vista dessa forma aproxima do que diz Marx (1982)

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção formam a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciências. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual (MARX, 1982, p. 25).

Para Souza (2006, p. 21), se a totalidade dessas relações são imbricantes/imbricadas nas formas sociais da consciência e, por sua vez o modo de produção da vida material condiciona a vida social, conclui-se que as relações sociais são relações de/na classe, e que se sustentam na contradição presente na luta entre capital e trabalho. Assim, é importante demarcarmos que um curso de educação do campo precisa se constituir de modo a criar condições para que o licenciando fortaleça as suas ações e enfrentamentos cotidianos.

Um processo de ensino-aprendizagem nesta perspectiva requer, como afirma Souza (2006), que licenciando se perceba como um sujeito da sua própria história, pois “esse fazer história, fazendo-se por/com ela, o coloca em um constante movimento de busca” (2006, p. 25). Pois como diz Paulo Freire “a consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca (FREIRE, 1996, p.64)”.

A percepção/consciente do inacabamento acaba por dar consistência a um processo de ensino-aprendizagem que possibilite ao sujeito ser criador de possibilidades, que o leve a assumir na sua formação que:

(...) estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem musicar, sem cuidar da terra das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível (FREIRE, 1996, p. 64).

Por entender que o engajamento pessoal e social se faz necessário nos processo de ensino-aprendizagem é que apresentamos a presente proposta de curso de licenciatura em educação do campo, alicerçada em eixos e núcleos que buscarão operacionalizar as aprendizagens epistemológicas, políticas, sociais e pessoais no tempo-universidade e no tempo-comunidade.

<b>METAS</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>ETAPAS</b>
Garantir na estrutura curricular a organização do tempo pedagógico de modo a possibilitar a construção de aprendizagens na universidade e na comunidade	Estruturar a matriz curricular sustentada pelos pressupostos que estabelecem as Diretrizes Curriculares para Educação do Campo	Manutenção da base epistemológica do curso, baseada na Pedagogia da Alternância, de modo a alcançar, no mínimo, 90% de certificação final do curso	Oferta do componente curricular Novas tecnologias e Educação do Campo
Possibilitar formação aos docentes para que façam uso de metodologias que considerem as relações humanas no trabalho pedagógico e na produção do conhecimento	Realização de curso de formação docente valendo-se das ações previstas pelo Núcleo de Formação e Docência em Ensino Superior (NUFORDES), da Pró-Reitoria de Graduação	Execução de parcerias com movimentos sociais e prefeituras para se garantir a frequência mínima de 75% nas atividades do tempo-universidade	Orientação para uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem nos Tempo-universidade e no Tempo-comunidade;
Estruturar os componentes de Prática Pedagógica com o objetivo de contribuir para a formação de estudante -pesquisador	Garantir que a coordenação pedagógica do curso oriente os docentes na integração do componente Pesquisa e Prática Pedagógica com os demais componentes do eixo norteador e com os Seminários de Alternância	Criação de estratégias para se garantir 100% de frequência dos docentes do curso no programa e nas atividades de formação	A partir das construções no componente específico de tecnologias outros momentos formativos possibilitarão
Garantir as condições de trabalho adequadas para a produção de conhecimentos	Fazer gestão junto aos órgãos superiores para garantia da contratação do corpo docente e técnico e das estruturas físicas necessárias	Aferição de, no mínimo 80% de satisfação, pronunciado pelos estudantes e docentes com referência ao aspectos de estrutura e funcionamento do curso. Dados aferidos partir dos instrumentos construídos pela Comissão Própria de Avaliação da	

		UFRB
METAS	ESTRATÉGIAS	INDICADORES e ETAPAS
Fazer uso dos recursos tecnológicos como metodologias mediadoras do processo de ensino e de aprendizagem.	Pautar essa temática em cursos de formação docente por meio do Núcleo de Formação e Docência em Ensino Superior (NUFORDES e dos Seminários de Alternância	Ensinar as ferramentas básicas para uso do computador e pesquisas na internet; Contextualizar o uso dos recursos tecnológicos no âmbito das necessidades pedagógicas da Educação no Campo no ensino fundamental – diálogo com a realidade local; Utilizar os recursos tecnológicos para tratar de problemáticas significativas da realidade local, por meio de subprojetos de diversas naturezas; Elaborar um diagnóstico das/nas comunidades onde os docentes estão inseridos, articulando pesquisa de campo e pesquisa na internet; Construir produtos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos: aulas, textos, banco de imagens, blogs; Estimular a construção de infraestrutura mínima para os usos de computadores e internet nas escolas do campo; Criar uma rede permanente de intercâmbio, via internet, entre os núcleos de ensino, gestão do ensino municipal e universidade.

**Prever programas de formação pedagógica para implementação do novo modelo de ensino-aprendizagem**

A defasagem de conhecimentos básicos, sobretudo de leitura, escrita e cálculo, não é uma realidade específica dos estudantes dos cursos de Educação do Campo. A realidade aponta para a necessidade de ações que busquem reparar as lacunas deixadas pela formação do ensino básico. Para superá-las, a coordenação do curso de Licenciatura de Educação do Campo se empenhará junto a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis, à Pró-Reitoria de Graduação e a Pró-Reitoria de Extensão, na elaboração e execução de um Programa complementar para superação da defasagem em questão.

Para o bom desenvolvimento dos cursos de licenciatura e pós-graduação da universidade é de fundamental importância o diálogo da gestão dos cursos articulado com os objetivos institucional e princípios da gestão da UFRB a saber:

As políticas de gestão da UFRB tem como princípios:

- Participação da sua coletividade;
- Democracia nos processos de decisão; e
- Transparência das ações dos seus gestores;

O processo administrativo considerará as seguintes etapas:

- Planejamento;
- Implementação das atividades estabelecidas nos objetivos institucionais; e
- Avaliação institucional.

O planejamento institucional observa a análise do contexto interno e externo à Universidade; os



compromissos da Universidade estabelecidos em seus princípios e finalidades estatutários e as políticas e objetivos institucionais delineados. A implementação das atividades estabelecidas nos objetivos institucionais ocorre por meio de:

- Captação contínua de recursos orçamentários e/ou financeiros;
- Qualificação de docentes e técnicos administrativos;
- Atualização contínua de técnicas e métodos;
- Adequação da estrutura física e aquisição de máquinas, equipamentos e material permanente;
- Prática da autonomia universitária assegurada pela Constituição Federal.

A prática da gestão na UFRB norteia-se pela assunção da responsabilidade social no alcance de suas metas e pela inclusão social na universidade pública brasileira. A UFRB estabelece as seguintes diretrizes para as suas políticas de gestão:

- a) ampliar as parcerias com empresas e instituições públicas e privadas, visando assegurar o cumprimento da missão institucional;
- b) buscar fontes alternativas de recursos financeiros e tecnológicos para viabilizar a expansão, modernização e manutenção da Instituição;
- c) consolidar os cursos já existentes e ofertar novos cursos em áreas de reconhecida importância social;
- d) desenvolver e consolidar uma cultura organizacional que priorize liderança, estabilidade, flexibilidade e inovação;
- e) dinamizar o uso de recursos didático-pedagógicos compatíveis com os avanços tecnológicos;
- f) estimular a participação dos técnico-administrativos e docentes na criação, implantação e adaptação de instrumentos de gestão direcionados a excelência;
- g) incentivar o desenvolvimento do saber técnico-científico, vinculado aos valores éticos;
- h) estruturar ações participativas junto à comunidade, enfatizando o desenvolvimento da Região do Recôncavo da Bahia;
- i) incrementar a qualificação do corpo docente e técnico-administrativo, contribuindo para o aperfeiçoamento do trabalho e do atendimento institucional;
- j) realizar prestação de serviços que promovam qualidade de vida à comunidade abrangida pela Instituição;
- k) selecionar professores titulados, preferencialmente doutores comprometidos com a missão, os princípios e as finalidades da instituição;
- l) ampliar o quadro docente e técnico-administrativo compatível com as necessidades e responsabilidades inerentes ao desenvolvimento da Instituição;
- m) tornar permanente a Avaliação Institucional com a função de subsidiar a qualidade e o desenvolvimento das ações político-acadêmicas e administrativas pertinentes à missão institucional;
- n) realizar permanentemente a avaliação interna que envolvendo o processo acadêmico e de gestão.

**PERFIL DO EGRESSO**

**Formulário  
Nº 08**

O Licenciado em Educação do Campo - área Ciências Agrárias, deverá apresentar habilidades profissionais orientadas pelas concepções e princípios da Educação do Campo. Para tanto, vivenciará processos formativos pautados nas inovações tecnológicas, pedagógica, culturais, políticas de base crítica permitindo-lhe a construção de perfil pedagógico-científico capaz de:

- Exercer uma docência multidisciplinar na área das Ciências Agrárias;
- Criar estratégias de produção do conhecimento apropriadas para interferir e mudar a realidade agrária local, regional e nacional em favor dos povos do campo;
- Fazer a gestão de processos educativos escolares e comunitários, considerando a complexidade e diversidade do campo, suas escolas, seus sujeitos, tempos e espaços (biomas);
- Fazer a gestão de processos educativos e comunitários, respeitando a complexidade e diversidade do campo, dialogando e intervindo nos processos de elaboração e condução das políticas de desenvolvimento agrário na Bahia e no Brasil, tendo como foco a Agroecologia, o Associativismo e a Cooperação;
- Ao exercer a docência multidisciplinar, fazer gestão dos processos educativos e elaborar e conduzir políticas de desenvolvimento agrário. O licenciado em Educação do Campo será capaz de considerar a diversidade do campo do ponto de vista das relações de gênero, sexualidade, geração, questões ético-raciais e portadores de necessidades especiais;

Igualmente, o licenciado em Educação do Campo será capaz de considerar a diversidade das experiências educacionais e de desenvolvimento territorial agrário que vêm sendo desenvolvidas de forma inovadora por movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições públicas, associação de agricultores familiares, etc.

## **COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**

**Formulário  
Nº 09**

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias ofertado nos turnos matutino e vespertino na UFRB, respeitando o perfil profissiográfico traçado, formará o Licenciado em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias para atuar em instituições escolares e não-escolares na docência em educação; no ensino básico nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas matérias de formação pedagógica, bem como na educação do campo, gestão educacional e área de ciências agrárias.

O licenciado em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias egresso deste processo formativo poderá atuar ainda na organização de sistemas, unidades, projetos e experiências educacionais escolares e não-escolares; na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional; nas áreas emergentes do campo educacional e agrárias.

O estudante da Educação do Campo trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Além dessa prerrogativa outras ajudam a delinear as competências e habilidades de que deve ser portador o educador(a) em educação do campo – área ciências agrárias formado(a) a partir dessa proposta:

### **Área de atuação profissional**

Os egressos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias poderão atuar, de acordo com o Art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, nas seguintes funções:

#### **1) Docência na Educação Básica:**

- i) Nas escolas do campo que ofertem a Educação Básica, preferencialmente no âmbito das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, regular e profissional, nas suas diversas modalidades;
- ii) Nas escolas do campo, mediando o diálogo específico entre a Educação do Campo e as Ciências Agrárias, com ênfase na Agroecologia, nas formas de Associativismo e Cooperação, educação ambiental e desenvolvimento agrário;
- iii) Junto à comunidade escolar, na orientação, elaboração e acompanhamento de projetos pedagógicos pautados na Pedagogia da Alternância;
- iv) Em Escolas Famílias Agrícolas;
- v) Em Instituições de Ensino Superior (IES) e nos Institutos Federais (IF) de ensino ou similares, no campo específico da Educação do Campo, Ciências Agrárias e Educação Ambiental;
- vi) Em instituições de pesquisa que dialoguem com processos de ensino-aprendizagem no campo específico da Educação do Campo e Ciências Agrárias.

#### **2) Gestão de Processos Educativos Escolares:**

- i) Atuar junto às ações organizativas voltadas para a construção do projeto político-pedagógico, para a organização do trabalho escolar e do trabalho pedagógico, tendo como ênfase a contribuição para o desenvolvimento agrário do território no qual estão inseridos;
- ii) Nas Secretarias de Educação fazendo gestão das políticas e processo educativos orientados para as escolas e comunidades campesinas;
- iii) Em Secretarias de Estado (municipais, estaduais e ministeriais) para conceber/gestar e executar projetos e programas educativos voltados para o desenvolvimento agrário junto a instituições

públicas, cooperativas, ONGs e outras instituições congêneres, especialmente vinculadas a processos, ações e atividades educacionais voltadas para o campo.

**3) Docência e Gestão de Processos Educativos e Sociais nas Comunidades e Assentamentos Rurais:**

- iv) Atuar junto à comunidade escolar na orientação e elaboração de projetos educativos vinculados ao saber e produção camponesa, economia solidária e desenvolvimento agrário de base agroecológica;
- v) Desenvolver trabalhos de coordenação pedagógica em cursos formais e não formais de Educação do Campo, Ciências Agrárias, Pedagogia da Alternância ou áreas afins;
- vi) Participar de grupos multiprofissionais ou interdisciplinares para produção de estudos e programas de desenvolvimento agrário e ambientais, com ênfase na Agroecologia, formas de Associativismo e Cooperação, Educação Ambiental e Desenvolvimento Agrário;
- vii) Atuar na concepção e execução de programas de formação em Agroecologia, formas de Associativismo e Cooperação, Educação Ambiental e Desenvolvimento Agrário na educação escolar e comunitária.

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**  
**Quadro Curricular**

**Formulário**  
 Nº 09

Etapa I	Etapa II	Etapa III	Etapa IV	Etapa V	Etapa VI	Etapa VI I	Etapa VI II
Pesquisa e Educação do Campo I (68h)	Questão Agrária (51h)	Bases Epistemológicas da Agroecologia (51h)	Pesquisa e Educação do Campo II (68h)	Agropedologia (34h)	Agroecossistemas: manejo e conservação (34h)	Sistemas Agroflorestais – SAF (34h)	Transição nos Sistemas Agroecológicos de Produção (34h)
Concepções e princípios da Educação do Campo (51h)	Capital, Trabalho e Educação (51h)	Formação do Território Brasileiro (51h)	Agroecologia (34h)	Prática Reflexiva em Agropedologia (34h)	Prática Reflexiva em Agroecossistemas: manejo e conservação (34h)	Prática Reflexiva em Sistemas Agroflorestais -SAF (34h)	Prática Reflexiva em Transição nos Sistemas Agroecológicos de Produção (34h)
Novas Tecnologias e Educação do Campo (34h)	Fundamentos de Química aplicados a Agroecologia (51h)	Prática reflexiva em Formação do Território Brasileiro (17h)	Prática Reflexiva em Agroecologia (34h)	Teoria Cooperativista (51h)	Cooperação e Economia Solidária (51h)	Tecnologia Social e Viabilidade de empreendimentos solidários (34h)	Elaboração de projetos sociais e socioambientais (campo e cidade) (51h)
Fundamentos da Matemática (68h)	Prática Reflexiva em Fundamentos da Química aplicada a Agroecologia (17h)	Estatística aplicada à educação e à agricultura (34h)	História da Bahia (51h)	Educação para as relações ético-raciais (34h)	Prática Reflexiva em Cooperação e Empreendimentos Solidários (34h)	Prática reflexiva em Tecnologia Social e Viabilidade de empreendimentos solidários (34h)	<b>Estágio III (136h)</b>
Leitura e Produção de texto I (51h)	Libras (68h)	Corpo e Cultura (34h)	Gênero, Sexualidade Geração na Educação do Campo (51h)	Leitura e Produção de texto II (51h)	Educação, Formação e Trabalho Docente no Campo (51h)	Org. do Trabalho Pedagógico (OTP) na Educação do Campo (51h)	<b>Seminário de apresentação dos TCC (34h)</b>
Pedagogia da Alternância (34h)	Fundamentos da Biologia (51h)	Ecologia Geral (51h)	Avaliação em Educação do Campo (51h)	Educação do Campo, Currículo e Projeto Político pedagógico (51h)	Educação de Jovens e Adultos (51h)	Prática Reflexiva em OTP na Educação do Campo (34h)	
Prática Reflexiva em Pedagogia da Alternância (34h)	Prática Reflexiva da Biologia (17h)	Prática Reflexiva da Ecologia Geral (17h)	Políticas Públicas e Educação do Campo (51h)	Prática Reflexiva em Educação do Campo, Currículo e Projeto Político Pedagógico (34h)	Unidade temática I (34h)	Unidade temática I (34h)	
	Fundamentos da Física I (51h)	Fundamentos da Física II (51h)	Prática Reflexiva em Políticas Públicas para a Educação do Campo (34h)	Unidade temática I (34h)	Estágio I (136h)	Estágio II (136h)	

Seminário Integrador I (17h)	Seminário Integrador II (17h)	Seminário Integrador III (17h)	Seminário Integrador IV (17h)	Seminário Integrador V (17h)	Seminário Integrador VI (17h)	Seminário Integrador VII (17h)
------------------------------	-------------------------------	--------------------------------	-------------------------------	------------------------------	-------------------------------	--------------------------------

Detalhamento da caracterização do curso no que concerne aos componentes curriculares disciplinas prevê dois tipos de encadeamentos:

<b>Matriz curricular por Eixo Formativos</b>			
<b>Formação básica</b>	<b>Formação sócio-política</b>	<b>Formação específica Base integradora (questão agrária)</b>	<b>Formação específica de professores/as e gestores/as das escolas do campo</b>
1. Pesquisa e Educação do Campo I (68h) 2. Pesquisa e Educação do Campo II (68) 3. Novas Tecnologias e Educação do Campo (34h) 4. História da Bahia (51h) 5. Leitura e Produção de texto I (51h) 6. Leitura e Produção de texto II (51h) 7. Fundamentos da Matemática (68h) 8. Fundamentos da Física I (51h) 9. Fundamentos da Física II (51h) 10. Fundamentos da Biologia (51h) 11. Prática Reflexiva da Biologia (17h) 12. Ecologia Geral (51h) 13. Prática Reflexiva da Ecologia Geral (17h) 14. Fundamentos de Química aplicados a Agroecologia (51h) 15. Prática Reflexiva em Fundamentos da Química aplicada a Agroecologia (17h) 16. Estatística aplicada à educação e à agricultura (34h) 17. Libras (68h)	1. Concepções e princípios da Educação do Campo (51h) 2. Formação do Território Brasileiro (51h) 3. Prática reflexiva em Formação do Território Brasileiro (17h) 4. Questão Agrária (51h) 5. Corpo e Cultura (34h) 6. Gênero, Sexualidade Geração na Educação do Campo (51h) 7. Educação para as relações ético-raciais (34h)	1. Bases Epistemológicas da Agroecologia (51h) 2. Agroecologia (34h) 3. Prática Reflexiva em Agroecologia (34h) 4. Agropedologia (34h) 5. Prática Reflexiva em Agropedologia (34h) 6. Agroecossistemas: manejo e conservação (34h) 7. Prática Reflexiva em Agroecossistemas: manejo e conservação (34h) 8. Sistemas Agroflorestais – SAF (34h) 9. Prática Reflexiva em Sistemas Agroflorestais – SAF (34h) 10. Transição nos Sistemas Agroecológicos de Produção (34h) 11. Prática Reflexiva em Transição nos Sistemas Agroecológicos de Produção (34h) 12. Cooperação e Economia Solidária (34h) 13. Prática Reflexiva em Cooperação e Empreendimentos Solidários (34h) 14. Teoria Cooperativista (51h) 15. Tecnologia Social e Viabilidade de emp. solidários (34h) 16. Prática reflexiva em Tecnologia Social e Viabilidade de empreendimentos solidários (34h) 17. Elaboração de projetos sociais e socioambientais (campo e cidade) (34h)	1. Pedagogia da Alternância (34h) 2. Prática Reflexiva em Pedagogia da Alternância (34h) 3. Capital, Trabalho e Educação (51h) 4. Seminário Integrador (I-VIII) – (17h) 5. Políticas Públicas e Educação do Campo (51h) 6. Prática Reflexiva em Políticas Públicas para a Educação do Campo (34h) 7. Educação do Campo, Currículo e Projeto Político pedagógico (51h) 8. Prática Reflexiva em Educação do Campo, Currículo e Projeto Político pedagógico (34h) 9. Avaliação em Educação do Campo (51h) 10. Educação, Formação e Trabalho Docente no Campo (51h) 11. Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do Campo (51h) 12. Prática Reflexiva em Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do Campo (34h) 13. Educação de Jovens e Adultos (51h) 14. Seminário de Apresentação do TCC (34h)
1. Estágio I, II e III			

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - Matriz Curricular  
 CURSO**

**Formulário  
 Nº 10**

**Distribuição dos componentes curriculares**

<b>Etapa (Tempo Universidade)</b>	<b>Componentes Curriculares</b>	<b>Horas Total</b>	<b>Horas (TU)</b>	<b>Horas (TC)</b>	<b>Total de Créditos</b>
I Semestre	Pesquisa e Educação do Campo I	68	54	14	04
	Concepções e princípios da Educação do Campo	51	41	10	03
	Novas Tecnologias e Educação do Campo	34	27	07	02
	Pedagogia da Alternância	34	27	07	02
	Prática Reflexiva em Pedagogia da Alternância	34	27	07	02
	Leitura e Produção de Texto I	51	41	10	03
	Fundamentos da Matemática	68	54	14	04
<b>Carga horária do semestre I</b>		<b>340</b>	<b>271</b>	<b>69</b>	<b>20</b>
II Semestre	Questão Agrária	51	41	10	03
	Capital, Trabalho e Educação	51	41	10	03
	Fundamentos da Química aplicados a Agroecologia	51	41	10	03
	Prática Reflexiva em Fundamentos da Química aplicados a Agroecologia	17	14	03	01
	Fundamentos da Biologia	51	41	10	03
	Prática Reflexiva dos Fundamentos da Biologia	17	14	03	01
	Libras	68	54	14	04
	Fundamentos da Física I	51	41	10	03
Seminário Integrador I	17	14	03	01	
<b>Carga horária do semestre II</b>		<b>374</b>	<b>301</b>	<b>73</b>	<b>22</b>
III Semestre	Bases Epistemológicas da Agroecologia	51	41	10	03
	Formação do Território Brasileiro	51	41	10	03
	Prática Reflexiva em Form. Território Brasileiro	17	14	03	01
	Estatística aplicada à educação e a agricultura	34	27	07	02
	Corpo e Cultura	34	27	07	02
	Ecologia Geral	51	41	10	03
	Prática Reflexiva em Ecologia Geral	17	14	03	01
	Fundamentos da Física II	51	41	10	03
	História da Bahia	51	41	10	03
	Seminário Integrador II	17	14	03	01
<b>Carga horária do semestre III</b>		<b>374</b>	<b>301</b>	<b>73</b>	<b>22</b>
IV Semestre	Pesquisa e Educação do Campo II	68	54	14	04
	Agroecologia	34	27	07	02
	Prática Reflexiva em Agroecologia	34	27	07	02
	Gênero, Sexualidade e Geração na Educação do Campo	51	41	10	03
	Avaliação em Educação do Campo	51	17	14	03
	Políticas Públicas e Educação do Campo	51	41	10	03
	Prática Reflexiva em Políticas Públicas para a Educação do Campo	34	27	07	02
	Seminário Integrador III	17	14	03	01
<b>Carga horária do semestre IV</b>		<b>340</b>	<b>248</b>	<b>72</b>	<b>20</b>
V Semestre	Agropedologia	34	27	07	02

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
 COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA  
**- PROJETO PEDAGÓGICO -**

Processo nº \_\_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_\_  
 Rubrica: \_\_\_\_\_

	Prática Reflexiva da Agropedologia	34	27	07	02
	Teoria Cooperativista	34	27	07	02
	Educação para as Relações Ético-raciais	34	27	07	02
	Leitura e Produção textual II	51	41	10	03
	Educação do Campo, Currículo e Projeto Político Pedagógico	51	41	10	03
	Prática Reflexiva em Educação do Campo, Currículo e Projeto Político Pedagógico	34	27	07	02
	Optativa I (Unidade Temática)	34	27	07	02
	Seminário Integrador IV	17	14	03	01
	<b>Carga horária do semestre V</b>	<b>323</b>	<b>258</b>	<b>65</b>	<b>19</b>
VI Semestre	Agroecossistemas: manejo e conservação	34	27	07	02
	Prática Reflexiva em Agroecossistemas: manejo e conservação	34	27	07	02
	Cooperação e Economia Solidária	34	27	07	02
	Prática Reflexiva em Cooperação e Empreendimentos Solidários	34	27	07	02
	Educação, Formação e Trabalho Docente no Campo	51	41	10	03
	Educação de Jovens e Adultos	51	41	10	03
	Optativo II (Unidade temática)	34	27	07	02
	Estágio I	136	68	68	08
	Seminário Integrador V	17	14	03	01
	<b>Carga horária do semestre VI</b>	<b>425</b>	<b>299</b>	<b>126</b>	<b>25</b>
VII Semestre	Sistemas Agroflorestais - SAF	34	27	07	02
	Prática Reflexiva em Sistemas Agroflorestais – SAF	34	27	07	02
	Tecnologia Social e Viabilidade de empreendimentos solidários	34	27	07	02
	Prática Reflexiva Tecnologia Social e Viabilidade de empreendimentos solidários	34	27	07	02
	Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do Campo	51	41	10	03
	Prática Reflexiva em Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do Campo	34	27	07	02
	Optativo III (Unidade temática)	34	27	07	02
	Estágio II	136	68	68	08
	Seminário Integrador VI	17	14	03	01
	<b>Carga horária do semestre VII</b>	<b>408</b>	<b>285</b>	<b>123</b>	<b>24</b>
VIII Semestre	Transição nos Sistemas Agroecológicos de Produção	34	27	07	02
	Prática reflexiva em Transição nos Sistemas Agroecológicos de Produção	34	27	07	02
	Elaboração de projetos sociais e socioambientais (campo e cidade)	34	27	07	02
	Estágio III	136	68	68	08
	Seminário Integrador VII	17	14	03	01
	Seminário de Apresentação dos TCC	34	27	07	02
	<b>Carga horária do semestre VIII</b>	<b>289</b>	<b>190</b>	<b>99</b>	<b>17</b>
	<b>CARGA PARCIAL</b>	<b>2.873</b>	<b>2.153</b>	<b>700</b>	<b>169</b>
	<b>ACC</b>	<b>200</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
COORDENADORIA DE ENSINO E INTEGRAÇÃO ACADÊMICA  
**- PROJETO PEDAGÓGICO -**

Processo nº                      Fls.  
Rubrica:

<b>CARGA HORÁRIO TOTAL DO CURSO</b>	<b>3.073</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>169</b>
-------------------------------------	--------------	----------	----------	------------

**Síntese da carga horária:**

<b>Práticas reflexivas</b>	<b>442</b>	<b>353</b>	<b>89</b>	<b>26</b>
<b>Estágio</b>	<b>408</b>	<b>204</b>	<b>204</b>	<b>24</b>
<b>Optativas (Unidades Temáticas)</b>	<b>153</b>	<b>123</b>	<b>30</b>	<b>09</b>
<b>Componentes curriculares teóricos</b>	<b>1.870</b>	<b>1.473</b>	<b>377</b>	<b>110</b>
<b>Total parcial</b>	<b>2.873</b>	<b>2.153</b>	<b>700</b>	<b>169</b>
<b>ACC</b>	<b>200</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>CARGA HORÁRIO TOTAL DO CURSO</b>	<b>3.073</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>169</b>

**NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO****Formulário  
Nº 12****Plano geral de implementação do curso**

A implementação do curso ocorrerá em quatro anos considerando diversas atividades em dois tempos: tempo universidade (TU), tempo comunidade (TC) e os seminários internos e externos e a inserção nos grupos e projetos de pesquisa, ensino e extensão da UFRB que serão contabilizados como ACC e as atividades de curricularização da extensão.

Todo o processo de implementação será acompanhado por permanente avaliação tendo o Seminário Integrador como o ponto chave desse processo.

A avaliação do projeto pedagógico, dos componentes ofertados, do desempenho dos discentes e da infraestrutura ofertada dará subsídios para a tomada de decisões sobre os arranjos curriculares e suas implicações com o processo formativo dos estudantes, orientando possíveis mudanças curriculares, no decorrer do curso. Portanto, esta avaliação deverá cumprir:

1) Função Pedagógica: deve articular os processos pedagógicos teórico-práticos com a finalidade de cumprimento dos objetivos, das habilidades e competências em consonância com a concepção de educação do campo desenhada no projeto pedagógico do Curso;

2) Função Diagnóstica: através de instrumentos adequados e da escuta sensível, identificar os avanços e as dificuldades dos professores e dos estudantes durante a implantação do Curso;

3) Função de Análise: com base nas respostas da função diagnóstica, revisitar a proposta pedagógica para repensar o currículo de forma que o mesmo traduza os princípios políticos, filosóficos, técnico-científicos, do Curso, e, sobretudo, revele a concepção de homem e de educação que desejamos para a sociedade camponesa. Trata-se de um processo avaliativo de natureza preventiva e de caráter cumulativo, cabendo ao Colegiado do Curso a coordenação dessas atividades.

Em conformidade com a concepção de avaliação institucional do SINAES, o processo de avaliação do curso serão utilizados procedimentos geradores de dados quantitativos e qualitativos, garantir uma análise global da sua implantação e desenvolvimento do Curso tendo como perspectiva a gradativa consolidação do Projeto Pedagógico. Os procedimentos deverão estar contemplados em um Relatório anual a ser enviado para PROGRAD, conforme normas regimentais da UFRB.

A avaliação aplicada em momentos esporádicos, mas, será sistemática, contínua e global envolvendo todos os sujeitos do processo: direção do centro, coordenação, docentes, discentes e parceiros, a saber: Colegiado do território do Vale do Jiquiriçá, Centro SAPUCAIA, do IF Baiano de Santa Inês, CETEP e os Movimentos e redes sociais do campo na Bahia.

A estrutura curricular do curso foi pensada a partir de Núcleos formativos. Os componentes curriculares de cada Núcleo estão distribuídos por Semestres. São Núcleos Formativos:

1. Formação básica;
2. Formação sociopolítica;
3. Base integradora - Questão agrária;
4. Formação de educadores/as (professores/as e gestores/as).

Cada ano letivo escolar será constituído de duas **etapas do tempo formativo (Semestres)**, totalizando 08 (**oito**) **semestres** que articulam os encontros presenciais aqui chamados de Tempo Universidade (TU) e os Tempos Comunidade (TC). O Tempo Universidade (TU) terá duração entre 17 e 20 dias letivos presenciais, com aulas nos turnos matutino e vespertino.

Para garantir tal integração, a divisão da carga horária seguirá a seguinte proporção: 80% para as aulas presenciais no Tempo Universidade (TU) e 20% para o Tempo Comunidade – TC.

A proposta curricular aqui proposta será integralizada com 3.073 (três mil e setenta e três) horas, assim distribuídas:

- I. 442 (quatrocentos e quarenta e dois) horas de Práticas Reflexivas;
- II. 408 (quatrocentos e oito) horas de Estágio curricular supervisionado;
- III. 2.032 (dois mil e trinta e dois) horas de aulas obrigatórias e optativas de conteúdos

- curriculares de natureza científico-cultural;
- IV. Mínimo de 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais (ACC) como participação em seminários, congressos, encontros e palestras, devidamente certificados.

Obs: 153 (cento e cinquenta e três) horas, ou seja, 5% da carga horária total do curso será realizada sob a forma de atividades voltadas a curricularização da extensão, articulando-a ao ensino e pesquisa, dentro do Tempo Comunidade.

Cabe destacar ainda que as 200 (duzentas) horas destinadas às **Atividades Acadêmico-científico-culturais (ACC)** são definidas conforme Resolução CONAC 07/2009 da UFRB exposta nos capítulos abaixo:

### CAPÍTULO I Dos Princípios Gerais

**Art. 1º** As atividades complementares possuem o objetivo de ampliar o conhecimento dos alunos quanto à sua formação profissional, permitindo a sua diversificação e enriquecendo a formação oferecida na graduação, abrindo perspectivas nos contextos socioeconômico, técnico-científico e cultural da área profissional escolhida, através da participação do corpo discente em tipos variados de eventos.

**Art. 2º** As atividades complementares serão desenvolvidas ao longo do curso com uma carga horária segundo o Projeto Político Pedagógico.

**Art. 3º** A escolha das atividades complementares dependerá da iniciativa e do dinamismo de cada aluno, que deve buscar as atividades que mais lhe interessam participar.

O **Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)** será realizado pelo discente seguindo as orientações expostas na Resolução CONAC 16/2008 que define a atividades, orienta a organização dos componentes curriculares, define as atribuições do colegiado, do professor do componente e do orientador.

O **Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Área Ciências Agrárias** segue a Resolução da UFRB e, inicialmente, algumas orientações postas na Resolução 031/2011 - Regulamento de Estágio do curso de Licenciatura em Pedagogia, diferenciando-se quanto a carga horária e quanto sua distribuição ao longo do curso (ver Formulário nº 10).

### CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO EXECUÇÃO

Ação	Período
• Cronograma do processo de institucionalização do curso	• Em curso
• Período de aprovação pelo Conselho [do Centro de Formação de Professores]	• Em curso
• Avaliação pela fonte financiadora	• Novembro e Dezembro/2012 (já realizado)
• Processo seletivo de professores e técnicos administrativos	• Março a Dezembro/2013
• Inserção do curso no processo seletivo da universidade	• Maio de 2013
• Início da 1ª turma	• Junho de 2013

**METODOLOGIA****Formulário  
Nº 13**

A metodologia do curso orienta toda a vida acadêmica dos docentes e discentes num curso de graduação. Esta licenciatura traz como orientação central articular teoria e prática, aproximando o debate acadêmico da vida laboral dos/as educandos/as. O objetivo é criar condições teórico-metodológicas para que os/as educandos/as façam diagnósticos, problematizem sua realidade e reelaborem suas práticas de intervenção profissional, social e política a partir das leituras teóricas, fazendo a releitura do teórico a partir da vida e profissional e prática cotidiana, como exige a Resolução CNE/CEB:

Os períodos vivenciados no centro educativo (escola) e no meio sócio-profissional (família/comunidade) são contabilizados como dias letivos e horas, o que implica em considerar como horas e aulas atividades desenvolvidas fora da sala de aula, mas executadas mediante trabalhos práticos e pesquisas com auxílio de questionários que compõem um Plano de Estudo (Resolução CNE/CEB, nº 01, 01/02/2006).

Articulando teoria e prática, todos os componentes curriculares do curso terão carga horária teoria e carga horária prática, respeitando os limites estabelecidos na Resolução CNE/CP 2, 19/02/2002, a saber:

- a) Considerando as Resoluções CNE/CEB, Nº 01 (01/02/2006) e CNE/CP 2 (19/02/2002), a carga horária do curso Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias será dividida entre Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade – TC. O Tempo Universidade é organizado em 12 (doze) etapas presenciais, quatro etapas por ano, com carga horária definida em função dos componentes curriculares ofertados;
- b) Cada docente responsável pelo componente curricular cumprirá uma carga horária presencial (**Tempo Universidade** - TU) e indicará textos e elaborará atividades a serem desenvolvidas no Tempo Comunidade (TC);
- c) **No Tempo Comunidade** (TC), os(as) discentes realizarão atividades de leitura, pesquisas, intervenção e/ou diagnósticos locais, etc. Estas atividades terão dois sujeitos e formas de acompanhamento:
  - Quanto aos sujeitos:
    - i. Docentes responsáveis pelos componentes curriculares;
    - ii. Docentes responsáveis pelos componentes curriculares Seminário Integrador e pelo Estágio.

- Quanto às formas de acompanhamento:

- i. Via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), recurso da Plataforma Moodle disponível no sítio da UFRB (<http://www.moodle.ufrb.edu.br/>). O docente responsável por cada componente curricular orientará a definição das atividades do Plano de Trabalho para o TC, registrando-as no AVA e acompanhando virtualmente a participação do estudantes;
- ii. Acompanhamento presencial. Os docentes responsáveis pelos componentes curriculares Seminário Integrador e Estágio farão o acompanhamento presencial dos estudantes. Neste caso, a universidade se responsabilizará em garantir o traslado e diárias para os docentes realizarem as atividades, a partir dos planejamentos coletivos iniciados no TU.

Com essa iniciativa, os docentes do curso potencializarão o acompanhamento dos estudantes durante o intervalo entre as etapas de ensino presencial (Tempo Universidade - TU), dando continuidade aos diálogos iniciados e potencializando novos debates, sendo um diferencial entre os cursos de Graduação na UFRB.

Neste âmbito, são atribuições dos docentes: registrar componente curricular no Ambiente Virtual de Aprendizagem/AVA (Plataforma Moodle), postar textos, eventos, notícias, atividades e acompanhar a participação dos(as) discentes, acessando os relatórios de atividades; orientar projetos de pesquisa e extensão; acompanhar de forma presencial as atividades do TC e orientar os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Os registros da frequência equivalente ao Tempo Comunidade (TC) fica condicionado à participação

do discente em dois momentos: registro das atividades no AVA e socialização no Tempo Universidade mediante o componente curricular Seminário Integrador, a ser ofertado em cada início de etapa.

Assumindo a práxis da Pedagogia da Alternância, as estratégias pedagógicas dos docentes necessitam ter como orientação:

- Habilidade pedagógica para alternar períodos de aprendizagem no meio sócio profissional, na comunidade e na universidade;
- Elaboração de Plano de Estudo, na perspectiva da Pedagogia da Alternância, buscando a integração da vida, do trabalho e da formação;
- Desenvolvimento de atividades que relacionem a reflexão e a ação, partindo de uma visão empírica para uma sistematização científica;
- Conceber os momentos presenciais, as orientações e acompanhamentos no Tempo-Comunidade com espaço de reflexão e problematização da realidade, de modo a nortear as aprendizagens e aprofundamentos necessários à formação docente;
- Orientar a construção do Caderno da Realidade, também na perspectiva da Pedagogia da Alternância, concebendo-o como instrumento imprescindível para o acompanhamento e análise dos tempos formativos (universidade e comunidade) durante todo curso;
- Estabelecer a relação entre o Plano de Estudo e o Caderno da Realidade, de modo proporcionar um amadurecimento intelectual através do exercício da pesquisa, da reflexão, do registro e da elaboração de síntese;
- Propor atividades que desenvolvam a fluência na comunicação oral e escrita;
- Contribuir para a elaboração, execução e avaliação dos “Serões”. Estes, entendidos na perspectiva da Pedagogia da Alternância, são espaços/tempos de reflexão, integração, atividades artísticas e debates que ocorrem em sessões noturnas e que favorecem a realização de diversas atividades com os alunos;
- Orientar formulação de projetos de educação que primem pela organização e planejamento de uma intervenção coletiva na realidade campesina e na superação das dificuldades do homem do campo;
- Organizar os planos de ensino de modo que possibilite a compreensão teórica da realidade do campo no Brasil;
- Criar estratégias para autoavaliação e avaliação discente, docente e das atividades propostas;
- Promover ações que articulem teoria e prática, de modo que os licenciando possam conhecer e intervir numa realidade específica, relacionando convicções com tomadas de posição e comportamentos cotidianos;
- Proporcionar atividades que possibilitem a compreensão crítica do processo histórico de produção do conhecimento científico e suas relações com o modo de produção da vida social contemporâneo.

**ATENDIMENTO AO DISCENTE****Formulário  
Nº 14**

A UFRB assume como princípio ético-político o propósito de assegurar institucionalmente a formulação e execução de políticas afirmativas e estudantis, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando à inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e do desenvolvimento regional.

As Políticas Afirmativas, vinculadas às ações da política institucional relativa aos Assuntos Estudantis, versam sobre o acesso, a permanência e a pós-permanência no ensino superior público brasileiro de estudantes oriundos das escolas públicas, de afro-descendentes e de índio-descendentes, tendo-se como foco o desenvolvimento regional. As referidas políticas são pautas que visam à criação do espaço necessário para a formulação e implantação de práticas institucionais de promoção da igualdade racial e inclusão social no Recôncavo da Bahia.

Em consonância com os princípios democráticos, de participação coletiva e construção mutualista, que vem norteando o trabalho de formação e as definições de políticas e práticas de ações afirmativas e assuntos estudantis na Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), tornam-se pertinentes expressões da comunidade sobre a qualidade da educação superior desejada e possível. Isto implica em perspectivas que respondam pelas implicações históricas, sociais, culturais, identitárias locais e regionais, sem perder de vista suas interdependências e complementaridades globais. Como experiências e vivências que exemplificam essa condição, citam-se:

*Audiências Universitárias*, que são plenárias anuais nas quais participam estudantes, servidores técnicos administrativos e docentes, a partir de uma ampla mobilização da comunidade acadêmica para a definição de políticas e práticas de ações afirmativas, acesso, permanência e pós-permanência no ensino superior, somados às reflexões sobre desenvolvimento local, regional; seminários sobre assuntos estudantis, que promovem anualmente amplas discussões sobre as políticas institucionais acerca dos assuntos estudantis, congregando estudantes, docentes e servidores, além de convidados;

*Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo*, uma ação que visa promover a data de 20 de novembro como *Dia de Debates e Ações sobre Inclusão Étnico-racial e Social no âmbito da UFRB* e suas interfaces no Recôncavo;

*Programa Conexões de Saberes*, diálogo entre a UFRB e as Comunidades Populares (MEC/SECAD/FNDE), o qual contempla ações de protagonismo juvenil, produção literária, extensão, pesquisa e rodas de formação junto aos estudantes do ensino médio nas escolas públicas de educação básica, nos quatro campi da UFRB;

*Programa de Permanência da Fundação Clemente Mariani*, projeto institucional de apoio financeiro a estudantes negros de baixa renda inseridos no ensino superior, através da concessão de bolsas de estudo;

*Programa de Permanência da UFRB*, projeto institucional que assegura apoio financeiro para estudantes integrantes do programa de permanência qualificada, através de sua vinculação a projetos acadêmicos;

*Programa Vivência Comunitária*, de fomento à prática desportiva, ao lazer e às culturas;

*Programa de Acesso da UFRB*, decorrente da parceria com a Secretaria Estadual de Educação, o qual realiza a preparação de estudantes do ensino médio para a realização de processos seletivos em instituições de

ensino superior, através do programa estadual “Universidade Para Todos”. Associa ações em prol do acesso e da permanência de estudantes graduandos que atuam como monitores nos cursos, recebendo remuneração por hora-aula.

As políticas afirmativas vinculadas às ações que envolvem os assuntos estudantis, como o *acesso, permanência e pós-permanência* de alunos oriundos das escolas públicas, de afro-descendentes e índio-descendentes no ensino superior público; assim como o desenvolvimento regional visam à criação do espaço necessário para a formulação e implantação de políticas de promoção da igualdade racial e inclusão social.

Assumindo esse posicionamento político de contribuir na correção das distorções ainda vigentes no Brasil, com o propósito de assegurar institucionalmente as políticas afirmativas e de inclusão social, a UFRB se torna pioneira na implantação da PROPAAE, Pró-Reitoria com a atribuição de *promover a execução de políticas afirmativas e estudantis na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando à inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e o desenvolvimento regional.*

## EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

Formulário  
 Nº 15

### 1º SEMESTRE

Nome e código do componente curricular:		Centro:	Carga horária:
<b>Pesquisa e Educação do Campo I</b>		CFP	68 h – 04 cred
Modalidade	Função:	Natureza:	
Disciplina	Básica	Obrigatória	
Pré-requisito: Não existe		Módulo de alunos: 1º semestre	
<p><b>Ementa:</b>                  O que é científico. Produção do conhecimento e leitura da realidade social. Colonização e descolonização do pensamento latino americano. Saberes locais e universais. Preocupações metodológicas e políticas da pesquisa. Objeto(s) de estudo e sujeitos da pesquisa na/da Educação do Campo. Introdução a Metodologia do Trabalho Científico. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.</p> <p><b>Bibliografia Básica:</b>                  ALVES, Rubem. <b>Entre a ciência e a sapiência</b> – o dilema da educação. São Paulo: Loyola, 2001.                  DEMO, Pedro. <b>Metodologia Científica em Ciências Sociais</b>. São Paulo: Atlas, 1995                  LANDER, Edgardo (org). <b>A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais</b>. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005. p.105-132.</p> <p><b>Bibliografia Complementar:</b>                  ARROYO, M. G. (Org.) <b>Por uma educação básica do campo</b>. Petrópolis, Vozes, 2009.                  ALBUQUERQUE, U. P. <b>Etnobotânica: uma aproximação teórica e epistemológica</b>. Revista Brasileira de Farmácia. v. 78, n. 3, p. 60-64, 1997.                  BRANDÃO, C. R. <b>Pesquisa participante</b>. São Paulo: Brasiliense, 1990.                  DIEGUES, A. C. S. <b>O mito moderno da natureza intocada</b>. São Paulo: Hucitec, 1996.                  DIEGUES, A.C. e ARRUDA, R.S.V. <b>Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil</b>. Brasília: MMA; São Paulo: EDUSP, 2001.                  FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</b>. São Paulo: Paz e Terra, 1996.                  MOLINA, Mônica Castagna/Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. <b>Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão</b>. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.                  UFBA. Universidade Federal da Bahia. <b>Cadernos didáticos sobre educação no campo</b> / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D’Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. – Salvador: EDITORA, 2009.</p>			

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Concepções e princípios da Educação do Campo</b>	CFP	51 h – 03 cred
Modalidade Disciplina	Função: Formação Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito:	Módulo de alunos: 1º semestre	



Não existe	
<p><b>Ementa</b> Estudos básicos: Histórico do Movimento de Educação do Campo no Brasil e na América Latina. Conquistas e desafios. Fundamentos teóricos e políticos-pedagógicos da Educação do Campo. Campo, sujeitos e escola do Campo. Experiências em Educação do Campo na perspectiva dos movimentos e rede sociais do/no campo. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.</p>	
<p><b>Bibliografia básica</b> CALDART, Roseli, PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). <b>Dicionário da Educação do Campo</b>. São Paulo: Expressão Popular, 2012. ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli Salet e MOLINA, Mônica Castagna (Orgs) <b>Por uma Educação do Campo</b>. Petrópolis: Vozes, 2004. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECAD. <b>Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo</b>. Resolução CNE/CEB N° 1 – de 3 de abril de 2002.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> CALDART, Roseli. <b>Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola</b>. Petrópolis: Vozes, 2000. UFBA. Universidade Federal da Bahia. <b>Cadernos didáticos sobre educação no campo / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D’Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. – Salvador: EDITORA, 2009.</b></p>	

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Novas Tecnologias e Educação do Campo</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 1º semestre	
<p><b>Ementa</b> Uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Multimídia e as possibilidades para a Educação do Campo, a Agroecologia e a Cooperação (identificando outros ambientes virtuais de aprendizagem). Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> FREIRE, Fernanda Maria Pereira; Valente, José Armando. <b>Aprendendo Para a Vida: Os computadores na sala de aula</b>. São Paulo: Cortez, 2001. FERRETI, Celso João et al. <b>Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar</b>. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. SCHWARTZMAN, Simon. <b>A sociedade do conhecimento e a educação tecnológica</b>. Trabalho realizado por solicitação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Departamento Nacional. Janeiro de 2005.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> TEIXEIRA, Jaylson (et al). <i>Formação de educadores em tecnologia para a Educação do Campo em Amargosa</i>. In: <b>Anais do Seminário Estadual de Educação do Campo (Bahia)</b>. Amargosa: UFRB, 2012. Disponível em <a href="http://www.ufrb.edu.br/educampo/index.php/seminario-educacao-do-campo">http://www.ufrb.edu.br/educampo/index.php/seminario-educacao-do-campo</a>. PAPERT, Seymour. <b>A Máquina das Crianças - Repensando a Escola na Era da informática</b>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. SILVA, Marco. <b>Sala de aula interativa</b>. Rio de Janeiro: Quarteto, 2002.</p>		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Fundamentos da Matemática</b>	CFP	68 h – 04 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 1º semestre	
<p><b>Ementa</b> Resolução de situações problemas contextualizadas na realidade agroecológica e de cooperação, para as quais é necessária a mobilização de conteúdos matemáticos em nível do Ensino Fundamental (números e operações; espaço e forma; grandezas e medidas; e tratamento da informação) e Ensino Médio (números e operações; funções; geometria; e análise de dados e probabilidade). Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> IEZZI, G.: <b>Fundamentos de Matemática Elementar</b>. São Paulo: Atual, 2004 (v. 1-10). SILVA, Ermes Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Sebastião Medeiros da. <b>Matemática básica para cursos superiores</b>. São Paulo: Atlas, 2002. IEZZI, Gelson e outros. <b>Matemática, ciência e aplicações</b>. São Paulo: Atual, 2010.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> BIANCHINI, Edwaldo. <b>Matemática</b>. São Paulo: Moderna, 2002. DANTE, Luiz Roberto. <b>Matemática: contexto e aplicações</b>. São Paulo: Ática, 2004 (v. 1-3). KRULIK, S; e REIS, R. E. <b>A resolução de problemas na matemática escolar</b>. São Paulo: Atual. 1998. PAIVA, Manoel. <b>Matemática</b>. São Paulo: Moderna, 2003.</p>		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Leitura e Produção de texto I</b>	CFP	51 h – 03 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 1º semestre	
<p><b>Ementa</b> A linguagem como leitura do mundo. Fala e escrita; Desenvolvimento da escrita; organizar o pensamento. Leitura oral das palavras escritas. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade. Seminário Integrador.</p>		
<p><b>Bibliografia básica</b> CARBONI, Floresce, MAESTRI, Mário. <b>A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes</b>. São Paulo: Expressão Popular, 2003. COSTA VAL, Maria da Graça. <b>Redação e Textualidade</b>. São Paulo: Martins Fontes, 1999. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. <b>Para entender o texto</b>. São Paulo: Ática, 1999.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> KONDER, Leandro. <b>As artes da palavra. Elementos para uma poética marxista</b>. São Paulo: Boitempo, 2005. PIMENTEL, Álamo. <b>As narrativas identitárias das produções textuais em educação de jovens e adultos</b>. GT: Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Disponível em: <a href="http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT18-2914--Int.pdf">http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT18-2914--Int.pdf</a> CARMINI, Isabela. <b>Cartas pedagógicas: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam</b>. São</p>		

Paulo: Expressão Popular.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto para estudantes universitários**. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Oficina de textos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2003.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1985.

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
<b>Pedagogia da Alternância</b>	34	02
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 1º semestre	
<b>Ementa</b>		
História, concepções e princípios. Base legal. Sistema educativo. Método da alternância. Conhecendo as experiências.		
<b>Bibliografia básica</b>		
CORREIA, Deyse M. das N. BATISTA, M. S. X. <i>Alternância no ensino superior: o campo e a universidade como territórios de formação de educadores do campo</i> . In: Antunes-Rocha, M. I, et al. <b>Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2012.		
FRIGOTTO, Gaudêncio. <i>Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos</i> . In: _____ et al. <b>Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador</b> . São Paulo: Cortez, 2002.		
GIMONET, Jean-Claude. <b>Método pedagógico ou novo sistema educativo? A experiência das casas familiares rurais</b> . Brasília: Cidade, 2004.		
<b>Bibliografia complementar</b>		
BEGNAMI, João Batista. <i>Experiência das Escolas Famílias Agrícolas - EFAs do Brasil</i> . In: <b>Pedagogia da Alternância: Formação em Alternância e Desenvolvimento Sustentável</b> . Brasília: UNEFAB, 2002.		
GIMONET, J. C. <i>Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e de Orientação</i> . In: <b>Pedagogia da Alternância – alternância e desenvolvimento</b> . Primeiro Seminário Internacional, Salvador: Dupligráfica Editora, 1999.		
MONTEIRO, Marcos Antonio. (Org.) <b>Retrato falado da alternância: sustentando o desenvolvimento rural através da educação</b> . CETEPS, 2000.		
UFBA. Universidade Federal da Bahia. <b>Cadernos didáticos sobre educação no campo / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton</b> . – Salvador: EDITORA, 2009.		

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
<b>Prática Reflexiva em Pedagogia da Alternância</b>	34	02
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 1º semestre	

### Ementa

Conhecer e fazer um diagnóstico de uma Escola Família Agrícola. Pesquisar relação escola/família/comunidade e as implicações dos pressupostos teórico-metodológicos com a práxis pedagógica da Altern.

### Bibliografia

ANTUNES-ROCHA, M. I, et al. **Territórios educativos na educação do campo**: escola, comunidade e movimentos sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.

GIMONET, Jean-Claude. **Método pedagógico ou novo sistema educativo?** A experiência das casas familiares rurais. Brasília: Cidade, 2004.

OLIVEIRA, E. M. de, ALMEIDA, J. L. V. de, ARNONI, M. E. B. **Mediação dialética na educação escolar: teoria e prática**. São Paulo, Loyola, 2007.

MEC. *Por uma política de Educação do Campo*. In: MEC. **Referências para uma política nacional de Educação do Campo**. Brasília: MEC, 2004, p. 35 – 40.

MEC/CEB/CNE. **Parecer CEB/CNE nº 01/2006** – Recomenda a Adoção da Pedagogia da Alternância em Escola do Campo. In: SECAD. Educação do campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília: MEC/SECAD, 2007, pp. 73 - 80.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo / Universidade Federal da Bahia**, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. – Salvador: EDITORA, 2009.

## 2º SEMESTRE

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Questão Agrária</b>	CFP	51 h – 03 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 2º semestre	
<b>Ementa</b>		
Terra, poder e território. Campo e cidade. Cinco séculos de latifúndio - renda da terra, estrutura agrária e relações sociais de produção no mundo rural brasileiro no Nordeste. Luta pela terra no Brasil: dos quilombos à Via Campesina. Redes e Movimentos sociais do campo no Brasil e na América Latina da atualidade. Desenvolvimento territorial e agrário no Nordeste e na Bahia. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.		
<b>Bibliografia básica:</b>		
MOREIRA, Roberto J. <b>Terra, poder e território</b> . São Paulo: Expressão Popular, 2007.		
FERNANDES, Bernardo Mançano. <b>A formação do MST no Brasil</b> . Petrópolis: Vozes, 2000.		
PAULINO, Eliane T. <b>Por uma geografia dos camponeses</b> . São Paulo: EdUnesp, 2006.		
STÉDILLE, João Pedro (coord). <b>A questão agrária</b> . São Paulo: Expressão Popular, 2000.		
<b>Bibliografia complementar:</b>		
CARVALHO, Horácio M. <b>O campesinato no século XI – possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil</b> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.		
GERMER, Claus M. <b>Acumulação de capital e a proletarização na agricultura brasileira</b> – texto para discussão 2/Departamento de Economia UFPR. Curitiba, 1992.		
GERMANI, Guiomar I. <b>Expropriados</b> – terra e água – o conflito de Itaipu. Salvador: Edufba, 2003.		

- GUIMARÃES, Alberto Passo. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- HOBBSAWM, E. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LIMA, S. L. da S. **As transformações sócio-territoriais e o Alto Sertão Sergipano**. 2007. 225p. Tese (Doutorado em Geografia), Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGEU/UFES, São Cristóvão, 13/04/2007.
- \_\_\_\_\_. *Organização socioeconômica e o papel do estado na configuração territorial do Sertão Nordeste*. In: Campo-território, **Revista Eletrônica de Geografia Agrária da UFU**. Uberlândia, UFU, v.4, n. 7, p. 140-166, fev. 2009.
- MARX, K. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Escrita, 1968.
- MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- \_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U., MARQUES, Marta I. M. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Renda capitalista da terra*, in **Orientação**, 5 (1984), 6 (1985) e 7 (1986), São Paulo, IGEOG/USP.
- SAUER, Sérgio, PEREIRA, J. M. M. **Capturando a terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- STÉDILE, J. P. **História e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 224 p.

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Capital, Trabalho e Educação	51	03
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 2º semestre	
<b>Ementa</b>		
Fundamentos da Economia Política. O caráter histórico do trabalho. A dupla face do trabalho no capitalismo. O processo de constituição do trabalho coletivo e educação do trabalhador rural. Modernização do campo e qualificação profissional. Sujeição da agricultura familiar ao capital. A educação diante do desemprego e da precarização do trabalho no campo: informalidade, trabalho temporário, sazonalidade, trabalho desregulamentado, trabalho infantil.		
<b>Bibliografia básica:</b>		
ISTVÁN, Mézaros. <b>A educação para além do capital</b> . São Paulo: Boitempo, 2005.		
RIBEIRO, Marlene. <b>Movimento camponês – trabalho e educação</b> . São Paulo: Expressão Popular, 2010.		
MARX, K. e ENGELS, F. <b>A ideologia alemã</b> . São Paulo: Hucitec, 1986.		
<b>Bibliografia complementar:</b>		
FANI, G. F. <b>Diálogos de um novo tempo</b> . São Paulo, Universidade de São Paulo, 1989. Tese de doutorado em Ciências Sociais.		
FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. <i>A educação de um ponto de vista histórico</i> . In: <b>Intermeio</b> , Revista do Mestrado de Educação, UFMS. Campo Grande, 1995. v 1, no. 1.		
CUNHA, Luis Antonio. <b>Educação e desenvolvimento social no Brasil</b> . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.		
DUARTE, Newton. <i>As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento</i> . In: <b>Revista Brasileira de Educação</b> . Texto apresentado na 24ª. Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, outubro de 2001. p. 35-40.		

BRASIL, Ministério da Educação. **Referências para uma política nacional de educação do campo**. Brasília, 2005. Caderno de Subsídios. p. 33-43.  
MARX, Karl. *Posfácio da 2ª. Edição*. In: Marx, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988. Livro Primeiro. V. I. p 17.  
UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo** / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. Salvador: EDITORA, 2009.

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
Fundamentos de Química aplicados a agroecologia	CFP	51 h – 03 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 2º semestre	
<p><b>Ementa</b></p> <p>Discussão dos conceitos fundamentais em Química: Estrutura Atômica e Estrutura Eletrônica, Classificação e propriedades periódicas. Ligações químicas. Acidez e Basicidade; Reações químicas. Leis das proporções e estequiometria; Noções de equilíbrio químico e aplicações aos sistemas ambientais. Avaliação dos impactos ambientais provocados aos ecossistemas pela ação de compostos químicos e estudos laboratoriais das ações tóxicas através dos efeitos da toxicidade crônica e aguda em espécies vegetais.</p>		
<p><b>Bibliografia</b></p> <p>ATKINS, Peter; JONES, Loretta. <b>Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente</b>. [Chemical principles: the quest for insight]. Ricardo Bicca de Alencastro (Trad.). 3 ed. Sao Paulo: Bookman, 2006.</p> <p>BARBOSA, Luiz Cláudio de Almeida. <b>Introdução à química orgânica</b>. São Paulo: Pearson Education, 2011.</p> <p>KOTZ, John C.; TREICHEL JÚNIOR, Paul. <b>Química geral e reações químicas</b>. [Chemistry and chemical reactivity]. Flávio Maron Vichi (Trad.). São Paulo: Thomson, 2005. v.1. 671 p.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>ALLINGER, Norman L. <b>Química orgânica</b>. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2009.</p> <p>CORRÊA, Arlene G.; Vânia G. Zuin (Org.). <b>Química verde: fundamentos e aplicações</b>. São Carlos: EDUFSCar, 2009. 171 p. -- (Série de Textos da Escola de Verão em Química; 5)</p> <p>MORRISON, Robert Thornton; BOYD, Robert Neilson. <b>Química orgânica</b>. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.</p> <p>PERUZZO, Francisco Miragaia; CANTO, Eduardo Leite do. <b>Química: na abordagem do cotidiano</b>. 3 ed. Sao Paulo: Moderna, 2003. 3 v.</p> <p>SOLOMONS, T. W. Graham; FRYHLE, Graig. B. <b>Química orgânica</b>. Rio de Janeiro: LTC, 2009.</p>		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
Prática Reflexiva de Química de produtos naturais Fundamentos de Química aplicados a agroecologia	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade	Função:	Natureza:

<b>Disciplina</b>	<b>Básica</b>	<b>Obrigatória</b>
Laboratório		
<b>Pré-requisito:</b> Não existe	Módulo de alunos: 2º semestre	
<p><b>Bibliografia Básica</b>            ATKINS, Peter; JONES, Loretta. <b>Princípios de química</b>: questionando a vida moderna e o meio ambiente. [Chemical principles: the quest for insight]. Ricardo Bicca de Alencastro (Trad.). 3 ed. Sao Paulo: Bookman, 2006.            BARBOSA, Luiz Cláudio de Almeida. <b>Introdução à química orgânica</b>. São Paulo: Pearson Education, 2011.            KOTZ, John C.; TREICHEL JÚNIOR, Paul. Química geral e reações químicas. [Chemistry and chemical reactivity]. Flávio Maron Vichi (Trad.). São Paulo: Thomson, 2005. v.1. 671 p.</p>		

<b>Nome e código do componente curricular:</b>	<b>Centro:</b>	<b>Carga horária:</b>
<b>Libras – Linguagem Brasileira de Sinais</b>	CFP	68h – 03 cred
<b>Modalidade</b> Disciplina	<b>Função:</b> Básica	<b>Natureza:</b> Obrigatória
<b>Pré-requisito:</b> Não existe	Módulo de alunos: 2º semestre	
<p><b>Ementa</b>            Educação Especial no contexto do campo brasileiro e da Educação do Campo. As políticas Públicas de inclusão, abordagens e tendências. Aspectos éticos e educacionais na inclusão de Pessoas com deficiência na escola, na família e na comunidade. Concepção de linguagens de sinais. Linguagem de sinais brasileira. O código de ética. Resolução do encontro de Montevidéu. A formação de intérprete no mundo e no Brasil. Língua e identidade: um contexto de política lingüística. Cultura surda e cidadania brasileira.</p> <p><b>Bibliografia Básica</b>            GESSER, Andrei. <b>Libras? Que língua é essa?</b> Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.            HONORA, Márcia. <b>Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais</b>: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.            FERREIRA, Lucinda. <b>Por uma gramática de língua de sinais</b>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.</p>		

<b>Nome e código do componente curricular:</b>	<b>Centro:</b>	<b>Carga horária:</b>
<b>Fundamentos da Biologia</b>	CFP	51 h – 03 cred
<b>Modalidade</b> Disciplina	<b>Função:</b> Básica	<b>Natureza:</b> Obrigatória
<b>Pré-requisito:</b> Não existe	Módulo de alunos: 2º semestre	
<p><b>Ementa</b>            Introdução à Biologia. Características gerais dos seres vivos. Diversidade de seres vivos. Metabolismo energético dos seres vivos. Reprodução dos seres vivos. As teorias da origem da vida. Organização celular dos seres vivos. Noções básicas dos níveis de classificação dos seres vivos. A organização estrutural interna dos organismos e suas características fisiológicas básicas. O meio ambiente e os seres vivos. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b></p>		

ALBERTS, B. et al. **Fundamentos de Biologia Celular**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.  
\_\_\_\_\_. **Biologia Molecular da Célula**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.  
DE ROBERTIS, E. D. P & DE ROBERTIS Jr. E. M. F. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

**Bibliografia complementar:**

JUNIOR, A.P. **Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos Para um Desenvolvimento Sustentável**. MANOLE. 2004.  
JUNQUEIRA, L C. et al. **Biologia Celular e Molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.  
PURVES, W. K. et. al. **Vida a Ciência da Biologia**. Porto Alegre: Artmed, 2002.  
SISINNO, C. L. S. **Resíduos Sólidos, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.  
RAVEN, P.H. et al. **Biologia Vegetal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Prática Reflexiva em Fundamentos da Biologia</b>	CFP	17 h – 01 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 2º semestre	
<b>Ementa</b>		
Mapear, identificar e caracterizar os seres vivos da região quanto a diversidade, o metabolismo energético, a reprodução. O meio ambiente e os seres vivos.		
<b>Bibliografia básica:</b>		
ALBERTS, B. et al. <b>Fundamentos de Biologia Celular</b> . Porto Alegre: Artes Médicas, 2006. _____. <b>Biologia Molecular da Célula</b> . Porto Alegre: Artes Médicas, 2009. DE ROBERTIS, E. D. P & DE ROBERTIS Jr. E. M. F. <b>Bases da Biologia Celular e Molecular</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.		
<b>Bibliografia complementar:</b>		
JUNIOR, A.P. <b>Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos Para um Desenvolvimento Sustentável</b> . MANOLE. 2004. JUNQUEIRA, L C. et al. <b>Biologia Celular e Molecular</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. PURVES, W. K. et. al. <b>Vida a Ciência da Biologia</b> . Porto Alegre: Artmed, 2002. SISINNO, C. L. S. <b>Resíduos Sólidos, Ambiente e Saúde</b> . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. RAVEN, P.H. et al. <b>Biologia Vegetal</b> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Fundamentos da Física I</b>	CFP	51 h – 03 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 2º semestre	
<b>Ementa</b>		
Fundamentos de Mecânica e Astronomia Aplicada a Agroecologia. Unidades de medida, grandezas físicas e vetores; conceitos básicos de cinemática e dinâmica dos movimentos de translação e rotação; leis de Newton; energia e trabalho; leis de conservação; oscilações simples; conceitos básicos de gravitação; o		



universo e suas características; o sistema solar; a esfera celeste; constelações e reconhecimento do céu; as marés; estações do ano; eclipses; elaboração de plano de estudo para o tempo comunidade. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.

## 3º SEMESTRE

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Bases Epistemológicas da Agroecologia</b>	CFP	51 h – 03 cred
Modalidade Disciplina	Função: Formação Integradora	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 3º semestre	
<p><b>Ementa</b> História da agricultura. A agricultura brasileira no Período Imperial e o processo da modernização agrícola no Brasil. Epistemologia da agroecologia, diferentes abordagens da agricultura não convencional, bases históricas e filosóficas: princípios, fundamentos e definições; marco conceitual da agroecologia. A problematização da agricultura convencional considerando as dimensões: econômica, ecológica, social, ética e cultural, enfocando: a modernização conservadora da agricultura brasileira; questão agrária e movimentos de luta pela terra; revolução verde: histórico e tecnologias inadequadas aos trópicos; a monocultura como característica central do modelo convencional; pragas, praguicidas e a crise ambiental (impactos do modelo agrícola nos recursos naturais); balanço energético da agricultura convencional; Agronegócio e Biotecnologia. Biotecnologia a serviço da agricultura camponesa.</p>		
<p><b>Bibliografia básica</b> ALTIERI, M. A. <b>Agroecologia</b>: as bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2202. DEAN, Warren. A ferro e fogo. <b>A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira</b>. São Paulo: Cia das Letras, 1996. GLIESSMAN, S. P. <b>Agroecologia</b> - processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005.</p>		
<p><b>Bibliografia complementar</b> DORST, Jean. <b>Antes que a natureza morra: por uma ecologia política</b>. São Paulo: Edgard Blücher, 1973. 394p. FURTADO, Celso. <b>Formação econômica do Brasil</b>. São Paulo: Nacional, 1980. PRADO JÚNIOR, Caio. <b>História econômica do Brasil</b>. São Paulo: Brasiliense, 1998. GUIMARÃES, Passos Guimarães. <b>Quatro séculos de latifúndio</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. PRIMAVESI, A. <b>Manejo ecológico do solo</b>: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002. MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. <b>História das Agriculturas do Mundo</b>: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. ROBERT E. RICKLEFS. <b>A economia da natureza</b>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. SZMRESÁNYI, T. <b>Pequena história da agricultura no Brasil</b>. São Paulo: Contexto, 1990.</p>		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Formação do Território Brasileiro</b>	CFP	51 h – 03 cred
Modalidade Disciplina	Função: Formação Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 3º semestre	
<p><b>Ementa</b> Formação e configuração sócio-territorial do Brasil e do Nordeste. As políticas de desenvolvimento territorial e seus impactos na reordenação sócio-territorial no Nordeste. A formação do povo brasileiro. O papel do Estado na configuração do espaço regional (Nordeste). Aspectos gerais da geografia física do Brasil (Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade).</p>		
<p><b>Bibliografia Básica:</b> RIBEIRO, D. <b>O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil</b>. 3º ed. São Paulo, Companhia das letras, 1995. 476p. MOREIRA, Ruy. <b>Formação espacial brasileira – uma contribuição crítica à geografia do Brasil</b>. Rio de Janeiro: Consequência, 2012. SANTOS, Milton, SILVEIRA, M. L. <b>O Brasil – território e sociedade no início do século XXI</b>. 2ª Ed. Rio de Jeiro: Record, 2001.</p>		
<p><b>Bibliografia complementar:</b> ANDRADE, M. C. de. <b>O Nordeste e questão regional</b>. _____. <b>A terra e o homem no Nordeste</b>. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239p. GUIMARÃES, Alberto Passo. <b>Quatro séculos de latifúndio</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. HUBERMAN, Leo. <b>História da riqueza do homem</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. MOREIRA, Roberto J. <b>Terra, poder e território</b>. São Paulo: Expressão Popular, 2007. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. <b>Modo capitalista de produção e agricultura</b>. São Paulo: Ática, 1986. _____. <b>A agricultura camponesa no Brasil</b>. São Paulo: Contexto, 2001. _____. <i>Renda capitalista da terra</i>, in <b>Orientação</b>, 5 (1984), 6 (1985) e 7 (1986), São Paulo, IGEOG/USP. OLIVEIRA, Ariovaldo U., MARQUES, Marta I. M. <b>O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social</b>. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. OLIVEIRA, F. de. <b>Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes</b>. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 137p. _____. <b>Crítica à razão dualista – o ornitorrinco</b>. São Paulo: Boitempo, 2003a. 150p. PAULINO, Eliane T. <b>Por uma geografia dos camponeses</b>. São Paulo: EdUnesp, 2006. PAULINO, F. S. <b>Nordeste – poder e subdesenvolvimento sustentado, discurso e prática</b>. Fortaleza, EDFUC, 1992. 150p. ROSS, Jurandy L. S. (Org.). <b>Geografia do Brasil</b>. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2001. SAQUET, Marcos A., SANTOS, Roseli A. dos (Org.). <b>Geografia agrária, território e desenvolvimento</b>. São Paulo: Expressão Popular, 2010.</p>		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Prática Reflexiva em Formação do Território Brasileiro</b>	CFP	17 h – 01 cred
Modalidade Disciplina	Função: Formação Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Formação do Território Brasileiro	Módulo de alunos: 3º semestre	
<b>Ementa</b> Aula de campo. Visitas técnicas. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.		
<b>Bibliografia Básica:</b> RIBEIRO, D. <b>O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil</b> . 3º ed. São Paulo, Companhia das letras, 1995. 476p. MOREIRA, Ruy. <b>Formação espacial brasileira – uma contribuição crítica à geografia do Brasil</b> . Rio de Janeiro: Consequência, 2012. SANTOS, Milton, SILVEIRA, M. L. <b>O Brasil – território e sociedade no início do século XXI</b> . 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.		
<b>Bibliografia complementar:</b> ANDRADE, M. C. de. <b>O Nordeste e questão regional</b> . _____. <b>A terra e o homem no Nordeste</b> . 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239p. GUIMARÃES, Alberto Passo. <b>Quatro séculos de latifúndio</b> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. HUBERMAN, Leo. <b>História da riqueza do homem</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 1979. MOREIRA, Roberto J. <b>Terra, poder e território</b> . São Paulo: Expressão Popular, 2007. OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. <b>Modo capitalista de produção e agricultura</b> . São Paulo: Ática, 1986.		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Estatística Aplicada a Agroecologia</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: inexistente	Módulo de alunos: 3º semestre	
<b>Ementa</b> Introdução, Conceitos básicos, Dados Estatísticos, Séries estatísticas, Medidas estatísticas de dados agrupados (I) e de não agrupados (II), Probabilidades e os teoremas fundamentais, Variável aleatória, Distribuições probabilísticas, Teoria da Estimativa, Análise de variância e Testes de Hipóteses, Correlação, regressão, interpolação e ajustamentos, Números relativos e índices.		
<b>Bibliografia Básica:</b> BLACKWELL, D.. <b>Estatística Básica</b> . 2ª 18d. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975. CASTRO, L. S. V. <b>Exercícios de Estatística</b> . 12ª 18d. Rio de Janeiro: Ed. Científica, 1978. FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. & TOLEDO, G. L. <b>Estatística Aplicada</b> . 2ª 18d. São Paulo, Atlas, 1998.		
<b>Bibliografia complementar:</b> FONSECA, J. S. & MARTINS, G. A. Curso de Estatística. 6ª 18d. São Paulo, Atlas, 1996. VIEIRA, S. & HOFFMANN, R. Estatística. 2ª 18d. São Paulo: Atlas, 1990.		

--

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Corpo e Cultura</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Formação Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 3º semestre	
<p><b>Ementa</b></p> <p>Elementos da cultura corporal (dança, ginástica, esporte, jogos, lutas, e outros) – marco teórico. Educadores/as do campo e as condições de socialização os elementos da cultura corporal, contextualizando seu histórico e formas de manifestação. Novas práticas corporais (individuais e coletivas). Práticas corporais presentes no contexto regional. Oportunizar o conhecimento e a experimentação dos elementos da cultura corporal presentes em diferentes partes do país e do mundo, adequando-os as condições regionais.</p>		
<p><b>Bibliografia básica</b></p> <p>TAFFAREL, Celi Zulke; ESCOBAR, Micheli Ortega. <b>Mas, afinal, o que é educação física?</b> Reafirmando o marxismo contra o simplismo intelectual. [2008?]-a. Disponível em: <a href="http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/">http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/</a>. Acessado em: 10 de outubro de 2008.</p> <p>TAFFAREL, Celi Zulke; ESCOBAR, Micheli Ortega. <b>Educação Física e movimentos de luta sociais.</b> [2008?]-b. Disponível em: <a href="http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/">http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/</a>. Acessado em: 10 de outubro de 2008.</p> <p>TEIXEIRA, David R.; TAFFAREL, C. N. Z. <b>Cultura Corporal e Território:</b> proposta curricular para a educação do campo. Relatório final FAPESB: Apoio Técnico II, 2006-2007. Mimeografado.</p> <p>TEIXEIRA, D. R.. <b>A necessidade histórica da Cultura Corporal em áreas de reforma agrária:</b> caso do MST/BA. Dissertação Mestrado - PPGE/CED/UFSC, Florianópolis, 2010.</p>		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Ecologia Geral</b>	CFP	51 h – 03 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 3º semestre	
<p><b>Ementa</b></p> <p>Definições da ecologia; história e objeto da ciência ecológica. Organismos, populações, comunidades, nicho ecológico, sucessão. Ecossistemas: fluxo de energia e materiais. Cadeias tróficas e produtividade. Ciclos biogeoquímicos. Poluição. Biomas. Formações fitogeográficas do Brasil e da Bahia. Biodiversidade. Estratégias de conservação. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.</p>		
<p><b>Bibliografia básica:</b></p> <p>PURVES, W. K. et al. <b>Vida: a ciência da biologia.</b> Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>RICKLEFS, R. E. <b>A economia da natureza.</b> Rio de Janeiro: Guanabara, 1996.</p> <p>TOWNSEND, C. R. et al. <b>Fundamentos em Ecologia.</b> Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>WILSON, E. O. <b>Biodiversidade.</b> Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.</p>		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Praticas Reflexivas da Ecologia Geral</b>	CFP	17 h – 01 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 3º semestre	
<b>Ementa</b> Definições da ecologia; história e objeto da ciência ecológica. Organismos, populações, comunidades, nicho ecológico, sucessão. Ecossistemas: fluxo de energia e materiais. Cadeias tróficas e produtividade. Ciclos biogeoquímicos. Poluição. Biomas. Formações fitogeográficas do Brasil e da Bahia. Biodiversidade. Estratégias de conservação. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.		
<b>Bibliografia básica:</b> PURVES, W. K. et al. <b>Vida: a ciência da biologia</b> . Porto Alegre: Artmed, 2002. RICKLEFS, R. E. <b>A economia da natureza</b> . Rio de Janeiro: Guanabara, 1996. TOWNSEND, C. R. et al. <b>Fundamentos em Ecologia</b> . Porto Alegre: Artmed, 2006. WILSON, E. O. <b>Biodiversidade</b> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Fundamentos da Física II</b>	CFP	51 h – 03 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 3º semestre	
<b>Ementa</b> Fundamentos de Ondas, Termodinâmica, Mecânica dos Fluidos e Eletromagnetismo aplicada a Agroecologia. Conceitos básicos sobre ondas mecânicas e eletromagnéticas; calor e temperatura; leis da termodinâmica; estática e dinâmica dos fluidos; conceitos básicos de eletricidade e magnetismo; lei de indução de Faraday; natureza e propagação da luz; espectro eletromagnético; elaboração de plano de estudo para o tempo comunidade.		
<b>Bibliografia básica:</b> <b>Bibliografia complementar:</b>		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>História da Bahia</b>	CFP	51 h – 03 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 3º semestre	
<b>Ementa</b> Historia social, política e econômica da Bahia. Ocupação sócio-territorial do Recôncavo e do Vale do Jiquiriça.		
<b>Bibliografia básica</b> TAVARES, Luís Henrique Dias. 1987. História da Bahia, 8ª ed., Editora Ática: São Paulo, 260p. PEIXOTO, Afrânio. 1946. Breviário da Bahia, 2ª ed., Livraria Agir Editora: Rio de Janeiro, 352p. Bahia de Todos os Santos; Diagnóstico sócio-ambiental e subsídios para a gestão. Salvador: Germen/UFBA- NIMA, 1997, 244p.		

### Bibliografia complementar

OSÓRIO, Ubaldo. 1979. A Ilha de Itaparica - História e Tradição, 4ª edição revista e ampliada, Editora Beneditina, Salvador, 564p.

BRANDÃO, Maria de Azevedo et al. 1998. Recôncavo da Bahia. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 260p.

CARTILHA HISTÓRICA DA BAHIA. A República e seus Governadores, 5ª ed., Salvador, 1990, 190p.

ALENCAR, Francisco et al. 1981, História da Sociedade Brasileira, 2ª ed., Rio de Janeiro: ao livro Técnico.

Nome e código do componente curricular: <b>Seminário Integrador II</b>	Centro: CFP	Carga horária: 17 h – 01 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: não existe	Módulo de alunos: 3º semestre	

### Ementa

Atividades interdisciplinares orientadas e supervisionadas da práxis pedagógica da educação do campo. Abordagem crítica das diversas dimensões que compõem o currículo e sua estrutura no Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Produção de texto científico expressando os resultados do Projeto Integrador e suas implicações para a escola do Ensino Fundamental II e Médio de educação do campo. Integrar os conhecimentos adquiridos nos Tempos Universitário e Sócio-Produtivo, expressando (tanto na forma oral quanto escrita) habilidades e competências requeridas pelo curso, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e do pensamento criativo na abordagem da problemática do campo.

### Bibliografia básica

GIMONET, Jean-Claude. **Método pedagógico ou novo sistema educativo?** A experiência das casas familiares rurais. Brasília: Cidade, 2004.

PEREIRA, Erialdo Augusto. **Avaliação formativa e pedagogia da alternância:** uma experiência pedagógica na Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO. Revista da Formação por Alternância, v. 1.

### Bibliografia complementar

ARDOINO, Jacques (Coord.). **Mutirreferencialidade nas ciências e na educação.** São Carlos: UFSCAR, 1998.

## 4º SEMESTRE

Nome e código do componente curricular: <b>Pesquisa e Educação do Campo II</b>	Centro: CFP	Carga horária: 68 h – 04 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Pesquisa e Educação do Campo I	Módulo de alunos: 4º semestre	

### Ementa

Trabalho Monográfico. Metodologias e pesquisas. Pesquisa participante. Metodologia da Pesquisa-Ação. Base empírica da pesquisa social. Etnociências. Abordagem sistêmica. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.

### Bibliografia básica

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.  
 GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 1999.  
 THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

### Bibliografia complementar

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília, Líber Livro, 2002. (Série Pesquisa em Educação).  
 BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1990.  
 DEMO, Pedro. **Pesquisa – princípio científico e educativo**. 8º Ed. São Paulo: Cortez, 2001.  
 DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.  
 DIEGUES, A.C. e ARRUDA, R.S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA; São Paulo: EDUSP, 2001.  
 GATI, Bernadete A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais**. Brasília, Líber Livro, 2012. (Série Pesquisa).  
 MARTINS, Gilberto de A. **Estudo de caso – estratégias de pesquisa**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.  
 MOLINA, Mônica Castagna/Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006  
 POSEY, D. A. Introdução – “Etnobiologia: teoria e prática”, “Etnoentomologia de tribos indígenas da Amazônia”, Manejo da floresta secundária: capoeiras, campos e cerrados (Kayapo)”. In: **Suma Etnológica Brasileira**. v. 1. Etnobiologia. RIBEIRO, B. (org.). Petrópolis: FINEP/Vozes. p. 15-25, p. 251-272 e p. 173-185, 1987.  
 SOARES, Maria Lucia de Amorim. **Da evolução da concepção de natureza e de homem na ambiência de uma educação ambiental crítica**. GT Educação Ambiental. Recife, 2007.  
 UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo** / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D’Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. – Salvador: EDITORA, 2009.

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Agroecologia</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Formação Integradora	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 4º semestre	
<b>Ementa</b>		
Modelos Alternativos de Agricultura. Aspectos antrópicos: dimensão social, econômica e energética. Integração de Atividades e Recursos numa Propriedade Agrícola. Elementos da ecologia e sua aplicação na agricultura: relações planta, clima, solo e água. A sustentabilidade agrícola. Princípios Ecológicos na Agricultura. Dinâmica de Nutrientes da Água e Energia, Biologia do Solo, Biodiversidade. Base Ecológica do Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Invasoras. Ciclagem dos Nutrientes Através de Adubação Verde e Compostagem e manejo da matéria orgânica. Agroecossistemas: determinantes, recursos e processos.. Processo de conversão de modelo de produção. Legislação ambiental, agricultura e agroecologia.		
<b>Bibliografia básica</b>		
ALTIERI, M. A. <b>Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável</b> . Guaíba: Agropecuária, 2002.		
ALTIERI, M. <b>Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável</b> . Porto Alegre: UFRGS, 2000.		
GLIESSMAN, S. R. <b>Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável</b> . Porto Alegre:		

Universitária, 2001.

### Bibliografia complementar

CHABOUSSOU, F. **Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos**: A teoria da Trofobiose. Porto Alegre: L&PM, 1999.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

MONEGAT, Cláudio. **Plantas de cobertura do solo**: características de manejo em pequenas propriedades. Chapecó: Editora do Autor, 1991.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da Agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Práticas Reflexivas Agroecologia</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Formação Integradora	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 4º semestre	

### Ementa

Caracterização dos modelos Alternativos de Agricultura. Aspectos antrópicos: dimensão social, econômica e energética. Conhecer a integração de Atividades e Recursos numa Propriedade Agrícola. Elementos da ecologia e sua aplicação na agricultura: relações planta, clima, solo e água. Fazer a identificação dos princípios Ecológicos na Agricultura. Dinâmica de Nutrientes da Água e Energia, Biologia do Solo, Biodiversidade. Base Ecológica do Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Invasoras. Ciclagem dos Nutrientes Através de Adubação Verde e Compostagem e manejo da matéria orgânica. Agroecossistemas: determinantes, recursos e processos..

### Bibliografia básica

CHABOUSSOU, F. **Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos**: A teoria da Trofobiose. Porto Alegre: L&PM, 1999.

MONEGAT, Cláudio. **Plantas de cobertura do solo**: características de manejo em pequenas propriedades. Chapecó: Editora do Autor, 1991.

PRIMAVESI, A. **O manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 1990

### Bibliografia complementar

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da Agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Gênero, Sexualidade e Geração na Educação do Campo</b>	CFP	51 h – 03 cred
Modalidade Disciplina	Função: Formação Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 4º semestre	



### Ementa

Introdução aos estudos de geração, gênero e de sexualidade. Infância e juventude no campo. Mobilidade e migração da juventude. Produção feminista e os estudos da sexualidade. Gênero e sexualidade no currículo escolar e na cultura camponesa. Produção e regulação das identidades sexuais e de gênero. Infância e juventude no currículo escolar e na cultura camponesa. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.

### Bibliografia básica:

GOELLNER, S. V.; LOURO, G. L.; NECKEL, J. F. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LÊNIN, CASTRO, Fidel, e BETO Frei. **As tarefas revolucionárias da juventude**. 4ª Ed. Tradução e revisão Ana Cordisier e Miguel H. Stédile. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

### Bibliografia complementar:

BOFF, Leonardo. **Tudo é sistêmico**. Disponível em:

[http://complexidade.ning.com/profiles/blog/show?id=2832641%3ABlogPost%3A21517&xgs=1&xg\\_sou rce=msg\\_share\\_post](http://complexidade.ning.com/profiles/blog/show?id=2832641%3ABlogPost%3A21517&xgs=1&xg_sou rce=msg_share_post). Acesso em 14/09/2011.

BORSA, Juliane Callegaro. **O papel da escola no processo de socialização infantil**. Disponível:

<<http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0351.pdf>>. Acesso em: 02 setembro 2011.

CAMPOS, Christiane S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CALDART, Roseli, PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs).

**Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. (Verbetes Juventude no campo e Idosos no campo)

DURAND, Olga Celestina da Silva; ALVES, Suzy de Castro. **Políticas Públicas de juventude do campo: uma experiência em Santa Catarina- Brasil**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, Lourdes H. **As experiências de formação de jovens do campo. Alternância ou alternâncias**. Curitiba: CRV, 2012.

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Avaliação em Educação do Campo	51	03
Modalidade Disciplina	Função: Formação Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 4º semestre	

### Ementa

Avaliação da Aprendizagem: história, concepções e conceitos. Finalidades da Avaliação; Tipos de Avaliação: diagnóstica, somativa e formativa. Técnicas e instrumentos de avaliação. Perspectivas atuais da avaliação da aprendizagem. Avaliação e Emancipação Humana; Avaliação Institucional; Planejamento e Avaliação no contexto da Educação do Campo. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.

### Bibliografia Básica

AFONSO, Almerindo J. A. **Avaliação Educacional: Regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2008.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A,

2001.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação**: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1991.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

SANTANNA, I.M. **Por que avaliar? Como avaliar?** Critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 2008.

PEREIRA, Erialdo Augusto. **Avaliação formativa e pedagogia da alternância**: uma experiência pedagógica na Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO. Revista da Formação por Alternância, v. 1.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo** / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. – Salvador: EDITORA, 2009.

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Prática Reflexiva em Avaliação em Educação do Campo	34	02
Modalidade Disciplina	Função: Formação Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: não	Módulo de alunos: 4º semestre	
<b>Ementa</b> Avaliação da Aprendizagem: história, concepções e conceitos. Finalidades da Avaliação; Tipos de Avaliação: diagnóstica, somativa e formativa. Técnicas e instrumentos de avaliação. Perspectivas atuais da avaliação da aprendizagem. Avaliação e Emancipação Humana; Avaliação Institucional; Planejamento e Avaliação no contexto da Educação do Campo. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.		
<b>Bibliografia Básica</b> AFONSO, Almerindo J. A. <b>Avaliação Educacional</b> : Regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000. DEMO, Pedro. <b>Avaliação qualitativa</b> . Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2008. ESTEBAN, Maria Teresa (org.). <b>Avaliação</b> : prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. <b>Avaliação</b> : mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1991. LUCKESI, Cipriano C. <b>Avaliação da aprendizagem escolar</b> . São Paulo: Cortez, 1995. PERRENOUD, Philippe. <b>Avaliação</b> : da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: ArtMed, 1999. SANTANNA, I.M. <b>Por que avaliar? Como avaliar?</b> Critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 2008. PEREIRA, Erialdo Augusto. <b>Avaliação formativa e pedagogia da alternância</b> : uma experiência pedagógica na Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO. Revista da Formação por Alternância, v. 1. UFBA. Universidade Federal da Bahia. <b>Cadernos didáticos sobre educação no campo</b> / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. – Salvador: EDITORA, 2009.		

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Políticas Públicas e Educação do Campo	51	03

Modalidade Disciplina	Função: Formação Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 4º semestre	
<p><b>Ementa</b> Direitos Sociais. Conceito de Política Pública. Políticas Educacionais no Brasil a partir da Constituição do Estado Nacional. Políticas públicas para a Educação do Campo e os planos governamentais – entre o proposto e o vivido; as políticas educacionais no Brasil no contexto da influência dos organismos nacionais e internacionais. Mediações entre as Relações de Produção no Capitalismo e as Práticas Educacionais. Fundamentos da Educação do Campo. Redes de Saberes e a Superação de Dicotomias entre o Local e o Global, Rural e o Urbano, Cidade e o Campo. Políticas Públicas para a Educação do Campo. Financiamento; Formação Docente.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica</b> ARROYO, Miguel G. <i>Educação Básica e Movimentos Sociais</i>. In VV. AA. <b>A educação básica e o movimento social do campo</b>. Brasília: UnB, 1999. AZEVEDO, J.M.L. <b>A educação como política pública</b>. Campinas: Autores Associados, 1997. BIANCHETTI, Roberto G. <b>Modelo neoliberal e políticas educacionais</b>. São Paulo: Cortez, 2005. BOBBIO, Norberto. <b>Estado, Governo e Sociedade: para uma nova teoria na política</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. _____. <b>O futuro da democracia</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. BORON, A. <b>Estado, capitalismo e democracia</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. CALDART, Roseli Salete. <b>Educação em Movimento</b>. Formação de Educadoras e Educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997. CASTEL, R. <b>As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário</b>. Petrópolis: Vozes, 1998. DAVIES, Nicholas. <b>Legislação Educacional Federal Básica</b>. São Paulo: Cortez, 2004. DEMO, Pedro. <b>A Nova LDB – ranços e avanços</b>. São Paulo: Papyrus, 2000. FERNANDES, Bernardo Mançano. <i>Por uma educação do campo</i>. In: VV.AA. <b>A educação básica e o movimento social do campo</b>. Brasília: UnB, 1999. _____. <b>Diretrizes de uma caminhada</b>. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. v. 4, 89-101, 2002. FONSECA, Maria Teresa Lousa. <b>A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital</b>. São Paulo: Loyola, 1985. FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia do Oprimido</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. FRIEDMAN, Milton. <b>Liberdade de escolher</b>. Rio de Janeiro: Record, 1980. GENTILI, Pablo (org.). <b>Globalização excludente – desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial</b>. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. GOHN, Maria da Glória. <i>Classes Sociais e Movimentos Sociais</i>. In: <b>Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social</b>. Brasília: UnB, 36-54, 1999. GERMANO, J.W. <b>Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)</b>. Cortez: São Paulo, 2005. GRAMISCI, Antônio. <b>Os intelectuais e a organização da cultura</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. LEITE, Sérgio Celani. <b>Escola Rural: urbanização e políticas educacionais</b>. São Paulo: Cortez, 1996. MARX, K. <b>O capital</b>. São Paulo: Abril Cultural, 1983. OFFE, C. <b>Problemas estruturais do Estado capitalista</b>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. OLIVEIRA, D. A. <b>Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza</b>. Petrópolis: Vozes, 2000. SAVIANI, Dermeval. <b>A nova lei da educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas</b>. Campinas: Autores Associados, 2000. UFBA. Universidade Federal da Bahia. <b>Cadernos didáticos sobre educação no campo / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. – Salvador: EDITORA, 2009.</b></p>		

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Práticas Reflexivas em Políticas Públicas e Educação do Campo	34	02
Modalidade Disciplina	Função: Formação Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 4º semestre	
<b>Ementa</b> Conhecer e diagnosticar e mapear as políticas públicas para a Educação do Campo no âmbito federal, estadual e municipal (Secretarias de Educação e escolas públicas).		
<b>Bibliografia Básica</b> ARROYO, Miguel G. <i>Educação Básica e Movimentos Sociais</i> . In VV. AA. <b>A educação básica e o movimento social do campo</b> . Brasília: UnB, 1999. AZEVEDO, J.M.L. <b>A educação como política pública</b> . Campinas: Autores Associados, 1997. BIANCHETTI, Roberto G. <b>Modelo neoliberal e políticas educacionais</b> . São Paulo: Cortez, 2005. BOBBIO, Norberto. <b>Estado, Governo e Sociedade: para uma nova teoria na política</b> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. OLIVEIRA, E. M. de, ALMEIDA, J. L. V. de, ARNONI, M. E. B. <b>Mediação dialética na educação escolar: teoria e prática</b> . São Paulo, Loyola, 2007. MEC. <i>Por uma política de Educação do Campo</i> . In: MEC. <b>Referências para uma política nacional de Educação do Campo</b> . Brasília: MEC, 2004, p. 35 – 40. MEC/CEB/CNE. <b>Parecer CEB/CNE nº 01/2006</b> – Recomenda a Adoção da Pedagogia da Alternância em Escola do Campo. In: SECAD. <i>Educação do campo: diferenças mudando paradigmas</i> . Brasília: MEC/SECAD, 2007, pp. 73 - 80. UFBA. Universidade Federal da Bahia. <b>Cadernos didáticos sobre educação no campo</b> / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. – Salvador: EDITORA, 2009.		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Seminário Integrador III</b>	CFP	17 h – 01 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 4º semestre	
<b>Ementa</b> Atividades interdisciplinares orientadas e supervisionadas da práxis pedagógica da educação do campo. Abordagem crítica das diversas dimensões que compõem o currículo e sua estrutura no Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Produção de texto científico expressando os resultados do Projeto Integrador e suas implicações para a escola do Ensino Fundamental II e Médio de educação do campo. Integrar os conhecimentos adquiridos nos Tempos Universitário e Sócio-Produtivo, expressando (tanto na forma oral quanto escrita) habilidades e competências requeridas pelo curso, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e do pensamento criativo na abordagem da problemática do campo.		
<b>Bibliografia básica</b> GIMONET, Jean-Claude. <b>Método pedagógico ou novo sistema educativo?</b> A experiência das casas familiares rurais. Brasília: Cidade, 2004. PEREIRA, Erialdo Augusto. <b>Avaliação formativa e pedagogia da alternância: uma experiência pedagógica na Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO</b> . Revista da Formação por Alternância, v. 1.		

## 5º SEMESTRE

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Agropedologia</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 5º semestre	

### Ementa

Noções de geologia, mineralogia e pedologia. Gênese e morfologia do solo; física e química do solo e biologia do solo. Solo vivo, a importância da matéria orgânica do solo. Ciclos globais e sedimentares; atividade biológica; noções de classificação de solos; identificação de solos através de métodos de classificação em campo e certificação em laboratório. Etnopedologia.

### Bibliografia básica:

EMPRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. SPI. Brasília, 1999.  
PRADO, H. **A Pedologia simplificada**, Arquivo do Agrônomo nº 1, POTAFOS, dez./1995. 16p.  
REZENDE, M.; CURI, N.; RESENDE, S. B. & CORREA, G. F. **Pedologia**: bases para a distinção de ambientes. Viçosa: NEPUT, 2001.  
TEIXEIRA, W. et. al. **Decifrando a Terra**. São Paulo: EDUSP/Oficina de Textos, 2000.

### Bibliografia complementar:

ANDRADE, H & SOUZA, J. J. **Solos**: origem, componentes e organização. ESAL/FAEPE.  
LEPSCH, I. F. **Solos, Formação e conservação**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.  
OLIVEIRA, J. B.; JACOMINE, P. K. T. & CAMARGO, M. N. **Classes Gerais de Solos do Brasil**. Jaboticabal: FUNEP, 1992.  
ANDRADE, H & SOUZA, J. J. **Solos**: origem, componentes e organização. ESAL/FAEPE.  
TEIXEIRA, W. et. al. **Decifrando a Terra**. São Paulo: EDUSP/Oficina de Textos, 2000.

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Prática Reflexiva em Agropedologia</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 5º semestre	

### Ementa

Identificação e caracterização da geologia, mineralogia e pedologia. Gênese e morfologia do solo; física e química do solo e biologia do solo. Solo vivo, a importância da matéria orgânica do solo. Ciclos globais e sedimentares; atividade biológica; Classificação de solos; identificação de solos através de métodos de classificação em campo e certificação em laboratório. Etnopedologia.

### Bibliografia básica:

ANDRADE, H & SOUZA, J. J. **Solos**: origem, componentes e organização. ESAL/FAEPE.  
LEPSCH, I. F. **Solos, Formação e conservação**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.  
OLIVEIRA, J. B.; JACOMINE, P. K. T. & CAMARGO, M. N. **Classes Gerais de Solos do Brasil**. Jaboticabal: FUNEP, 1992.  
ANDRADE, H & SOUZA, J. J. **Solos**: origem, componentes e organização. ESAL/FAEPE.

### Bibliografia complementar:

EMPRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. SPI. Brasília, 1999.

PRADO, H. A **Pedologia simplificada**, Arquivo do Agrônomo nº 1, POTAFOS, dez./1995. 16p.  
REZENDE, M.; CURI, N.; RESENDE, S. B. & CORREA, G. F. **Pedologia**: bases para a distinção de ambientes. Viçosa: NEPUT, 2001.

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Teoria Cooperativista</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 5º semestre	
<b>Ementa</b> História do cooperativismo. Princípios do cooperativismo. Conceito de cooperativismo. Correntes teóricas cooperativistas. Tipos de cooperativas. Globalização e evolução do pensamento cooperativo. Diferenças entre microempresa, associação, cooperativa, fundação e sindicato. Legislação de uma cooperativa. Estrutura organizacional de uma cooperativa. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade. Seminário Integrador.		
<b>Bibliografia básica:</b> MELLO, R. B. de; PINHEIRO, K. R. <i>Conhecendo melhor as associações</i> . São Paulo: Baraúna. RECH, D. <i>Cooperativas: uma alternativa de organização popular</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2000. Rio de Janeiro: FASE, 2001. SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (org.). <i>A outra economia</i> . Porto Alegre: Veraz, 2003. VEIGA, S. M. <i>Como montar cooperativas populares: passo a passo para a legalização de cooperativas</i> . Rio de Janeiro: FASE, 2001.		
<b>Bibliografia Complementar</b> SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. (Orgs.). <i>Epistemologias do Sul</i> . Coimbra: Editora Almedina, 2009.		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Educação para as Relações Ético-raciais</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 5º semestre	
<b>Ementa</b> A Educação das Relações Étnico-Raciais. História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Racismo Estrutural no Brasil. Ideologia da Democracia Racial. Negritude e Escola. Cultura Negra e Educação Brasileira. Comunidades Negras Rurais e quilombolas – território e questão agrária; inclusão produtiva e desenvolvimento local em comunidades tradicionais; Políticas Afirmativas em educação; Políticas Afirmativas para comunidades tradicionais.		
<b>Bibliografia básica:</b> BRASIL. <b>Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola</b> . SEPIR. 2012 DOMINGUES, Petrônio José. <i>Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos</i> . Tempo. REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. <b>Liberdade por um Fio</b> : História dos Quilombos no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.		
<b>Bibliografia complementar:</b> <b>Revista do Departamento de História da UFF</b> , v. 12, p. 113-136, 2007.		

GERMANI, G. I.; OLIVEIRA, G. G. **Reconhecimento de territórios quilombolas**: A experiência do convênio de cooperação técnica na Bahia. O Inkra e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas. Algumas experiências. Brasília: NEAD, 2006, v. único, p. 86-115

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Rev. Antropol.** [online]. 2004, vol.47, n.1, p. 9-43.

SILVA, Valdério Santos. *Rio das Rãs à Luz da Noção de Quilombo*, In: **Revista Afro-Ásia**, n. 23, de 2000.

SANTOS, José R. J. *As Estratégias de Estar e Permanecer da Juventude Negra*. In: Maria Auxiliadora Lopes; Maria Lucia de Santana Braga. (Org.). **Acesso e Permanência da população negra no ensino superior**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada; UNESCO, 2007, v. 30, p. 89-112.

SANTOS, T. R.; GERMANI, G. I.; SILVA, Paulo Henrique Carvalho e. *As metamorfoses da questão quilombola na Bahia*. In: **XXVIII Congresso Internacional ALAS**, 2011, Recife (PE). Anais do XXVIII Congresso Internacional ALAS, 2011.

NASCIMENTO, C. O. C.; JESUS, R. C. D. P.; GUSMÃO, P. M. P. (Orgs.). **Caderno Pedagógico - Diálogo entre a UFRB, as escolas de ensino médio e as comunidades populares do Recôncavo**. Cruz das Almas: UFRB/PROPAAE/Programa Conexões de Saberes -SECAD-MEC, 2008. v. 1.

REIS, Dyane Brito. *A Permanência como política de ação afirmativa*. In: **Para Além das Cotas**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação da UFBA, Dez/2009.

SCHWARCZ, L.M. *Uma história de diferenças e desigualdades*: as doutrinas raciais do século XIX. In: **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo da miscigenação*. **Estud. av.** [online]. 1994, vol.8, n.20, p. 137-152.

SILVA, P. B. G. e. Parecer CNE/CP 3/2005 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia** (relatora). 2005.

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Leitura e Produção de texto II</b>	CFP	51 h – 03 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 5º semestre	
<b>Ementa</b> Linguagem. Leitura. Texto e textualidade. Gramática do texto. Critérios para análise da coerência e da coesão. Textos Científicos (regras e métodos). Elaboração de projetos e relatórios técnicos. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade. Seminário Integrador.		
<b>Bibliografia</b> GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 1997. KOCH, Ingedore G. Villaça. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 1993. KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Carlos Luiz. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 1993. PLATÃO, Fiorin. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1998. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.		

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Educação do Campo, Currículo e Projeto Político Pedagógico	51	03
Modalidade	Função:	Natureza:

Disciplina	Formação Sociopolítica	Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 5º semestre	
<p><b>Ementa</b> Conceito do currículo escolar. Tendências curriculares no Brasil. Currículo, cultura e sociedade. Teorias do currículo. Política do conhecimento oficial e a proposta paradigmática de educação do campo. Projeto Político Pedagógico da educação do campo e as questões curriculares. Dupla determinação: escolarização e cultura. Currículos da educação básica. Currículo, desenvolvimento e as especificidades das populações do campo. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.</p>		
<p><b>Bibliografia Básica</b> APPLE, Michael. <b>Ideologia e Currículo</b>. São Paulo: Brasiliense, 1982. _____. <b>Educação e poder</b>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Orgs.). <b>Por uma educação do campo</b>. Petrópolis: Vozes, 2004. BOSI, Alfredo. <b>Dialética da Colonização</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. CANDAUI, V. M. <i>Reformas Educacionais hoje na América Latina</i>, In: MOREIRA, A. F. B. <b>Currículo: Políticas e práticas</b>. Campinas: Papirus, 2000. FERRAÇO, Carlos Eduardo. <b>Cotidiano escolar, formação de professores (as) e currículo</b>. São Paulo: Cortez, 2005. Vol.6. GANDIN, Danilo. <b>A Prática do Planejamento Participativo</b>. Petrópolis: Vozes, 1994. GIROUX, Henri. <b>Teoria crítica e resistência em educação</b>: para além das teorias da reprodução. Petrópolis: Vozes, 1989. GIMENO SACRISTAN, J. A. <b>Currículo</b>. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. GOODSON, Ivor F. <b>Currículo: teoria e história</b>. Petrópolis: Vozes, 1999. HERNÁNDEZ, Fernando. <b>A organização do currículo por projetos de trabalho</b>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli Salette (Orgs.). <b>Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas</b>. V. 4. Brasília, 2002. LEITE, Sérgio Celani. <b>Escola rural: urbanização e políticas educacionais</b>. São Paulo: Cortez, 1999. MACEDO, Roberto Sidnei. <b>Currículo – campo, conceito e pesquisa</b>. Petrópolis: Vozes, 2007. MEC. <i>Por uma política de Educação do Campo</i>. In: MEC. <b>Referências para uma política nacional de Educação do Campo</b>. Brasília: MEC, 2004, p. 35 – 40. MEC/CEB/CNE. <b>Parecer CEB/CNE nº 01/2006</b> – Recomenda a Adoção da Pedagogia da Alternância em Escola do Campo. In: SECAD. <b>Educação do campo: diferenças mudando paradigmas</b>. Brasília: MEC/SECAD, 2007, pp. 73 - 80. UFBA. Universidade Federal da Bahia. <b>Cadernos didáticos sobre educação no campo / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton</b>. – Salvador: EDITORA, 2009.</p>		

Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
Práticas Reflexivas em Educação do Campo, Currículo e Projeto Político Pedagógico	34	02
Modalidade Disciplina	Função: Formação Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 5º semestre	
<p><b>Ementa</b> Conhecer, diagnosticar e mapear os projetos políticos pedagógicos das escolas do campo e suas propostas curriculares no âmbito federal, estadual e municipal (Secretarias de Educação e escolas públicas).</p>		



### Bibliografia Básica

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Educação Básica e Movimentos Sociais*. In VV. AA. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: UnB, 1999.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli Saete (Orgs.). **Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas**. V. 4. Brasília, 2002.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, E. M. de, ALMEIDA, J. L. V. de, ARNONI, M. E. B. **Mediação dialética na educação escolar: teoria e prática**. São Paulo, Loyola, 2007.

MEC. *Por uma política de Educação do Campo*. In: MEC. **Referências para uma política nacional de Educação do Campo**. Brasília: MEC, 2004, p. 35 – 40.

MEC/CEB/CNE. **Parecer CEB/CNE nº 01/2006** – Recomenda a Adoção da Pedagogia da Alternância em Escola do Campo. In: SECAD. *Educação do campo: diferenças mudando paradigmas*. Brasília: MEC/SECAD, 2007, pp. 73 - 80.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton**. – Salvador: EDITORA, 2009.

Nome e código do componente curricular: <b>Seminário Integrador IV</b>	Centro: CFP	Carga horária: 17 h – 01 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 5º semestre	
<b>Ementa</b>		
Atividades interdisciplinares orientadas e supervisionadas da práxis pedagógica da educação do campo. Abordagem crítica das diversas dimensões que compõem o currículo e sua estrutura no Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Produção de texto científico expressando os resultados do Projeto Integrador e suas implicações para a escola do Ensino Fundamental II e Médio de educação do campo. Integrar os conhecimentos adquiridos nos Tempos Universitário e Sócio-Produtivo, expressando (tanto na forma oral quanto escrita) habilidades e competências requeridas pelo curso, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e do pensamento criativo na abordagem da problemática do campo.		
<b>Bibliografia básica</b>		
GIMONET, Jean-Claude. <b>Método pedagógico ou novo sistema educativo?</b> A experiência das casas familiares rurais. Brasília: Cidade, 2004.		
PEREIRA, Erialdo Augusto. <b>Avaliação formativa e pedagogia da alternância: uma experiência pedagógica na Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO</b> . Revista da Formação por Alternância, v. 1.		

## 6º SEMESTRE

Nome e código do componente curricular: <b>Agroecossistemas: manejo e conservação</b>	Centro: CFP	Carga horária: 34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 6º semestre	
<b>Ementa</b>		

Caracterização e dinâmica dos agroecossistemas, diversidade, resiliência e estabilidade. Estruturas dos agroecossistemas: o solo, o clima, a população de plantas, Aspectos sociais e culturais da análise de agroecossistemas. Biologia da Conservação: teorias sobre a geração e manutenção da biodiversidade, ameaças à diversidade biológica. Ecologia de Paisagens e fragmentação. Conservação, gestão e manejo da biodiversidade. Políticas e estratégias de conservação da biodiversidade no Brasil. Importância da manutenção da biodiversidade dos agroecossistemas e diferentes formas de manejo. Restauração ecológica (conceitos e definições). Manejo e conservação de solos no agroecossistemas da agricultura familiar camponesa e serviços ambientais.

### Bibliografia básica:

D'AGOSTINI, Luiz Renato. SCHLINDWEIN, Sandro Luis. **Sobre o conceito de agroecossistema**. Florianópolis: UFSC-CCA, 1999.  
 Primack, R. B. & Rodrigues, E. **Biologia da conservação**. Londrina: Planta, 2001.  
 Kageyama, P. Y.; Oliveira, R. E.; Moraes, L. F. D. de; Engel, V. L.; Gandara, F. B. (Orgs). **Restauração ecológica de ecossistemas naturais**. Botucatu: FEPAF, 2008

### Bibliografia complementar

ALTIERI, M. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.  
 AB'SÁBER, A. N.; MARIGO, L. C. **Ecossistemas do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2006.  
 BIGARELLA, J. J. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais**. Florianópolis: UFSC, 2003. v.3.  
 CHABOUSSOU, F. **Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos: A teoria da Trofobiose**. Porto Alegre: L&PM, 1999.  
 FERRAZ, José Maria Gusman. **As dimensões da sustentabilidade e seus indicadores**. In: Marques et al. **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003, cap.01, p.16-35.  
 GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia. Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Trad. Maria José Guazzelli. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 653p.  
 HART, R. D. **Conceitos básicos sobre agroecossistemas**. Turialba: Centro Agronômico tropical de Investigacion CATIE, 1985.  
 Kageyama, P. Y.; Oliveira, R. E.; Moraes, L. F. D. de; Engel, V. L.; Gandara, F. B. (Orgs). **Restauração ecológica de ecossistemas naturais**. Botucatu: FEPAF, 2008  
 May, P. H. & Motta, R. S. (Orgs) **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Prática Reflexiva do Agroecossistemas: manejo e conservação</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 6º semestre	

### Ementa

Caracterização e dinâmica dos agroecossistemas, diversidade, resiliência e estabilidade em diferentes biomas.. Identificação das estruturas dos agroecossistemas em diferentes biomas. Estudos dos aspectos sociais e culturais da análise de agroecossistemas em diferentes biomas. Ecologia de Paisagens e fragmentação. Conservação, gestão e manejo da biodiversidade. Políticas e estratégias de conservação da biodiversidade no Brasil. Importância da manutenção da biodiversidade dos agroecossistemas e diferentes formas de manejo. Restauração ecológica (conceitos e definições). Manejo e conservação de solos no

agroecossistemas da agricultura familiar camponesa e serviços ambientais.

**Bibliografia básica:**

AB'SÁBER, A. N.; MARIGO, L. C. **Ecosistemas do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2006.  
HART, R. D. Conceitos básicos sobre agroecossistemas. Turialba: Centro Agronômico tropical de Investigacion CATIE, 1985.  
May, P. H. & Motta, R. S. (Orgs) **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 1994

**Bibliografia complementar**

ALTIERI, M. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.  
BIGARELLA, J. J. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais**. Florianópolis: UFSC, 2003. v.3.  
CHABOUSSOU, F. **Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos: A teoria da Trofobiose**. Porto Alegre: L&PM, 1999.  
FERRAZ, José Maria Gusman. **As dimensões da sustentabilidade e seus indicadores**. In: Marques et al. **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003, cap.01, p.16-35.  
GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia. Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Trad. Maria José Guazzelli. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 653p.  
Kageyama, P. Y.; Oliveira, R. E.; Moraes, L. F. D. de; Engel, V. L.; Gandara, F. B. (Orgs). **Restauração ecológica de ecossistemas naturais**. Botucatu: FEPAF, 2008

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Cooperação e economia solidária</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 6º semestre	
<b>Ementa</b>		
Abordagens do mundo do trabalho. O processo histórico-sócio-cultural do trabalho. Tipos de trabalho. Fundamentação teórica da educação para a cooperação. Desenvolvimento histórico da teoria e da prática para a cooperação. Tipos de cooperação. Abordagens do conceito de Economia. Tipos de Economia. Conceito da economia solidária, economia social, economia popular e terceiro setor. Diversidade de experiências rurais. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade. Seminário Integrador.		
<b>Bibliografia básica:</b>		
ANTUNES, Ricardo. <i>Os sentidos do trabalho</i> : ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 6ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2003.		
SANTOS. B. de S.(Org.) <i>Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.		
SINGER, Paul. <i>Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas</i> . São Paulo: Contexto, 2000.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
FREIRE, P. <i>Pedagogia do Oprimido</i> . Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979. 218 p.		

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Prática Reflexiva em Cooperação e Empreendimentos Solidários</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 6º semestre	
<b>Ementa</b>		
A vivência técnico pedagógica tem o caráter de formação técnica e pedagógica podendo ocorrer em assentamentos de reforma agrária, unidades de produção, cooperativas ou associações de pequenos produtores, Escolas Famílias Agrícolas ou outras experiências de tendo por base a cooperação. Este componente curricular poderá funcionar tendo por base a política de mobilidade discente da URB.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
CRUZIO, Helnon de Oliveira. <b>Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento</b> . Rio de Janeiro: FGV, 2006.		
OLIVEIRA, E. M. de, ALMEIDA, J. L. V. de, ARNONI, M. E. B. <b>Mediação dialética na educação escolar: teoria e prática</b> . São Paulo, Loyola, 2007.		
RECH, D. <b>Cooperativas: uma alternativa de organização popular</b> . Rio de Janeiro: DP&A, 2000. Rio de Janeiro: FASE, 2001.		
SANT'ANNA, Elza Martins. <b>Porque avaliar? Como avaliar? Critérios e Instrumentos</b> . Petrópolis: Vozes, 1999.		

<b>Componente Curricular</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Créditos</b>
Educação, formação e trabalho docente no campo	51	03
Modalidade Disciplina	Função: Formação Sociopolítica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 6º semestre	
<b>Ementa</b>		
Significado Conceitual da Educação e suas Dimensões. Educação do Campo: Estrutura e Organização. Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Formação de Professores. Elucidações Conceituais. Sujeitos Educacionais, Diversidade e suas Formas de Articulação. Processos Formativos Docentes. Articulação entre a Formação Específica e a Formação Pedagógica dos Professores. Prática Profissional Docente na Educação do Campo. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
ABRAMOVAY, Ricardo. <b>Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão</b> . São Paulo: Hucitec, 1992.		
ARROYO, Miguel. <b>Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres</b> . Petrópolis: Vozes, 2004.		
COSTA, M.C.V. <b>Trabalho docente e profissionalismo</b> . Porto Alegre: Sulina, 1995.		
DINIZ-PEREIRA, J. E. <b>Formação de professores: pesquisas, representações e poder</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2000.		
DOWBOR, Ladislau. <b>A reprodução Social</b> . Petrópolis: Vozes, 2003.		

ENGUIITA, M.F. *A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização*. **Revista Teoria & Educação**, n. 4, 1991.

ESTEVE, José Manuel. **O mal estar Docente: A sala de aula e a saúde dos Professores**. São Paulo. Edusc.1999.

GATTI, B.A. et al. **Formação de professores para o ensino fundamental: instituições formadoras e seus currículos; relatório de pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Fundação Vitor Civita, 2008. 2v.

GATTI, B.A.; NUNES, M.M.R. (Org.). *Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Português, Matemática e Ciências Biológicas*. **Textos FCC**, São Paulo, v. 29, 2009. 155p.

GATTI, B.A.; BARRETO, E.S.S. **Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social**. Brasília: UNESCO, 2009. (Relatório de pesquisa).

HARGREAVES, A. **Os professores em tempos de mudança: o trabalho e a cultura na idade pós-moderna**. Alfragide: McGrawHill, 1998.

HYPÓLITO, A.L.M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papyrus, 1997.

MARQUES, M.O. *A reconstrução dos cursos de formação do profissional da educação*. **Em Aberto**, Brasília, n. 54, p. 7-18, 1992.

NÓVOA, António. (org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto, 1999.

OLIVEIRA, D.A. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, D.A. **As reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OLIVEIRA, D.; DUARTE, M. **Política e trabalho na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

RAMALHO, B.L.; NUÑEZ, I.B.; GAUTHIER, C. **Formar o professor, profissionalizar o ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

RODRIGUES, M. L. **Sociologia das Profissões**. Oeiras: Celta, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza.(org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista (reinventar a emancipação social: para novos manifestos)** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes,2002.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAVARES, J.; BRZEZENSKI, I. (org.). **Conhecimento profissional de professores: a práxis educacional como paradigma de construção**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. – Salvador: EDITORA, 2009.**

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Educação de Jovens e Adultos</b>	CFP	51 h – 03 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 6º semestre	
<b>Ementa</b>		
Abordar a alfabetização (educação) de jovens e adultos, como constituição de um sujeito político, epistemológicos e amoroso tendo por orientação metodológica a relação dialética teoria-prática e a pesquisa-ação: Historicidade de vida de cada sujeito. Parecer CEB 11/2000 de 10/05/2000, de Carlos Roberto Jamil Cury. Discussão de Engels: O papel do trabalho na transformação do macaco em homem e		

do discurso diante da sepultura de Marx.

### Bibliografia básica

Frago, A. V. **Alfabetização na sociedade e na história**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.  
Gadotti, M. Romão, J. E. (orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria pratica e propostas**. São Paulo: Cortez, 2000.  
Kosik, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Editora: Paz e Terra, 1995.

### Bibliografia complementar:

Ferreira, N. T. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.  
FREIRE, P. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.  
\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.  
\_\_\_\_\_. **Cartas à Guiné Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.  
\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.  
\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.

Nome e código do componente curricular: <b>Estágio Supervisionado I</b>	Centro: CFP	Carga horária: 136 h – 08 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 6º semestre	

### Ementa

O estágio supervisionado será feito de forma articulado aos projetos de prática de formação, constituindo-se como espaços de integração teórico - prática do currículo e instrumento de (re)aproximação do aluno cursista à realidade social, econômica e pedagógica do trabalho educativo das escolas do campo do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio. Tais atividades devem ser vivenciadas, ao longo do curso, em espaço educativo escolar e não escolar, garantindo a inserção do aluno - professor no contexto profissional. Pesquisa diagnóstica: escola – campo – sujeitos. Análise dos documentos legais e orientadores nacionais, estaduais e municipais que norteiam os níveis de ensino.

### Bibliografia básica

PEREIRA, Erialdo Augusto. **Avaliação formativa e pedagogia da alternância: uma experiência pedagógica na Escola Família Agrícola de Porto Nacional -TO**. Revista da Formação por Alternância, v. 1.

### Bibliografia complementar

BRASIL. Conselho nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 01/2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne> ; acesso em: 15 jul. 2008.

BRASIL. Conselho nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 02/2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília: 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne>; acesso em: 15 jul. 2008.

Nome e código do componente curricular: <b>Seminário Integrador V</b>	Centro: CFP	Carga horária: 17 h – 01 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 6º semestre	
<p><b>Ementa</b> Atividades interdisciplinares orientadas e supervisionadas da práxis pedagógica da educação do campo. Abordagem crítica das diversas dimensões que compõem o currículo e sua estrutura no Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Produção de texto científico expressando os resultados do Projeto Integrador e suas implicações para a escola do Ensino Fundamental II e Médio de educação do campo. Integrar os conhecimentos adquiridos nos Tempos Universitário e Sócio-Produtivo, expressando (tanto na forma oral quanto escrita) habilidades e competências requeridas pelo curso, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e do pensamento criativo na abordagem da problemática do campo.</p> <p><b>Bibliografia básica</b> GIMONET, Jean-Claude. <b>Método pedagógico ou novo sistema educativo?</b> A experiência das casas familiares rurais. Brasília: Cidade, 2004. PEREIRA, Erialdo Augusto. <b>Avaliação formativa e pedagogia da alternância:</b> uma experiência pedagógica na Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO. Revista da Formação por Alternância, v. 1.</p>		

## 7º SEMESTRE

Nome e código do componente curricular: <b>Sistemas Agroflorestais - SAF</b>	Centro: CFP	Carga horária: 34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 7º semestre	
<p><b>Ementa</b> Conceitos. Classificação e caracterização das práticas agroflorestais comuns no Brasil e em outros países. Bases ecológicas, econômicas e agronômicas dos SAF. Estrutura e função dos componentes de sistemas agroflorestais e suas inter-relações. Sistemas agroflorestais baseados na sucessão natural. Seleção de espécies para uso em SAF. SAF e sustentabilidade. Princípios socioeconômicos dos SAF. O Etnoconhecimento como estratégias de desenvolvimento local; reconhecimento do saber popular como eixo orientador do uso e manejo dos recursos florestais. Manejo de SAF. Quintais Agroflorestais. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ALTIERI, Miguel. <b>Agroecologia:</b> a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ed. Porto alegre: UFRGS, 2004. 110p ISBN85-7025-643-4 GLIESSMAN, S. R. <b>Agroecologia:</b> processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2001. VIVIAN, Jorge Luiz. <b>Pomar ou Floresta:</b> princípios para o manejo de agroecossistemas. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> ARMANDO M. S; BUENO, Y. M; DA SILVA AIRES, E. R. &amp; CAVALCANTE C. H. <b>Agrofloresta para agricultura familiar.</b> Brasília, DF: Embrapa Cenargen, Circular Técnica, 2002, 16-11 p. Download: <a href="http://www.cenargen.embrapa.br/publica/trabalhos/ct016.pdf">www.cenargen.embrapa.br/publica/trabalhos/ct016.pdf</a></p>		

KIEHL, E. J. **Fertilizantes Orgânicos**. São Paulo: Agronômica Ceres, 1985.  
PRIMAVESI, A. **O manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 1990.

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Prática Reflexiva em Sistemas Agroflorestais - SAF</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 7º semestre	

### EMENTA

Prática reflexiva em práticas agroflorestais comuns no Brasil e em outros países. Bases ecológicas, econômicas e agronômicas dos SAF. Estrutura e função dos componentes de sistemas agroflorestais e suas inter-relações. Sistemas agroflorestais baseados na sucessão natural. Seleção de espécies para uso em SAF. SAF e sustentabilidade. Princípios socioeconômicos dos SAF. O Etnoconhecimento como estratégias de desenvolvimento local; reconhecimento do saber popular como eixo orientador do uso e manejo dos recursos florestais. Manejo de SAF. Quintais Agroflorestais. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.

### Bibliografia básica:

BACKES P. & IRGANG B. **Mata Atlântica: as árvores e a paisagem**. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2004.

DUQUE, J. Guimarães. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. 4a ed. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

Manual agroflorestal da Mata Atlântica – REBRAAF

Manual agroflorestal da Amazonia - REBRAAF

### Bibliografia complementar:

### Bibliografia complementar:

ARMANDO M. S; BUENO, Y. M; DA SILVA AIRES, E. R. & CAVALCANTE C. H. **Agrofloresta para agricultura familiar**. Brasília, DF: Embrapa Cenargen, Circular Técnica, 2002, 16-11 p. Download: [www.cenargen.embrapa.br/publica/trabalhos/ct016.pdf](http://www.cenargen.embrapa.br/publica/trabalhos/ct016.pdf)

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

KIEHL, E. J. **Fertilizantes Orgânicos**. São Paulo: Agronômica Ceres, 1985.

PRIMAVESI, A. **O manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 1990.

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Tecnologia Social e Viabilidade de empreendimentos solidários</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 7º semestre	

### EMENTA

Revolução tecnológica. Tecnologia social e seu impacto na sociedade. Aspectos de sustentabilidade de empreendimentos solidários. Importância do estudo de viabilidade na



economia solidaria. Sustentabilidade Humana. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade.

**Bibliografia básica:**

BAUMAN, Z. *Vida para consumo*: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SALLES, R. H. *Plano de negócios para cooperativas e associações*. Rio de Janeiro: FASE, 2002.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

**Bibliografia Complementar**

FBB. Fundação do Banco do Brasil. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento / Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro, 2004.

KRAYCHETE, Gabriel. AGUIAR, Kátia (Orgs). **Economia dos setores populares**: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: OIKOS, 2007.

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Prática Reflexiva em Tecnologia Social e Viabilidade de empreendimentos solidários</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 7º semestre	
<b>Ementa</b> Vivência em cooperativas e/ou em empreendimentos solidários.		
<b>Bibliografia básica:</b> BAUMAN, Z. <i>Vida para consumo</i> : a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. FREIRE, P. <i>Extensão ou comunicação?</i> 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 93p. SALLES, R. H. <i>Plano de negócios para cooperativas e associações</i> . Rio de Janeiro: FASE, 2002.		
<b>Bibliografia Complementar</b> FBB. Fundação do Banco do Brasil. <i>Tecnologia social</i> : uma estratégia para o desenvolvimento / Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro, 2004. KRAYCHETE, Gabriel. AGUIAR, Kátia (Orgs). <i>Economia dos setores populares</i> : sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: OIKOS, 2007.		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do Campo</b>	CFP	51 h – 03 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 7º semestre	

### Ementa

Refletir sobre a forma pedagógica da escola: sua constituição histórica, contradições e possibilidades de transformação na realidade atual das escolas do campo. Estudos básicos: Organização escolar, trabalho pedagógico e as concepções de educação, situadas no mundo capitalista e suas contradições atuais. Referências conceituais e metodológicas básicas para um projeto de estudo/ação na escola: categorias teóricas de compreensão do desenho de escola socialmente construído. Categorias para análise da forma escolar instituída (escola capitalista) e categorias para pensar a escola na perspectiva da transformação social (escola socialista). Estudo específico sobre os complexos de ensino na teoria de Pistrak. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.

### Bibliografia Básica

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores*. **Educação & Sociedade**, 68, 1999, p. 143-162.  
FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. Campinas: Papirus, 1995.  
\_\_\_\_\_. *A avaliação e as reformas dos anos 90: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação*. **Educação & Sociedade**, 86, 2004, p. 133-170.  
PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981.  
\_\_\_\_\_. **Escola Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

### Bibliografia complementar:

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.  
ENGUITA, Mariano. **Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.  
UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton**. – Salvador: EDITORA, 2009.  
WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Práticas Reflexivas em Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do Campo</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 7º semestre	
<b>Ementa</b>		
Conhecer e diagnosticar e mapear a Organização do Trabalho Pedagógico das/nas instituições de ensino públicas voltados para a Educação do Campo no âmbito federal, estadual e municipal.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
ARROYO, Miguel G. <i>Educação Básica e Movimentos Sociais</i> . In VV. AA. <b>A educação básica e o movimento social do campo</b> . Brasília: UnB, 1999.		
FREITAS, Luiz Carlos. <b>Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática</b> . Campinas: Papirus, 1995.		
OLIVEIRA, E. M. de, ALMEIDA, J. L. V. de, ARNONI, M. E. B. <b>Mediação dialética na educação escolar: teoria e prática</b> . São Paulo, Loyola, 2007.		
PISTRAK, M. M. <b>Fundamentos da Escola do Trabalho</b> . São Paulo: Brasiliense, 1981.		
_____. <b>Escola Comuna</b> . São Paulo: Expressão Popular, 2009.		

MEC. *Por uma política de Educação do Campo*. In: MEC. **Referências para uma política nacional de Educação do Campo**. Brasília: MEC, 2004, p. 35 – 40.  
MEC/CEB/CNE. **Parecer CEB/CNE nº 01/2006** – Recomenda a Adoção da Pedagogia da Alternância em Escola do Campo. In: SECAD. Educação do campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília: MEC/SECAD, 2007, pp. 73 - 80.  
UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo** / Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D’Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Tilton. – Salvador: EDITORA, 2009.

Nome e código do componente curricular: <b>Estágio Supervisionado II</b>	Centro: CFP	Carga horária: 136 h – 08 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Estágio Supervisionado I	Módulo de alunos: 7º semestre	

### Ementa

Prática educativa e formativa junto às escolas do campo das redes e movimentos sociais do campo, de comunidades indígenas e quilombolas. Análise dos documentos legais e orientadores nacionais, estaduais e municipais que norteiam os níveis de ensino e destas escolas específicas. Projeto político pedagógico: instrumento teórico - metodológico de organização do trabalho pedagógico da sala de aula e da escola na sua totalidade. Análise da relação da cultura e cotidiano das comunidades rurais [sujeitos, saberes, espaços e tempos] e suas relações com os projetos pedagógicos das escolas. Planejamentos e avaliações das atividades formativas.

### Bibliografia básica

CHÖN, Donald A. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: NÓVOA, António. (Org.) Os professores e a sua formação . Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.  
PEREIRA, Erialdo Augusto. **Avaliação formativa e pedagogia da alternância**: uma experiência pedagógica na Escola Família Agrícola de Porto Nacional -TO. Revista da Formação por Alternância, v. 1.

### Bibliografia complementar

BRASIL. Conselho nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 01/2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne> ; acesso em: 15 jul. 2008.  
BRASIL. Conselho nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 02/2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília: 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne>; acesso em: 15 jul. 2008.  
VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo**. Cadernos do CEDES, Campinas. v. 27, n. 72, maio/ago. 2007. p.121-135

Nome e código do componente curricular: <b>Seminário Integrador VI</b>	Centro: CFP	Carga horária: 17 h (cada) – 01 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 7º semestre	

### Ementa

Atividades interdisciplinares orientadas e supervisionadas da práxis pedagógica da educação do campo. Abordagem crítica das diversas dimensões que compõem o currículo e sua estrutura no Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Produção de texto científico expressando os resultados do Projeto Integrador e suas implicações para a escola do Ensino Fundamental II e Médio de educação do campo. Integrar os conhecimentos adquiridos nos Tempos Universitário e Sócio-Produtivo, expressando (tanto na forma oral quanto escrita) habilidades e competências requeridas pelo curso, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e do pensamento criativo na abordagem da problemática do campo.

### Bibliografia

GIMONET, Jean-Claude. **Método pedagógico ou novo sistema educativo?** A experiência das casas familiares rurais. Brasília: Cidade, 2004.

ARDOINO, Jacques (Coord.). **Mutirreferencialidade nas ciências e na educação.** São Carlos: UFSCAR, 1998.

PEREIRA, Erialdo Augusto. **Avaliação formativa e pedagogia da alternância:** uma experiência pedagógica na Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO. Revista da Formação por Alternância, v. 1.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo /** Universidade Federal da Bahia, organizadores Celi Nelza Zülke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Micheli Ortega Escobar coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. – Salvador: EDITORA, 2009.

## 8º SEMESTRE

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Transição nos Sistemas Agroecológicos de Produção</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade	Função:	Natureza:
Disciplina	Básica	Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 7º semestre	
<b>Ementa</b>		
<p>Conceito de transição, Biodiversidade do solo; Práticas agroecológicas (adubação verde, compostagem, vermicompostagem, caldas e soluções, defensivos naturais, plantio direto, controle de competidores, etc.). Plantas indicadoras de desequilíbrios biológicos, plantas companheiras e antagônicas, bases agroecológicas para o manejo de plantas espontâneas. Transição para agroecologia – etapas; Diagnóstico de agroecossistemas; Avaliação da transição através de indicadores de sustentabilidade. Interface agricultura/áreas de proteção. Inserção da proposta agroecológica na agricultura familiar – Diagnósticos participativos. Valoração ambiental/externalidades. Legislação ambiental básica. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo Universidade.</p>		
<b>Bibliografia básica:</b>		
<p>ALTIERI, M. A. <b>Agroecologia</b> - As bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989.</p> <p>BIGARELLA, J. J. <b>Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais.</b> Florianópolis: UFSC, 2003. v.3.</p> <p>PRIMAVESI, A. <b>O manejo ecológico do solo:</b> a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 1990.</p>		
<b>Bibliografia complementar:</b>		
<p>GLIESSMAN, S. R. <b>Agroecologia:</b> processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre, UFRGS, 2001.</p> <p>KIEHL, E. J. <b>Fertilizantes Orgânicos.</b> São Paulo: Agronômica Ceres, 1985.</p>		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Prática Reflexiva em Transição nos Sistemas Agroecológicos de Produção</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 7º semestre	
<p><b>Ementa</b> A Prática reflexiva: Transição, Biodiversidade do solo; Práticas agroecológicas (adubação verde, compostagem, vermicompostagem, caldas e soluções, defensivos naturais, plantio direto, controle de competidores, etc.). Plantas indicadoras de desequilíbrios biológicos, plantas companheiras e antagônicas, bases agroecológicas para o manejo de plantas espontâneas. Transição para agroecologia – etapas; Diagnóstico de agroecossistemas; Avaliação da transição através de indicadores de sustentabilidade. Interface agricultura/áreas de proteção. Inserção da proposta agroecológica na agricultura familiar – Diagnósticos participativos. Valoração ambiental/externalidades. Legislação ambiental básica.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ALTIERI, M. A. <b>Agroecologia</b> - As bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989. GLIESSMAN, S. R. <b>Agroecologia</b>: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre, UFRGS, 2001. KIEHL, E. J. <b>Fertilizantes Orgânicos</b>. São Paulo: Agronômica Ceres, 1985. PRIMAVESI, A. <b>O manejo ecológico do solo</b>: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 1990.</p>		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Elaboração de Projetos Sociais e socioambientais</b>	CFP	34 h – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
<p><b>Ementa</b> Conceito de projeto. Tipos de projetos. Metodologia de elaboração de projetos sociais. Estrutura e etapas de construção de projetos sociais. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade. Seminário Integrador.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo, 2004. CONSALTER, M. A. S. Elaboração de projetos: da introdução à conclusão. Curitiba: IBPEX, 2006. KISIL, R. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. 3 ed. São Paulo: Global, 2004. (Coleção gestão e sustentabilidade).</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b> FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra. TENÓRIO, F. G. Elaboração de projetos comunitários: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 1991.</p>		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
---	---------	----------------

<b>Estágio Supervisionado III</b>	CFP	136 h – 08 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Estágio Supervisionado II	Módulo de alunos: 8º semestre	
<p><b>Ementa</b> Docência e gestão de processos educativos escolares no que tange à prática educativa ligado aos saberes da agroecologia e formas de cooperação. Escola com espaço de trabalho coletivo de reflexão, da ação cotidiana e produção da vida de base agroecológica. Projeto político pedagógico: instrumento teórico - metodológico de organização do trabalho pedagógico da sala de aula e da escola na sua totalidade. Identidade dos sujeitos [classe social, gênero, sexualidade e etnia] e suas relações com os projetos pedagógicos das escolas. Análise global e crítica da realidade educacional na relação com os conhecimentos didáticos metodológicos, na práxis com as comunidades do campo.</p>		
<p><b>Bibliografia básica</b></p> <p>PEREIRA, Erialdo Augusto. <b>Avaliação formativa e pedagogia da alternância</b>: uma experiência pedagógica na Escola Família Agrícola de Porto Nacional -TO. Revista da Formação por Alternância, v. 1.</p> <p><b>Bibliografia complementar</b></p> <p>BRASIL. Conselho nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 01/2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: 2002. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/cne">http://portal.mec.gov.br/cne</a> ; acesso em: 15 jul. 2008.</p> <p>BRASIL. Conselho nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 02/2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília: 2002. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/cne">http://portal.mec.gov.br/cne</a>; acesso em: 15 jul. 2008.</p>		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Seminário de Apresentação dos Trabalhos de Conclusão do Curso (TCC)</b>	CFP	34 h (cada) – 02 cred
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Pesquisa em Educação do Campo II		
<p><b>Ementa</b> Bancas de apresentação dos Trabalhos de Conclusão do Curso (TCC)</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> CERVO, A. L.; BERVIAN, P. <b>Metodologia científica</b>. São Paulo: Makron, 1996. DEMO, Pedro. <b>Pesquisa – princípio científico e educativo</b>. São Paulo: Cortez, 2001. _____. <b>Metodologia Científica em Ciências Sociais</b>. São Paulo: Atlas, 1995. GIL, A. <b>Métodos e técnicas de pesquisa social</b>. São Paulo: Atlas, 1999. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. <b>Fundamentos de metodologia científica</b>. São Paulo: 1996.</p>		

Nome e código do componente curricular:	Centro:	Carga horária:
<b>Seminário Integrador VII</b>	CFP	17 h – 01 cred
Modalidade	Função:	Natureza:

Disciplina	Básica	Obrigatória
Pré-requisito: Não existe	Módulo de alunos: 8º semestre	
<p><b>Ementa</b> Atividades interdisciplinares orientadas e supervisionadas da práxis pedagógica da educação do campo. Abordagem crítica das diversas dimensões que compõem o currículo e sua estrutura no Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Produção de texto científico expressando os resultados do Projeto Integrador e suas implicações para a escola do Ensino Fundamental II e Médio de educação do campo. Integrar os conhecimentos adquiridos nos Tempos Universitário e Sócio-Produtivo, expressando (tanto na forma oral quanto escrita) habilidades e competências requeridas pelo curso, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e do pensamento criativo na abordagem da problemática do campo.</p> <p><b>Bibliografia básica</b> GIMONET, Jean-Claude. <b>Método pedagógico ou novo sistema educativo?</b> A experiência das casas familiares rurais. Brasília: Cidade, 2004. PEREIRA, Erialdo Augusto. <b>Avaliação formativa e pedagogia da alternância:</b> uma experiência pedagógica na Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO. Revista da Formação por Alternância, v. 1.</p>		

## UNIDADES TEMÁTICAS

Considerando as especificidades do projeto político da Educação do Campo e a natureza multidisciplinar do curso, os componentes curriculares optativos aqui chamados de **Unidades Temáticas** serão construídos a partir do perfil discente, de suas opções de pesquisa e extensão e, dos debates oriundos no decorrer do curso.

Cada discente terá que cursar o mínimo de três Unidades Temáticas que serão ofertadas pelo curso ou pode cursá-las em outras instituições de ensino seguindo a política de mobilidade discente da UFRB.

Semestre V	Unidade temática I
Semestre VI	Unidade temática II
Semestre VII	Unidade temática III

## RECURSOS HUMANOS

**Formulário  
Nº16**

**Docentes do CFP que atuarão no Curso:**

O Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), congrega 99 (noventa e nove) docentes, 1.090 (um mil e noventa) discentes matriculados em curso de graduação, 47 (quarenta e sete) discentes na Pós-Graduação (dados da matrícula em 2012.1) e 32 (trinta e dois) servidores técnicos administrativos.

A perspectiva é de contratação de 15 docentes e 3 três servidores administrativos para atuar no curso.

Contudo, vários docentes já se comprometeram com o curso, a saber:

Coordenadora: Silvana Lúcia da Silva Lima

Doutora em Geografia;

SIAPE: 1332587

RG: 24967599 SSP/SE

CPF:55560423300

Vice-Coordenadora: Mestre em Educação - Rita de Cácia Santos Chagas

SLAPE:1527893

CPF: 42267765500

RG: 02734926 - 83

## Relação dos Professores

1. Fábio Josué Souza dos Santos (CFP/UFRB)
2. Geisa Borges da Costa (CFP/UFRB)
3. Jaylson Teixeira (CFP/UFRB)
4. Márcia Luzia Cardoso Neves (CFP/UFRB)
5. Nilson Antonio Ferreira Roseira (CFP/UFRB)
6. Priscila Gomes Dornelles (CFP/UFRB)
7. Rita de Cácia Santos Chagas (CFP/UFRB)
8. Silvana Lúcia da Silva Lima (CFP/UFRB)
9. Terciana Vidal Moura (CFP/UFRB)
10. Yugi Nascimento Watanaba (CFP/UFRB)



**INFRA-ESTRUTURA****Formulário  
Nº17**

O Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), possui cinco grandes espaços estruturais diferenciados: 1. Prédio Administrativo, 2. Prédio de Aulas, 3. Residência Universitária, 4. Biblioteca; 5. Centro Cultural de Amargosa – CasA do DUCA e 6. Espaço Poliesportivo da Educação Física (em construção).

No prédio Administrativo, a Coordenação Curso de *Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências Agrárias*, como os demais cursos, ocupará uma sala específica. Neste prédio, ainda, cada docente divide um gabinete de trabalho com outro colega, sendo equipado com dois computadores, duas mesas e um armário, tendo plenas condições para realizar suas atividades e receber os estudantes e seus orientandos.

No Prédio de Aulas o curso poderá compartilhar com as demais Licenciaturas o Laboratório de Pedagogia (Brinquedoteca ou Projeto Ciranda do Saber); os Laboratórios de Química, Física e Informática; a copa; cantina; quatro banheiros coletivos; a sala dos professores dotada de computadores, impressora e mesa de reunião; a sala do Núcleo de Apoio Acadêmico – NUAPAC; duas salas de reuniões (mini-auditórios) sendo uma dotada de equipamentos para vídeo conferência e; o depósito.

Existe outro conjunto de instalações, igualmente compartilhadas pelos docentes e discentes dos cursos de graduação e pós-graduação: as salas que abrigam os servidores do setor administrativo e outros profissionais do setor de apoio, além da sala dos Gestores de Ensino, Pesquisa, Extensão e Políticas Afirmativas, com seus respectivos auxiliares.

A Graduação e a Pós-Graduação compartilharão dois Laboratórios de Informática e a Biblioteca, um significativo fator de integração da comunidade universitária, viabilizando diversas trocas de experiências entre os sujeitos que protagonizam a vida acadêmica no CFP.

O parque de Informática do CFP possui 29 (vinte e nove) computadores, atendendo ao setor administrativo do Centro; 04 (quatro) computadores para uso da Biblioteca; 06 (seis) computadores na sala dos professores; 24 (vinte e quatro) computadores no Laboratório de Informática “A”; 25 (vinte e cinco) computadores no Laboratório “B”; e 85 (oitenta e cinco) computadores instalados nos 75 (setenta e cinco) gabinetes docentes. Todas essas máquinas estão conectadas à internet.

Todos os espaços administrativos são dotados de computadores conectados à rede mundial (*internet*), telefones nas salas centrais, mobília e material de trabalho visando garantir boas e reais condições de trabalho docentes, discentes e técnico-administrativo. O setor de transportes do CFP dispõe de 07 (sete) veículos, sendo: quatro carros de passeio, dois microônibus e um ônibus.

**Biblioteca**

O Sistema de Bibliotecas da UFRB é composto por quatro espaços por biblioteca central e três setoriais:

- i) Biblioteca Central (campus de Cruz das Almas/BA)<sup>3</sup>
- ii) Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), em Cachoeira/BA;

<sup>3</sup> O Campus de Cruz das Almas/BA abriga dois Centros de Ensino: Centro de Ciências e Tecnologia (CETEC) e o Centro de Ciências Agrárias e Biológicas

- iii) Centro de Ciências da Saúde (CCS), em Santo Antônio de Jesus/BA; e
- iv) no Centro de Formação de Professores (CFP), em Amargosa/BA, sede deste curso.

Em termos quantitativos, o acervo atual do Sistema de Bibliotecas da UFRB e a Biblioteca Setorial do CFP cobrem a área de Ciências Sociais e Humanidades, apresentando o seguinte quadro:

	Biblioteca Central	CFP	CAHL	CCS
Livro (exemplares):	30.741	14.715	13.910	11.729
Periódicos	764	30	856	20

O cesso ao Sistema de Bibliotecas UFRB é feito via *Pergamum* – Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB), informatizado, o qual permite o gerenciamento de materiais bibliográficos e documentais. Além das reservas e renovações, o usuário pode acessar o portal de *Periódicos da CAPES*. No momento está viabilizando o acesso a outros do gênero.

Em termos estruturais, a Biblioteca Setorial do CFP é moderna e atende às necessidades dos seus usuários, possuindo quatro setores: acervo de livros e periódicos; acervo de multimídias; e sala de processamento técnico e administração. Como suporte, possui um depósito para os materiais do setor. Para receber seus usuários, disponibiliza uma área de estudos que dispõe de 13 (treze) cabines individuais para estudos, de guarda-volumes e de 04 (quatro) computadores conectados à internet banda larga.

O dimensionamento da atual Biblioteca do CFP se configura como a seguir: a sala do acervo; a área de estudo; setor de atendimento; videoteca; depósito; sala estudo e o setor de administração da Biblioteca. A UFRB planeja a construção de um prédio exclusivo para Biblioteca do CFP em um espaço de 389.66m<sup>2</sup>.

A equipe de apoio da Biblioteca do CFP conta atualmente com dois Bibliotecários; dois Assistentes Administrativos e quatro servidores terceirizados para atendimento. No acervo a Biblioteca possui 1.655 títulos, totalizando 14.715 exemplares de livros e 284 materiais. Destes, 1200 exemplares foram doados.

Entre 2011 e o início de 2012, o curso de *Pós-Graduação Lato Sensu em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro*, mediante o apoio financeiro do CNPq e do Ministério das Ciências e Tecnologias - MCT adquiriu 168 (Cento e sessenta e oito) novos títulos, totalizando 705 (setecentos e cinco) exemplares disponibilizados à comunidade acadêmica, distribuídos conforme a tabela a seguir:

Área	Títulos	Exemplares
Educação do Campo e currículo	37	138
Questão Ambiental e Sustentabilidade	30	113
Questão Agrária, Filosofia, História, Sociologia e Movimentos Sociais do Campo	70	350
Geografia contextualizada e Desenvolvimento Territorial	17	71
Corpo e Cultura	14	33
<b>TOTAL</b>	<b>168</b>	<b>705</b>

Elaborado em 11/04/2012

É fundamental destacar que a Biblioteca Central e a Biblioteca Setorial do CFP possuem outros títulos relacionados à temática proposta por este curso.

O Centro Cultural de Amargosa – CasA da DUCA (Diversidade, Universidade, Cultura e Artes) atualmente funciona em prédio alugado, no centro de cidade de Amargosa/BA, tendo por propósito ser o espaço privilegiado da realização dos projetos de extensão. Atualmente lá são desenvolvidos projetos de extensão: Oficina de gosto musical, Capoeira, CineRapadura (cineclube), Saraus, Exposição artísticas (pintura, artes plásticas), noites culturais e oficinas com temas diversos. Neste espaço ocorrem as noites culturais e a oficina Cinema e Educação do Campo do curso de Pós-Graduação em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro.

A perspectiva é que a Educação do Campo se constitua enquanto Centro de Ensino autônomo, mas em permanente em harmonia e articulação com o Centro de Formação de Professores (Campus Amargosa) e o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (Campus Feira de Santana).

**ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO  
PEDAGÓGICO E DA APRENDIZAGEM****Formulário  
Nº 18****Avaliação do curso**

Na avaliação dos estudantes devem ser destacados dois objetivos, a saber: a) auxiliar o graduando no seu desenvolvimento pessoal e b) responder à sociedade pela qualidade da formação acadêmica oferecida pela Instituição.

Em primeiro lugar, esta avaliação responde à missão institucional, na medida em que a UFRB, como instituição pública, deve cumprir sua função social de ministrar ensino superior visando o desenvolvimento do espírito político-científico e social. O processo avaliativo deverá proporcionar aos alunos a possibilidade de manifestação dos conhecimentos produzidos, da autoavaliação, competências e habilidades desenvolvidas, para atingir os objetivos do Curso e o perfil do licenciando que se pretende formar.

Com essa compreensão, cabe ressaltar que avaliação é pautada em instrumentos processuais de avaliação para seu alunado que reflita o caráter dinâmico e, ao mesmo, transformador de seus princípios formativos, numa ética coletiva e individual do estudante. Entende, ainda, que as comunidades que vivem no/do campo possuem uma temporalidade e uma identidade cultural e socioeconômica própria para a realidade em que estão mergulhados, mesmo interagindo direta ou indiretamente com o mundo urbano globalizado.

Assim, estabelecer o diálogo crítico, como processo de avaliação e práxis pedagógica é, de certa forma, um testemunho social da qualidade da formação acadêmica que a IES oferece à sociedade.

Em segundo lugar, a avaliação da aprendizagem objetiva auxiliar o aluno a compreender o grau de amadurecimento em seu processo de formação, com base nos princípios filosóficos epistemológicos da pedagogia da alternância. Neste sentido, a avaliação se constitui, portanto, em um diagnóstico sobre a aprendizagem do aluno no processo de constituição de sua formação. Por esse veio, avaliação da aprendizagem diz respeito, também, ao professor e à Instituição, na medida em que está atrelada ao processo e às condições materiais de ensino. Porquanto, a avaliação da aprendizagem não é uma questão apenas do aluno – o sujeito que aprende, mas também do professor – o sujeito que ensina, em condições objetivas de trabalho em consonância com a os pressupostos da pedagogia da alternância, fundamenta-se nos princípios filosóficos epistemológicos das obras de Paulo Freire, Gimonet, Pineau, e na concepção de educação do campo de Freinet.

A avaliação consiste em um processo de incentivo aos discentes para a produção do saber que emerge das atividades de ensino, especialmente no que concerne ao desenvolvimento de competências e à apropriação dos conhecimentos significativos para atuação profissional. Assim, as produções dos discentes no Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade serão atribuídas notas para avaliar o processo de aprendizagem dos discentes qualitativa e quantitativa.

A base da avaliação da aprendizagem do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRB se pautará, portanto, na busca de diálogo entre o estudante e o professor, em um processo interativo de humanização do ensino e obedecerá a Resolução específica, que regulamenta os procedimentos de avaliação do processo de ensino e de aprendizagem nos cursos de graduação da Instituição, onde o aproveitamento do aluno é mensurado através de avaliações, cujos resultados

serão expressos em notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) e será aprovado quando obtiver média ponderada, em cada componente curricular, igual ou superior a 7,0 (sete). Em se tratando de aluno que tenha que prestar exame final, será considerado aprovado quando obtiver a média mínima de 5,0 (cinco), resultante da média parcial e do exame final. A assiduidade será mensurada através de frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista em cada componente/atividade curricular.

**Instrumentos de Avaliação da Aprendizagem**

Os instrumentos utilizados para avaliação da aprendizagem dos discentes são: a) Caderno da Realidade, b) Plano de Estudos, c) Entrevista, d) Formulários, e) Autoavaliação (orientada por roteiro), f) Avaliação coletiva (Projeto Integrador).

Considera-se que o Curso de Licenciatura em Educação do Campo é interdisciplinar, e, portanto, espera-se que os docentes e discentes ao longo do curso elaborem outros instrumentos de avaliação de acordo com as demandas dos discentes tanto no Tempo Universidade como no Tempo Comunidade para que tenhamos uma formação sólida de qualidade para o campo. Por ser avaliação interdisciplinar, deve perpassar pelos processos avaliativos articulando ensino e aprendizagem.

---

**Referência Bibliográfica**

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out-dez. 2010.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/03/20\\_governo-lanca-programa-de-educacao-para-populacao-rural](http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/03/20_governo-lanca-programa-de-educacao-para-populacao-rural)>. Acesso em: setembro de 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer 36/2001. *Diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo*. Brasília: 2002.

[DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010](#). Dispõe sobre a política de educação do campo e o *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)>. Acesso em: setembro de 2012.

CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem-Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS, W. V. et al. *Territórios de identidade: um novo caminho para o desenvolvimento rural sustentável na Bahia*. Feira de Santana – BA: Gráfica Modelo, 2006.120p.

FONEC. Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC. Notas para análise do momento atual da Educação do Campo. Seminário Nacional – BSB, 15 a 17 de agosto 2012.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 45ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 25ª Edição.

FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?* 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

FREITAS, Luis Carlos de. *A organização da organização do trabalho Pedagógico*. Campinas: Papirus, 1995.

GOMES, A. V. A. *Educação de jovens e adultos no PNE – 2001 – 2010*. Brasília – DF: Estudo/ Consultoria Legislativa, 2011.

LÜCK, H. et al. *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem na escola: relaborando conceitos e recriando a prática*. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005.

---

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política: Salário, Preço e lucro, o rendimento e suas Fontes*. Tradução de Edgar Malagod. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MITTLER, P. *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NOVOA, A. *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: Educa, 2002.

PALUMBO, Dennis. *A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América*. Public Policy in America: government in action. Harcourt Brace & Company. Tradução Adiana Farah. 1994.

PENIN, Sônia. *Cotidiano e escola: a obra em construção*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido. *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez, 2004.

RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em: setembro de 2012.

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa*. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, Kleber Peixoto de. Estágio Curricular: a construção de uma ação pedagógica e investigativa. In.: Correia Wilson Francisco (org.). *Formando Professores: caminhos da formação docente*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2012. Págs. 189 – 210.

SOUZA, Kleber Peixoto de. *Relações Sociais em Classes de Aceleração-Alfabetização: uma exercitação baseada no processo de ação constitutiva-mútua*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação – UnB. Brasília-DF, 2006.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação de profissionais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VILAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. *Práticas Avaliativas*. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Curso de Pedagogia para Professores em exercício no Início de Escolarização – Módulo VI, Vol I, 2003.

WEISZ, Telma. SANCHES, Ana. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

---

## Anexos –

**a- Declarações de todos os Centro:**

Os professores do curso serão (sete) do CFP e quinze vagas para concurso.

**b- Regulamentos:** de estágio:

Inicialmente vamos trabalhar com o regimento de estágio da Universidade. Em 2013.1 iniciaremos o curso e construiremos uma comissão para elaborar o regimento de estágio do curso.

**c- A legislação referente ao curso:**

Segue anexo os documentos referentes a legislação do curso.



## ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENCAMINHAMENTO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFRB

### Criação de Curso de Graduação

INTERESSADO	PASSO	PROCEDIMENTO
CENTRO	01	Nomeia Comissão Especial para apreciação e/ou elaboração do projeto do Projeto Pedagógico
COMISSÃO	02	Elabora proposta e envia ao Diretor do Centro
CENTRO	03	Submete a proposta ao Conselho do Centro para aprovação
	04	Encaminha a proposta à Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica da PROGRAD para análise e recomendações.
Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica - PROGRAD	05	Analisa a proposta e submete a apreciação da Câmara de Graduação
CÂMARA DE GRADUAÇÃO	06	Analisa e encaminha parecer ao Presidente do Conselho Acadêmico.
CONSELHO ACADEMICO	07	Após aprovação, envia proposta aprovada ao Pró-Reitor de Graduação.
PROGRAD	08	Encaminha ao Setor de Registros Acadêmicos
Setor de Registros Acadêmicos	09	Encaminha o processo à PROGRAD
PROGRAD	10	Encaminha o processo ao Centro para nomeação de Comissão Coordenadora do Curso e implementação. Informa as Pró-Reitorias de Extensão, Políticas Afirmativas e Educacionais, CRA, Setor de Processo Seletivo.

### Reestruturação e Atualização de Currículo de Curso e Criação de Componente Curricular novo

INTERESSADO	PASSO	PROCEDIMENTO
COLEGIADO DO CURSO	01	Nomeia comissão de reestruturação
COMISSÃO REESTRUTURAÇÃO DO CURSO	02	Emite processo, relacionando as modificações curriculares. Toda inclusão e/ou exclusão de disciplina obrigatória necessita de equivalência com o currículo anterior. A Comissão Coordenadora emite parecer sobre as modificações. Todas as alterações de Programas Analíticos de disciplinas já devem estar previamente aprovadas ou constar do processo.
	03	Submete processo ao Colegiado de Curso
	04	Após aprovação envia processo ao Centro.
CENTROS	05	Encaminha a proposta Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica – PROGRAD para análise e recomendações.
Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica - PROGRAD	06	Analisa a proposta e submete a apreciação da Câmara de Graduação
CÂMARA DE GRADUAÇÃO	07	Analisa e encaminha com parecer ao Presidente do Conselho Acadêmico.
CONSELHO ACADEMICO	08	Após aprovação, envia proposta aprovada ao Pró-Reitor de Graduação.
PROGRAD	09	Encaminha à Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica - PROGRAD

Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica - PROGRAD	10	Encaminha processo ao Setor de Registros Acadêmicos para realizar as alterações.
--	----	--

**Observações gerais sobre encaminhamento dos projetos:****1) No projeto de criação de um curso novo, devem constar as seguintes partes:**

- » Comunicação Interna (CI) de encaminhamento do Diretor do Centro onde o curso será alocado para a Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica;
- » Projeto pedagógico do curso;
- » Anexos

**2) No projeto de reestruturação de curso de graduação devem constar as seguintes partes:**

- » CI de encaminhamento do Coordenador do Colegiado curso para a Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica;
- » Projeto pedagógico;
- » Anexos.

- 1) Na CI de encaminhamento da Direção do Centro ou do Coordenador do Colegiado deverá constar a data de aprovação da criação do curso ou da reestruturação no Conselho do Centro ou no Colegiado do Curso e deve ser dirigida a Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica, na PROGRAD, para receber um parecer técnico (sobre o atendimento à legislação federal e às normas internas da UFRB) e, posteriormente, encaminhar ao Conselho Acadêmico, para apreciação e julgamento do mérito.